



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FLÁVIA CRISTINA CANDIDO DE OLIVEIRA

UM ESTUDO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO
REDAÇÃO DO ENEM

FORTALEZA – CE

2016

FLÁVIA CRISTINA CANDIDO DE OLIVEIRA

**UM ESTUDO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO
REDAÇÃO DO ENEM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

FORTALEZA – CE

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- O49e Oliveira, Flávia Cristina Candido de.
Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do ENEM/ Flávia Cristina Candido de Oliveira. – 2016.
166 f. :il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.
Área de Concentração: Linguística.
Orientação: Profª. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.
1. Análise linguística. 2. Estrutura composicional. 3. Gênero textual. I. Título.

CDD 410.18

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da referida universidade. A citação de qualquer trecho da dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

Flávia Cristina Candido de Oliveira

Flávia Cristina Candido de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Mônica Magalhães Cavalcante

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante – UFC

(Orientadora)

Evandro de Melo Catelão

Prof. Dr. Evandro de Melo Catelão – UTFPR

(Primeiro examinador)

Maria Helenice Araújo Costa

Profa. Dra. Maria Helenice Araújo Costa – UECE

(Segunda examinadora)

Maria Margarete Fernandes de Sousa

Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa – UFC

(Terceira examinadora)

Mônica de Souza Serafim

Profa. Dra. Mônica de Souza Serafim – UFC

(Quarta examinadora)

Profa. Dra. Suelene Silva Oliveira Nascimento – UECE

(Suplente externo)

Profa. Dra. Maria Elias Soares – UFC

(Suplente interno)

Defendida e aprovada em 25/02/2016.

Dedico este trabalho a meus pais,
Maria José (*in memoriam*) e Antônio Braga,
e a minha tia-irmã Luzanira Candido da Silva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar presente em todos os momentos de dificuldade e vitórias durante esse percurso.

A meus pais Maria José (*in memoriam*) e Antônio Braga, pela graça de me trazerem à vida.

À minha tia-irmã Luzanira, pela ajuda constante para realização de minhas conquistas.

À minha orientadora Mônica, pela paciência e competência na orientação desta pesquisa.

Ao professor Evandro, pela disponibilidade e cordialidade em participar da banca.

À professora Helenice, por aceitar, prontamente, o convite de ser examinadora.

À professora Margarete, pelo carinho e amizade conquistados na academia.

À professora Mônica Serafim, pela amizade e atenção em participar da banca.

À professora Maria Elias e Suelene, por aceitarem o convite, prontamente, como suplentes.

A todos os professores do PPGL, pela competência na condução do ensino-aprendizagem.

À professora-coordenadora Rosemeire, pela atenção e carinho em momentos de dificuldade.

Aos funcionários Eduardo, Vanessa e Antônia, pela atenção e cordialidade.

À amiga Ana Keyla, pela amizade conquistada e, para mim, muito preciosa.

Às amigas Alexandra e Patrícia, pelas versões em língua estrangeira dos resumos.

A todas as amigas conquistadas na academia: Patrícia, Neto, Elaine, Kennedy, Marílio, Samuel, Ana Paula, Janicleide, Jards, Alexandra, Silvana e tantos outros que não foram citados, mas tem todo o meu carinho e admiração.

À SME/Fortaleza e à SEDUC/CE, pelas licenças concedidas para o Doutorado.

À diretora Soraide, pela sua ajuda ímpar na etapa final dessa tese.

A todas as pessoas, pela colaboração, direta ou indiretamente, para a realização dessa conquista.

Nada te perturbe, nada te espante, tudo passa!
Só Deus não passa. A paciência, por fim, tudo alcança.
Quem a Deus tem, nada lhe falta, pois só Deus basta.
(Santa Tereza D'Ávila – Doutora da Igreja)

RESUMO

A presente pesquisa, pertencente à área da Linguística Textual, tem por objetivo caracterizar o gênero redação do ENEM sob o ponto de vista da ação social que envolve o texto, da estrutura composicional textual/discursiva e dos tipos de acordo e técnicas argumentativas da Nova Retórica. Para a realização desse objetivo, baseamo-nos na concepção de gênero como ação social e de comunidade retórica (MILLER, 2009 [1984]), nas diretrizes metodológicas de análise de gênero (BAZERMAN, 2011a), no protótipo da sequência argumentativa e no plano de texto (ADAM, 1999; 2008), nos tipos de acordo e nas técnicas argumentativas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Nosso *corpus* compõe-se de 100 redações do ENEM (2013) de todas as unidades da federação, avaliados com a nota 1.000 pelos corretores/avaliadores do ENEM. Essas redações foram analisadas em quatro etapas: a) descrição das condições de produção da redação; b) caracterização do gênero nos aspectos interno e externo; c) sistematização de dados sobre a estrutura composicional textual/discursiva e d) levantamento dos tipos de acordo e das técnicas de argumentação. Nossos dados confirmam que o gênero redação do ENEM apresenta, em sua caracterização externa, aspectos pertencentes à proposta de hierarquia de sentido de Miller (2009), o gênero insere-se como um texto tipificado na situação sociodiscursiva, em nosso *corpus*, a Lei Seca. A caracterização externa também contempla os aspectos, tais como: a produção, a circulação e a recepção do gênero, mobilizando formas de enunciados padronizados determinados pela circunstância. Já a caracterização interna, apresenta todas as macroproposições do protótipo da sequência argumentativa e do plano de texto fixo. Quanto às categorias bakhtinianas, as redações demonstraram a unidade do texto na construção composicional argumentativa, o estilo de escrita formal da língua portuguesa e o conteúdo temático com um tema direcionado à problemática social. Na análise retórica, identificamos as técnicas argumentativas mais recorrentes do tipo de acordo relativo ao real – fato – com argumentos quase-lógicos e baseados na estrutura do real, geralmente, de vínculo causal. Esses resultados permitem-nos afirmar que o gênero redação do ENEM apresenta características peculiares que o diferencia de outros textos de natureza argumentativa.

Palavras-chave: redação do ENEM, sociorretórica, estrutura composicional, argumentação.

ABSTRACT

The goal of this research, that belongs to the area of text linguistics, consists in characterizing the text, production of the National High School Exam (ENEM) as a genre, according to the point of view of the social action that involves the text and its development, the textual/discursive compositional structure and the New Rhetoric and its assumptions about the types according and the argumentative techniques. In order to accomplish this goal, we based this study on the conception of genre as a social action and as an action of rhetorical community (MILLER, 2009 [1984]), as well as on the methodological framework for genre analysis (BAZERMAN, 2011a), on the prototype of the argumentative sequence and on the text plan (ADAM, 1999; 2008), and on the types according and argumentative techniques (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). The *corpus* is composed by the analysis of one hundred text productions written in 2013 from all the Brazilian states, evaluated the maximum score (1000 marks) by brokers/assessors National High School Exam. These text productions were analysed following four different steps: a) description of the production conditions of the texts; b) characterization of the genre in internal and external aspects; c) systematization of the data about the textual/discursive compositional structure and d) survey of the types according and of the argumentative techniques. The data confirm that the text production of the National High School Exam as a genre has in its external characteristics aspects that pertain to the hierarchy of senses proposed by Miller (2009), which inserts the National High School Exam text production genre as a text that is typified in the sociodiscursive situation, in our *corpus*, the Drought Law. The external characterization also contemplates aspects such as: genre production, circulation and reception, mobilizing types of standardized enunciations which are determined by circumstances. On the other hand, the internal characterization presents a recurrent in all the macropropositions of the prototype of the argumentative sequence as well as in the text plan. The categories of Bakhtin show the text unit in the argumentative compositional construction, the formal written style of the Portuguese language, and the thematic content with a theme that concerns social problems. In the rhetorical analysis, the more recurrent argumentative techniques are those of the according type related to the real – fact – with arguments that are almost logic and based on the structure of the real, normally of a causal. These results allow us to state that production of National High School Exam has unique characteristics that differentiate it from other argumentative nature of texts.

Keywords: ENEM text production; socio-rhetoric; compositional structure; argumentation.

RÉSUMÉ

Cette recherche appartient au domaine de la linguistique textuelle et elle a pour objectif caractériser la rédaction du Examen National de l'Enseignement Moyen (ENEM) comme un genre du point de vue de l'action sociale qui enroule le texte, de la structure compositionnelle textuelle/discursive et des types de l'accord et de techniques argumentatives de la Nouvelle Rhétorique. Pour atteindre cet objectif, nous nous appuyons sur le concept de genre comme l'action sociale et de communauté rhétorique (MILLER, 2009 [1984]), dans les appuis méthodologiques de l'analyse de genre (BAZERMAN, 2011a), dans le prototype de la séquence argumentative et dans le plan de texte (ADAM, 1999; 2008), dans les types d'accord et dans les techniques argumentatives (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Pour l'analyse, notre *corpus* est constitué de 100 rédactions du ENEM (2013) de toutes les états du Brésil, évalués avec la note 1.000 pour les évaluateurs du ENEM. Ces rédactions ont été analysées en quatre étapes: a) la description des conditions de production de la rédaction; b) la caractérisation de son genre dans les aspects interne et externe; c) la systématisation des données sur la structure compositionnelle textuelle/discursive et d) identification des types d'accord et des techniques d'argumentation. Nos données confirment que le genre rédaction du ENEM présente, dans sa caractérisation externe, les aspects relatifs à la proposition de l'hierarchie de sens de Miller (2009), le genre s'insère comme un texte identifié dans la situation sociodiscursive, à notre *corpus*, la Loi Sèche. La caractérisation externe comprend également les aspects tels que: la production, la circulation et la réception du genre, les formes en mobilisant formes d'énoncés réglés déterminés par les circonstances. Puis, la caractérisation interne présente toutes les macropropositions du prototype de la séquence argumentative et du plan de texte fixe. Quant aux catégories bakhtiniennes, les rédactions montrent l'unité du texte dans la construction compositionnelle argumentative, le style formel de l'écriture de la langue portugaise et le contenu thématique avec un thème dirigé à la problématique sociale. Dans l'analyse rhétorique, nous avons identifié les techniques argumentatives les plus récurrents du type d'accord relatif au réel - un fait avec des arguments presque logiques et basés dans la structure actuelle du réel, en général, de lien causal. Ces résultats nous permettent d'affirmer que le genre rédaction du ENEM présente des caractéristiques propres qui le différencient des autres textes argumentatifs.

Mots-clés: rédaction du ENEM, sociorhétorique, structure compositionnelle, l'argumentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Relações hierárquicas de substância, forma e sentido como ação	30
Figura 02 – Proposta de hierarquia de sentido	31
Figura 03 – Esquema de superestrutura da argumentação	45
Figura 04 – Esquema dos planos de análise	47
Figura 05 – Esquema da sequência argumentativa	52
Figura 06 – Esquema do movimento argumentativo	54
Figura 07 – Esquema concessivo clássico da regra de inferência contradita	54
Figura 08 – Esquema argumentativo	55
Figura 09 – Organização dos três gêneros do discurso	59
Figura 10 – Esquema das diferentes maneiras de convencer	89
Figura 11 – Esquema de análise baseado em Catelão (2013)	101
Figura 12 – Redação do ENEM 2013: Guia do Participante (2013)	112
Figura 13 – Esquema 01: resumo da sequencialidade argumentativa	117
Figura 14 – Esquema 02: resumo da sequencialidade argumentativa	119
Figura 15 – Esquema 03: resumo de sequencialidade argumentativa	121
Figura 16 – Esquema 04: resumo da sequencialidade argumentativa	122
Figura 17 – Esquema 05: resumo da sequencialidade argumentativa	124
Figura 18 – Esquema 06: resumo da sequencialidade argumentativa	126
Figura 19 – Esquema baseado em Adam (2008) da redação do ENEM	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resumo dos aspectos externos do gênero redação do ENEM	111
Quadro 02 – Categorias de análise textual do gênero	115
Quadro 03 – Resumo das análises textuais e discursivas	127
Quadro 04 – Tipo de acordo relativo ao real e das técnicas argumentativas	133
Quadro 05 – Tipo de acordo relativo ao preferível e das técnicas de argumentativas	137

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O cenário da pesquisa	13
1.2 A relevância e os objetivos da pesquisa	17
1.3 Questões geradoras e hipóteses básicas de estudo	18
1.4 A organização retórica da tese	19
2 REDAÇÃO DO ENEM: UM GÊNERO DO DISCURSO	21
2.1 A perspectiva de gênero em Bakhtin	21
2.2 Os gêneros do discurso	22
2.3 A perspectiva dos Estudos Retóricos dos Gêneros (ERG)	27
2.3.1 O gênero como ação social	28
2.3.2 O conceito de comunidade retórica	33
2.4 A perspectiva de Bazerman	36
2.5 Metodologia de análise de Bazerman	39
2.6 O percurso da análise da redação do ENEM	41
3 A CONCEPÇÃO DA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS	44
3.1 Considerações gerais da estrutura composicional	44
3.2 A estrutura composicional argumentativa	45
3.2.1 A estrutura textual do discurso e a sequência argumentativa	47
3.2.2 O protótipo da sequência argumentativa	50
3.2.3 O plano de texto	55
3.3 O percurso de análise da estrutura composicional	57
4 A CONCEPÇÃO RETÓRICO-ARGUMENTATIVA	58
4.1 A Retórica: breves considerações	58
4.2 Considerações gerais sobre a Nova Retórica	61
4.3 A Retórica e seus componentes: <i>ethos, pathos e logos</i>	66
4.4 Técnicas Argumentativas	69
4.4.1 Os argumentos quase-lógicos	70
4.4.2 Os argumentos baseados na estrutura do real	77
4.4.3 Os argumentos que fundam a estrutura do real	83

4.4.4 Os argumentos por dissociação das noções	86
4.5 Argumentação e manipulação	88
4.5.1 A manipulação dos afetos	89
4.5.2 A manipulação cognitiva	92
4.6 O percurso de análise retórico-argumentativo	95
5 ABORDAGEM METODOLÓGICA	96
5.1 Caracterização da pesquisa	96
5.2 Delimitação do universo	98
5.3 Procedimentos de análise	98
5.4 Políticas públicas do ENEM: conhecendo a estrutura do exame	101
6 CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM	104
6.1 Caracterização do gênero redação do ENEM: aspectos externos	105
6.1.1 O gênero redação do ENEM na perspectiva sociorretórica	106
6.1.2 A redação do ENEM e o entorno social	108
6.2 Caracterização do gênero redação do Enem: aspectos internos	112
6.3 Elementos da enunciação: conteúdo temático, construção composicional e estilo	113
6.4 Estrutura composicional: o plano de texto e a sequência argumentativa	115
6.5 Concepção retórica: os tipos de acordo e as técnicas de argumentação	127
6.5.1 Tipos de acordo relativo ao real: auditório universal	128
6.5.2 Tipos de acordo relativo ao preferível: auditório particular	134
6.6 Caracterização interna: análise dos aspectos internos e suas implicações	137
6.7 Argumentação ou manipulação	141
7 CONCLUSÃO	143
8 REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	155

1 INTRODUÇÃO

1.1 O cenário da pesquisa

Na pesquisa linguística da atualidade, os gêneros textuais têm sido alvo crescente de investigação, porque surgem novos gêneros, cada vez mais rápido, pelas mais variadas necessidades de comunicação entre interlocutores e pela dinâmica das informações. Nesse sentido, a linguagem constitui-se em um fenômeno que, pela sua complexidade na escrita, instiga-se a necessidade de se compreender os elos entre o texto e o discurso.

Nas investigações sobre os gêneros textuais, recentes pesquisas apontam novas perspectivas sobre o estudo do gênero em uma ótica que extrapola os aspectos estruturais do texto. Uma dessas perspectivas, muito cara a esta pesquisa, é a de Miller (2009 [1984]), que defende uma concepção de gênero inserida na ação social, pela qual é possível compreender como interpretamos, criamos e reagimos diante dos textos. Essa visão converge para a concepção de gênero de Bakhtin (1997), para quem só nos comunicamos por meio de gêneros – tipos relativamente estáveis de enunciados.

Na concepção de gênero como ação social, Bazerman (2011a) acrescenta o estudo de conjunto de gêneros, sistema em que esses gêneros estão inseridos e sistema de atividades em que o gênero circunda a sociedade. Seu trabalho traz como contribuição as diretrizes metodológicas, tais como: propósito, delimitação do foco, seleção do *corpus* e aplicação de ferramentas analíticas, além de compartilhar da concepção de gênero de Miller (2009). A perspectiva dos trabalhos de Bazerman (2011a) contribui para compreender o gênero em suas situações de uso real.

Na dinâmica do estudo do gênero, Adam (1999; 2008) aproxima texto e discurso e aponta uma proposta de análise textual/discursiva que perpassa por vários aspectos textuais e discursivos. Alguns autores (SOUSA, 2005; CATELÃO, 2013) desenvolvem pesquisas com o estudo dos protótipos das sequências textuais, principalmente, a sequência argumentativa que confere uma análise do aspecto do texto. Além do estudo do aspecto textual, a pesquisa de Catelão (2013) amplia essa análise para o aspecto discursivo. A proposta de análise de Adam (1999; 2008), inserida na concepção de gênero adotada nesta pesquisa, auxilia-nos na metodologia de análise dos dados da estrutura composicional.

Na dimensão retórico-argumentativa, que complementa a análise dos aspectos textuais, a contribuição aos estudos da linguística, em parte, tem como subsídio Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que redimensionam a Retórica de Aristóteles e introduzem a Nova Retórica. Nesse estudo, a argumentação é caracterizada por tipos de acordo e de técnicas que demonstram como se constrói o argumento com a intenção de persuadir e convencer. Num momento paralelo da Nova Retórica, Breton (1999; 2003) propõe técnicas de manipulação pelas quais é possível reconhecer a mobilização do *pathos* para persuadir os interlocutores.

Para conhecermos o estado da arte, consultamos pesquisas sobre gêneros de natureza argumentativa que se propõem analisar, especificamente, cartas de suicida, artigos de opinião, editoriais, reportagens jornalísticas etc. Podemos observar em pesquisas como de Souza (2003), Fonseca (2011) e Catelão (2013), a ênfase na argumentação sobre os gêneros citados anteriormente. Outras pesquisas destacam pontos a respeito do recurso retórico-argumentativo e discursivo-argumentativo, conforme observamos nos trabalhos de Silveira (2007) e de Azevedo (2009). Enfatizamos a questão do gênero, porque, em nossa pesquisa, também contribuimos com um estudo que caracteriza o gênero redação do ENEM.

A pesquisa de Souza (2003) trata da análise do processo argumentativo em textos jornalísticos da mídia impressa. O pesquisador analisa um *corpus* formado por artigos de opinião, editoriais e reportagens jornalísticas que discutem o (não) desenvolvimento da região Nordeste brasileira e que constroem argumentativamente efeitos de sentido para essa região. Os textos foram coletados de quatro jornais: “Diário de Natal” e “Tribuna do Norte”, do Estado do Rio Grande do Norte, como representantes do Nordeste; “Folha de São Paulo” e “Estado de São Paulo”, do Estado de São Paulo, como representantes do Sudeste. O objetivo da pesquisa é verificar como o Nordeste se constrói discursivamente na mídia e também como é construído por discursos do Sudeste.

O objetivo volta-se, portanto, para uma análise retórica e discursiva nos textos desse gênero. Na análise do *corpus*, considerou-se o processo dialógico da linguagem, as técnicas argumentativas empregadas e os gêneros discursivos aos quais os textos pertencem. Essa análise revelou que, na construção da imagem da região Nordeste pela mídia, segundo o pesquisador, há um (des) encontro de sentidos, porque as causas para os problemas no Nordeste são consequência da indústria da seca. Essa indústria é promovida por políticos nordestinos “astutos”, segundo o autor, ligados aos coronéis. Já na região Sudeste, deve-se ao

resultado da ineficiência de sucessivos governos brasileiros na implementação de políticas para promoção de uma melhor distribuição de renda no Brasil.

A pesquisa de Silveira (2007) teve por objetivo fazer um estudo dos recursos retórico-argumentativos e aplicá-los a discursos da Teologia da Prosperidade em 08 igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. Esse estudo foi realizado sobre discursos transcritos – conforme técnicas do projeto NURC¹. Através da análise desse *corpus*, foi possível identificar um uso moderado de tal Teologia nas igrejas pentecostais, provavelmente, influenciadas pelo uso intenso nas neopentecostais. A contribuição para o estudo da argumentação consistiu em inserir, através do uso da leitura retórica, o auditório para que se inteire com mais eficácia acerca do discurso.

Azevedo (2009) investigou os recursos discursivo-argumentativos em textos produzidos no ENEM/2004, a fim de identificar como as práticas discursivas se manifestam nessas produções textuais. As análises dos elementos de coerência e coesão possibilitaram mapear os recursos linguísticos utilizados, associar grupos de textos à avaliação realizada pelo INEP e definir o perfil do conjunto de textos que foi analisado sob perspectivas diversificadas. A pesquisadora concluiu que a análise discursivo-argumentativa mostrou que a maioria dos jovens domina os mesmos recursos, revelando, assim, que não há evolução significativa na qualidade das produções textuais, mesmo após um longo período de permanência em sala de aula. O trabalho tem caráter diagnóstico e se difere de nosso estudo, uma vez que focamos numa caracterização do gênero redação do ENEM.

Já na pesquisa de Fonseca (2011), que teve como objeto de estudo as expressões de não coincidências do dizer e sua relação com a Teoria da Argumentação no Discurso, o objetivo é propor uma análise teórica das expressões de não coincidências do dizer (Authier-Revuz, 2004)², de modo a incluir as funções de ordem subjetiva, ou seja, a função pragmática da argumentação. O *corpus* da pesquisa é formado por 30 artigos de opinião e 30 artigos acadêmicos. O autor tomou dois gêneros diferentes por pressupor que são distintos os modos como o sujeito-enunciador utiliza-se dos recursos argumentativos, por isso afirma que a distinção reside na aplicação das técnicas argumentativas. Os dados apontam que, em artigos de opinião, as heterogeneidades enunciativas apresentam-se em número e tipo muito inferior ao que se apresentam em artigos acadêmicos. Assim, o pesquisador conclui que os artigos de

¹ Projeto que estuda a Norma Urbana Culta falada por universitários.

² O pesquisador refere-se à obra de AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2004.

opinião não oferecem o ambiente propício a esse tipo de expressão, porque elas representam uma hesitação do dizer do sujeito-enunciador. O propósito dessa tese é advogar em favor da aplicabilidade de uma análise retórica das expressões de não coincidência do dizer, o que se distancia de nossos objetivos, embora traga contribuições valiosas sobre a descrição das técnicas de argumentação e de manipulação da palavra.

Em Catelão (2013), o objeto de estudo são as formas e processos argumentativos presentes em textos de suicidas. O objetivo foi demonstrar que a enunciação do suicida está ancorada em encadeamentos argumentativos mais ou menos estáveis, construindo uma realidade com vistas a justificar o ato. O *corpus* foi formado por cartas pessoais de suicidas coletadas em inquéritos policiais do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – processos abertos entre 1890 a 1940 –, uma ocorrência do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1954 e uma ocorrência divulgada pela imprensa em fonte virtual em 2009.

O pesquisador levantou como hipótese a possibilidade de os textos produzidos por suicidas apresentarem relativa estabilidade composicional, tanto pelo campo composicional como pelo campo retórico. Assim, concluiu que a noção da sequência argumentativa mostrou-se como uma ferramenta para o estudo de textos produzidos por suicidas. A análise pelo engajamento da sequência dominante trouxe uma possibilidade de identificação (ou não) do motivo principal, além de significar um tipo de forma de sistematização da argumentação do suicida em função das novas teses defendidas e dos níveis justificativo e dialógico presentes nessas argumentações. Segundo o pesquisador, a identificação dos níveis – justificativo e dialógico – e as restrições e inferências em cada uma das composições foram dados importantes na caracterização desses textos. Este trabalho é um dos que mais se aproximam de nossas bases teóricas, porque revela também pressupor a ideia de que os modos de organização argumentativa variam de acordo com os gêneros do discurso.

Percebemos que os estudos citados anteriormente relativos à argumentação abrangem gêneros diferentes, estrutura e recursos discursivo-argumentativos/retórico-argumentativos que enfatizam aspectos peculiares ao estudo do texto de natureza argumentativa. Nesta pesquisa, investigamos as características do gênero redação do ENEM em seus aspectos externos e internos, descrevendo o entorno social em que a redação ocorre, analisando sua estrutura composicional – a sequência argumentativa e o plano de texto – e a construção retórica regularmente utilizada nos exemplares examinados. Além disso, inserimos no estudo da estrutura composicional argumentativa a análise dos tipos de acordo e das

técnicas de argumentação retórica, a fim de verificar como se produz o gênero redação do ENEM avaliadas com a nota 1.000, segundo os critérios do INEP, corrigidas por corretores/avaliadores e divulgadas pelo Guia do Participante (2013).

1.2 A relevância e os objetivos da pesquisa

A argumentação exige conhecimentos linguísticos, enciclopédicos, textuais e interacionais. Conhecer a estrutura textual e as técnicas argumentativas contribui para a compreensão da elaboração dos argumentos e reconhecimento das técnicas mais recorrentes. A redação do ENEM constitui-se em um texto da atualidade. Apesar de sua estrutura basear-se na redação escolar, apresenta um caráter de redação-exame. Para compreender esse gênero escolar, instigada pela necessidade de aprofundar e melhor ensinar, propor-nos a pesquisar os aspectos que o circundam.

Dessa forma, esta pesquisa pretende esclarecer aspectos que denominamos de externos e internos sobre o gênero redação do ENEM com o intuito de comprovar, através do percurso de análise, o que, de fato, envolve esse gênero, não o engessando em um modelo, mas analisando as características dele. Além disso, reconhecer essas características auxilia professores e interessados em produção textual do ensino básico a conhecerem esse gênero e, assim, orientarem os alunos a produzi-lo.

Logo, a contribuição desta tese – conforme nosso objetivo geral – consiste em caracterizar o gênero redação do ENEM sob o ponto de vista da ação social, segundo Bazerman (2011a) e Miller (2009 [1984]) e em desenvolver a análise desse gênero sob dois aspectos: da estrutura composicional textual/discursiva em Adam (1999; 2008) e das técnicas argumentativas em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Para atingir o objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as características da redação do ENEM concernentes à ação social que envolve o texto, através da concepção de gênero de Miller (2009 [1984]) e Bazerman (2011a);
- Identificar elementos da estrutura composicional textual/discursiva do protótipo da sequência argumentativa de Adam (1999; 2008) e da estrutura retórico-argumentativa da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

- Descrever as categorias conteúdo temático, construção composicional e estilo de Bakhtin (1997) na redação do ENEM.

1.3 Questões geradoras e hipóteses básicas de estudo

As questões de nossa pesquisa partem de alguns pressupostos teóricos utilizados como aportes teóricos para a análise: a concepção de gênero como ação social de Miller (2009 [1984]), as diretrizes metodológicas de Bazerman (2011), a estrutura composicional de Adam (1999; 2008), os tipos de acordo e as técnicas argumentativas de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). A partir dos objetivos, buscamos responder à seguinte questão central que se desdobra em mais duas questões secundárias:

- Como se caracteriza a redação do ENEM para ser denominada de gênero sob o ponto de vista da ação social em torno do texto, da estrutura composicional textual/discursiva e da argumentação retórica?
 - Como se constitui a ação social que envolve o texto da redação do ENEM sob a concepção de gênero de Miller e Bazerman?
 - Como se compõe a estrutura composicional textual/discursiva e a argumentação retórica da redação do ENEM?
 - De que maneira as categorias bakhtinianas apresentam-se na construção da redação do ENEM?

Nossas hipóteses advieram de uma questão motivadora sobre a caracterização da redação do ENEM como um gênero mais próximo do gênero artigo de opinião nos seguintes aspectos: argumentação em torno de uma temática, estrutura dissertativa – tese, desenvolvimento e conclusão – e organização retórica. No que se refere à ação social, a redação do ENEM tem o candidato e os avaliadores como os principais atores no processo de interação. Devido a essa finalidade avaliativa, as características desse texto sofrem modificações em sua estrutura composicional, retórico-argumentativa e ação social.

Acerca das hipóteses secundárias, a primeira afirma que a ação social em torno da redação do ENEM constitui-se como uma categoria, segundo Adam (2008), convencional que se baseia na tipificação da ação retórica e adquire significado da situação no contexto social

em que a situação originou-se. Nossa hipótese é que a redação do ENEM é uma prática discursiva inserida em uma das etapas do Exame Nacional do Ensino Médio e que reúne todas as características de um gênero.

A segunda hipótese trata da estrutura composicional do texto da redação do ENEM. Para isso, segue a proposta de Adam (1999; 2008) quanto ao protótipo da sequência argumentativa, com as macroproposições de tese, dados, inferências, tese anterior e conclusão. A respeito da estrutura retórico-argumentativa, testamos a hipótese de que são mais recorrentes algumas das técnicas de argumentação descritas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), como os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos quase-lógicos.

A terceira questão secundária sobre as categorias de Bakhtin (1997) – conteúdo temático, construção composicional e estilo – são os elementos-base para qualquer gênero e estão presentes na redação do ENEM. Assim, a construção do texto permite que identifiquemos um tema, uma estrutura composicional argumentativa bem definida e um estilo para compor o texto que exige o uso da norma escrita formal da língua portuguesa.

1.4 A organização retórica da tese

A tese está dividida em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão. No capítulo – Redação do ENEM: um gênero do discurso – discutimos e apontamos as categorias de análise que se referem ao gênero. Iniciamos com a perspectiva de gênero de Bakhtin (1997), concentrando esse aspecto da análise nas categorias de estilo, conteúdo temático e construção composicional. Na continuidade desse capítulo, adotamos abordagens teóricas sobre a concepção de gênero como ação social de Miller (2009 [1984]) e a sua noção de comunidade retórica. Bazerman (2011) que apresenta as diretrizes metodológicas de análise de gênero, tais como: o conjunto de gêneros, o sistema de gêneros e os sistemas de atividades; e a categoria psicossocial para uma compreensão do entorno social do gênero redação do ENEM.

No capítulo – A concepção da análise textual do discurso – apresentamos o plano de análise textual e de análise do discurso de Adam (1999; 2008), enfatizando a estrutura composicional do plano de texto e do protótipo da sequência argumentativa. Dessa análise,

verificamos a estrutura da redação do ENEM sob os aspectos composicionais, para identificarmos se há a presença dessa estrutura nos textos. Além disso, o capítulo demonstra alguns movimentos nas macroproposições que auxiliam na inserção e análise das técnicas argumentativas.

No capítulo – A concepção retórico-argumentativa – discorremos sobre argumentação na perspectiva da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e dos componentes retóricos. Neste capítulo, demonstramos os tipos de acordo – do real e do preferível – e as técnicas argumentativas, divididas em quatro grupos: os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que fundam a estrutura do real e os argumentos por dissociações das noções. Essa análise complementa a estrutura composicional, conforme o esquema de análise de Catelão (2013). Apresentamos, também, as técnicas de manipulação da palavra de Breton (1999; 2003) que se dividem em dois grupos: a manipulação dos afetos e a manipulação cognitiva.

No capítulo – Abordagem metodológica – descrevemos o percurso metodológico dividido em: caracterização da pesquisa, delimitação do universo, procedimentos de análise. Discorremos sobre o tipo de pesquisa, o universo de nosso *corpus* e sobre como analisamos as características externas e internas da redação do ENEM. Além disso, abordamos as políticas públicas direcionadas ao ENEM para esclarecer a estrutura do exame e as competências adotadas na correção dessas redações.

No capítulo – Caracterização do gênero redação do ENEM – discorremos sobre os desdobramentos das questões-problema através da análise de dois aspectos da caracterização da redação: externa e interna. O capítulo tem por objetivo demonstrar como se apresenta a redação do ENEM no entorno social, descrevendo o percurso desde a inscrição para o exame até a produção da redação. Apresentamos a análise de alguns textos na íntegra e excertos das redações, enfatizando a estrutura composicional, o protótipo da sequência argumentativa, o plano de texto e o exame dos tipos de acordo e das técnicas argumentativas.

2 REDAÇÃO DO ENEM: UM GÊNERO DO DISCURSO

“O gênero vive do presente
mas recorda o seu passado, o seu começo.”
(BAKHTIN, 2008, p. 121).

Iniciamos o presente estudo com a definição da perspectiva teórica de gêneros do discurso³ que será aqui adotada. O capítulo constitui-se, inicialmente, em uma discussão sobre as categorias de análise que contribuíram para a caracterização, principalmente, dos aspectos externos da redação do ENEM como gênero. Adotamos as três características de organização do gênero em Bakhtin (1997), a concepção de Miller (2009) que compreende o gênero como uma ação social, inserido em uma comunidade retórica, e as categorias de análise de Bazerman (2011a) que se aproximam da concepção de gênero adotada. Encerramos o capítulo com as considerações de como usamos as categorias de análise da caracterização externa do gênero.

2.1 A perspectiva de gênero em Bakhtin

Os estudos sobre gênero iniciaram na tradição poética, com Platão, e na tradição retórica, com Aristóteles, mas, somente na Literatura, sua classificação consagrou-se com mais rigor. Machado (2010) afirma que o modo da representação mimética classifica-se em: lírica (poesia de primeira voz), épica (poesia de segunda voz) e dramática (poesia de terceira voz). Na classificação aristotélica, o seu foco continuou na Literatura, porque os gêneros literários são marcados pela fixidez. Os estudos de Bakhtin redimensionam essa noção de gênero e trazem uma importante contribuição com a discussão da problemática dos gêneros e as formas de interação nas variadas esferas de atividades sociais. Por essa razão, a nossa discussão girará em torno da noção de gênero do discurso para Bakhtin, precursor da noção de

³ Os termos gênero do e de discurso carregam em si implicações teóricas que orientam a perspectiva de estudo do pesquisador. Em nossa pesquisa, adotamos o termo gênero do discurso por pertencer à orientação de um estudo do gênero sob a perspectiva da Língua Textual e por se apresentar em Bakhtin (1997) e Adam (2008), teóricos que tomamos por base. Já o termo gênero de discurso remete à perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa.

gênero na dimensão dialógica, uma vez que assumimos a visão de que uma abordagem do gênero não pode desconsiderar aspectos sociais e discursivos.

2.2 Os gêneros do discurso

No advento dos estudos do Círculo de Bakhtin, o filósofo (1997) desenvolveu um de seus conceitos – os gêneros do discurso – na perspectiva dialógica do processo comunicativo em que as relações interativas são processos produtivos de linguagem. Assim, o gênero, para Bakhtin (1997), é uma totalidade típica de enunciado artístico, e uma totalidade vital, um todo acabado. O filósofo estudou o universo das interações dialógicas, incluindo o romance, por encontrar nesse gênero a representação da voz que discute ideias e se posiciona no mundo. Segundo Machado (2010),

Para Mikhail Bakhtin, a prosificação da cultura letrada pode ser considerada um processo altamente transgressor, de desestabilização de uma ordem cultural que parecia inabalável. Trata-se da instauração de um campo de luta, da arena discursiva onde é possível se discutir ideias e construir pontos de vista sobre o mundo, inclusive com códigos culturais emergentes. (MACHADO, 2010, p. 154).

Bakhtin (1997) afirma que o posicionamento sobre as esferas de uso da linguagem se refere diretamente aos enunciados concretos, manifestados nos discursos. Dessa forma, os gêneros do discurso concebidos como uso das finalidades comunicativas e expressivas devem ser dimensionados como manifestação da cultura. Eles se constituem como dispositivo de organização, troca, divulgação, armazenamento, transmissão e, sobretudo, criação de mensagens em contextos culturais específicos. Os gêneros são elos de uma cadeia que une, mas também dinamiza as relações entre pessoas ou sistemas de linguagem.

O termo gênero do discurso, para Bakhtin (1997), é definido como tipos relativamente estáveis de enunciados ou formas relativamente estáveis e normativas do enunciado. Conforme Rodrigues (2007, p. 163), o filósofo “olha os gêneros a partir da sua historicidade (eles não são unidades convencionais) e lhe atribui a mesma natureza dos enunciados (natureza social, discursiva e dialógica), ao tomá-los como seus tipos históricos”. Bakhtin (1997) ainda afirma que:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção

operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Acerca dos três elementos que compõem o enunciado, o conteúdo temático é definido como o sentido do todo do enunciado concreto, um ato sócio-histórico preciso. Para Souza (2002, p. 111) “em todo enunciado concreto existe uma parte verbal e uma parte extraverbal, e o tema pertence a essa última, enquanto um dos fatores de acabamento do enunciado concreto”. O tema tem um índice de valor social de natureza interindividual, além de ter um caráter ideológico, histórico-fenomenológico, sociológico e dialógico.

Bakhtin (1997) traça um paralelo entre *significação* e *tema*. O autor afirma que a *significação* refere-se ao potencial significativo de determinado signo próprios aos signos linguísticos e às formas gramaticais do signo. Por apresentar uma noção de natureza abstrata, caracteriza-se pela instabilidade e permanência. Já o *tema*, corresponde à atualização dessa significação por envolver um contexto histórico e social. Logo, caracteriza-se pela dinamicidade e inconstância, o que o torna único e indissociável na enunciação.

Assim, quando um objeto de discurso torna-se tema de um enunciado, recebe acabamento relativo, em condições determinadas, em função de uma abordagem do problema, dentro dos limites do intuito definido pelo autor. Souza (2002), tomando por base Bakhtin, apresenta algumas características que definem o tema como

a) uma propriedade que pertence a cada enunciado como um todo; b) o sentido do enunciado completo; c) individual e não reiterável; d) expressão de uma situação histórica concreta que deu origem ao enunciado; e) determinado não pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entonações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação; f) tão concreto como o instante histórico ao qual pertence o enunciado; g) irreduzível à análise, ou seja, não pode ser segmentado; h) um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução; e i) “uma reação da consciência em devir ao ser em devir”, ou seja, é uma resposta. (SOUZA, 2002, p. 109).

O tema transcende a língua, uma vez que é o todo do enunciado compreendido como um ato discursivo, não está direcionado à palavra, à frase ou ao período, mas sim ao próprio tema. Ele é inseparável da situação total do enunciado bem como dos elementos linguísticos, apresentando uma dimensão extraverbal – a situação – e outra verbal – a palavra. Corroborando com a afirmação anterior, Cereja (2010) afirma que:

[...] o sentidos do signo ou do enunciado, isto é, o seu tema, só pode ser tomado se se levar em conta o enunciado concreto, isto é, além dos elementos lingüísticos/enunciativos (sic) (palavras, escolhas sintáticas e fonéticas, entonação etc.) também os elementos que fazem parte da situação extraverbal: identidade dos interlocutores, finalidade da enunciação, momento histórico, ideologia, discursos que circulam nas enunciações, nos enunciados concretos. (CEREJA, 2010, p. 218).

Destarte, o parâmetro de análise que nos utilizamos constitui-se em compreender o tema como signo ideológico da enunciação na redação do ENEM, levando em conta a situação extraverbal nos seguintes aspectos: o papel dos interlocutores, a finalidade da enunciação e a esfera de circulação.

O conceito seguinte – o estilo – define-se pela interação dialógica entre duas ou mais pessoas. Ele se constitui em uma construção dialógica, sociológica e ideológica assim como o enunciado concreto. Bakhtin e Volochinov classificam os estilos em três tipos: linear, pictórico e monumental. No estilo linear, a tendência “é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado, correspondendo a uma fraqueza do fator individual interno”. (SOUZA, 2002, p. 125). A tendência no estilo pictórico é “atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem”. (SOUZA, 2002, p. 125). O estilo monumental “ocorre com a transposição primitiva e inerte do enunciado de outrem”. (SOUZA, 2002, p. 125).

A compreensão de estilo está indissolivelmente ligada ao enunciado e às formas típicas de enunciado, ou seja, aos gêneros do discurso. A seguir, algumas características da relação entre estilo e suas particularidades constitutivas do enunciado concreto:

- a) o estilo é indissolivelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal;
- b) o estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado;
- c) o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado.
- d) uma análise estilística que queira englobar todos os aspectos do estilo deve obrigatoriamente analisar o todo do enunciado e, obrigatoriamente, analisá-la dentro da cadeia da comunicação verbal de que o enunciado é apenas um elo inalienável. (SOUZA, 2002, p. 126).

Vale notar como, na concepção bakhtiniana, todo texto (e, conseqüentemente, o gênero em que se enquadra) deve ser considerado “dentro da cadeia de comunicação verbal de que é apenas um elo inalienável”. A engrenagem dinâmica do enunciado concreto é

caracterizada, entre outros aspectos, pela tipologia de estilo, distinguindo estilo familiar, estilo íntimo e estilo objetivo-neutro.

A tipologia faz parte da interação gênero do discurso e estilo, do grau de proximidade entre destinatário e locutor. Compreendemos, assim, que a tipologia de estilo define-se na esfera da vida cotidiana ou na vida oficial. Neste trabalho, analisamos o estilo a partir dos seguintes parâmetros: o estilo verbal como recurso linguístico – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – e sua adequação na esfera de comunicação que envolve a redação do ENEM.

O terceiro conceito – a construção composicional – apresenta poucas explicações, levando-se em conta os outros dois conceitos – tema e estilo. Dessa forma, o ato comunicativo realiza-se por um formato, em torno de uma organização linguística e textual. Quanto à organização linguística, há uma regularidade que permite a identificação e o recurso a um determinado gênero. Para Ribeiro (2010, p. 60), “a construção composicional cumpre a função de integrar, de sustentar e de ordenar as propriedades do gênero”.

A construção composicional garante, juntamente com os elementos constituintes, uma unidade orgânica que dá vitalidade ao gênero no projeto enunciativo. O que dá unidade composicional ao gênero redação do ENEM? Pensamos que seja o plano de texto e a sequência textual a que está visceralmente atrelado: a argumentativa. Essa é a razão pela qual a elegemos como um dos critérios fundamentais de caracterização desse gênero.

Ainda sobre a definição de gêneros do discurso, Bakhtin (1997) afirma que são tipos relativamente estáveis de enunciados ou formas relativas e normativas do enunciado. Esses tipos são marcados sócio-historicamente, uma vez que estão relacionados às diferentes situações sociais. Os gêneros do discurso, por estarem inseridos em esferas discursivas, são heterogêneos, classificam-se em: gêneros primários e gêneros secundários.

Os primários estariam para gêneros como o diálogo, a carta, as situações de interação face a face, uma vez que se constituem em situações de comunicação ligadas a esferas sociais cotidianas. Os secundários se relacionam a esferas públicas e mais complexas de interação social; são mediados pela escrita como uma forma de composição monologizada, transmutando os gêneros primários. Em termos bakhtinianos, Koch (2003) complementa a definição de gêneros da seguinte forma:

- são tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca: os gêneros possuem uma forma de composição, um plano composicional;

- além do plano composicional, distinguem-se pelo conteúdo temático e pelo estilo;
- trata-se de entidades escolhidas tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou intenção do locutor. (KOCH, 2003, p. 54).

Para Marcuschi (2002, p. 19), os gêneros “caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”. Eles estão associados às necessidades das atividades socioculturais, assim como à relação com as inovações da tecnologia, facilmente perceptíveis na quantidade de gêneros textuais existentes hoje, considerando as sociedades anteriores à comunicação escrita. O autor usa a expressão *gênero textual*, conceituando-a “como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”. (MARCUSCHI, 2002, p. 22-23).

Antes do advento de gênero do discurso, atualmente contemplado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), seguia-se um modelo cuja estrutura baseava-se nos tipos textuais – narração, descrição e dissertação. Esses textos circulavam apenas no ambiente escolar restrito à sala de aula, tendo, na maioria das vezes, como único leitor o professor de português. Com os PCN, a escola precisou redimensionar a produção do texto, tomando por base o gênero, que passou a ser reproduzido em situações artificiais de sala de aula, permitindo ao aluno produzir de forma mimética gêneros que circulam na esfera social, tal como o artigo de opinião.

Por isso, compreendemos que a redação do ENEM não se diferencia dessa realidade, apesar de circular em uma esfera mais ampla, uma vez que a correção tem por objetivo selecionar textos através de uma avaliação que se compõe de cinco competências⁴. Quando a redação obtém uma excelente classificação, algumas delas são divulgadas em sites como um padrão a ser seguido por serem considerados “bons exemplares” da redação do ENEM.

Em suma, consideramos que a redação do ENEM insere-se no gênero redação-exame, por entendermos que esse texto segue um padrão exigido pelo órgão organizador, ou seja, um plano de texto com dominância argumentativa. Adotamos como categorias de análise

⁴ As competências são elencadas, conforme o Guia do Participante: 2013, no capítulo seis sobre a abordagem metodológica.

– o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – que permitem compreender o gênero em uma perspectiva dialógica que se complementa com o estudo da estrutura composicional da sequência argumentativa em Adam (2008). A intenção é fomentar uma discussão de como essas categorias de Bakhtin contribuem para a análise da redação do ENEM, juntamente com a perspectiva que adotamos de gênero como ação social em Miller (2009).

A nosso ver, as três características dos gêneros em Bakhtin que compõem a forma de organização atrelada à noção de gênero como ação social contribuem para analisarmos as redações. Essa contribuição dá-se por entendermos que Bakhtin e Miller compreendem os gêneros como ações humanas que podem ser interpretadas quando lhe são atribuídas intenções dentro de um contexto situacional marcadas no tempo e no espaço. Para Miller, o importante não é classificar ou nomear, mas entender como funciona, e, para nós, como se caracteriza, ou seja, aspectos que evidenciem o gênero redação do ENEM.

2.3 A perspectiva dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG)

A concepção de gênero como ação social se agrega à escola de estudos de tradição norte-americana, inserindo-se na perspectiva dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG). A contribuição desses estudos tende a compreender como os conceitos sociológicos medeiam modos textuais e sociais de conhecer, estar e interagir em contextos determinados. Destarte, Bawarshi e Jo Reiff (2013, p. 81) afirmam que o contexto em ERG é visto “como um desempenho progressivo e intersubjetivo, mediado pelos gêneros e por outras ferramentas culturalmente disponíveis”.

A contribuição de Miller (2009 [1984]) acerca desses estudos foi estabelecer conexões entre as novas concepções da retórica como ação simbólica e os estudos em crítica retórica e sociologia, enfocando a tipificação retórica e social. Para a autora, o gênero é compreendido como uma “ação retórica tipificada”, ou seja, as situações retóricas são recorrentes, logo podemos “tipificá-las” por analogias e semelhanças relevantes. Importa a esta pesquisa identificar ações retóricas que tipificam o gênero redação do ENEM a fim de mostrar quais as ações sociais que ela cumpre. Miller (2009 [1984]) também contribui com outro conceito: o de comunidade retórica, em que “os gêneros servem como chaves para a compreensão de como participar nas ações de uma comunidade”. (MILLER, 2009, p. 44).

2.3.1 O gênero como ação social

A abordagem do gênero como ação social é uma definição que aponta critérios pragmáticos como demarcadoras dos gêneros. Assim, Miller (2009 [1984]) destaca três aspectos que dão subsídios a sua noção de gênero: classificação do discurso, situações retóricas recorrentes e teorias hierárquicas do sentido.

A autora, em seu ensaio, também trata de dois pontos que se constituem uma preocupação para ela. Primeiro, “desenvolver uma perspectiva sobre gênero que depende de áreas de concordância em trabalhos prévios, ligando essas áreas a material comprobatório” (MILLER, 2009, p. 22); segundo, propor uma compreensão de gênero que ajude a explicar como encontramos, interpretamos, criamos e reagimos aos textos.

De acordo com esse segundo ponto, tomamos a definição de Miller para o propósito de nossa pesquisa de analisar aspectos que caracterizem o gênero redação do ENEM. Ela complementa a abordagem de Campbell e Jamieson⁵, afirmando, ainda, a importância do estudo de gênero em alguns aspectos sociais e históricos da retórica.

No aspecto de classificação do discurso, Miller (2009, p. 22) afirma que essa classificação “será retoricamente sólida se contribuir para uma compreensão de como o discurso funciona – isto é, se reflete a experiência retórica do povo que cria e interpreta o discurso”. A autora toma os termos de Burke⁶, “motivo” e “situação”, porque, para ela, a ação humana só é interpretável em um contexto de situação e de atribuição de motivos. Esses termos também sustentam a definição de gênero de Campbell e Jamieson, que abordam dois aspectos: um método de classificação que satisfaça a exigência de relevância para a prática retórica e uma explicação de certos aspectos de como a realidade social evolui.

Miller (2009) retoma teorias de gênero de cunho retórico, porém identifica duas falhas: não há um princípio de classificação que promova concordância crítica e clareza teórica; nenhuma delas fundamenta o gênero na ação retórica situada. Destarte, Miller (2009, p. 28) propõe uma classificação etnometodológica que “procura explicar o conhecimento que a prática cria”. Algumas lacunas, no entanto, são apontadas, tais como: esclarecer a relação entre a retórica e o seu contexto de situação, a fusão entre elementos situacionais com

⁵ Miller refere-se à obra de JAMIESON, K. H.; CAMPBELL, K. K. **Rhetorical Hybrids**: Fusions of Generic Elements. *Quartely Journal of Speech*, 1982.

⁶ Miller refere-se à obra de BURKE, K. **Permanence and Change**: An Anatomy of Purpose. Indianapolis, in Bobbs-Merrill. 1965 [1935].

elementos formais e substantivos e a localização dos gêneros em uma escala hierárquica de generalizações da linguagem em uso.

No aspecto de situações retóricas recorrentes, Miller (2009, p. 29) toma por base as abordagens de Bitzer (1980), Brinton (1981), Patton (1979) que “enfatizam o status ontológico das situações como eventos reais, objetivos e históricos”. Acerca da situação, descrevem-na com dois tipos de componentes: Patton denomina de componentes **externos**⁷ e internos, Brinton de **objetivos**⁸ e subjetivos, Bitzer de **factualis**⁹ e de interesse de exigência. Para os três autores, o primeiro termo é fundamental, porque é considerado como a parte real da situação, enquanto o segundo termo é compreendido como uma tela perceptual. Segundo Miller (2009, p. 30), “a recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social e não pode ser entendida em termos materialistas”. A autora ainda complementa que são construtos sociais, resultando em uma “definição”. Miller baseia-se em Schutz (1973)¹⁰, tomando dele a definição de “estoque de conhecimento” para constituir a noção de tipo. Assim, “se uma nova tipificação evidencia ser continuamente útil para o controle de estados de coisas, ela entra no estoque de conhecimentos e sua aplicação se torna rotineira”. (MILLER, 2009, p. 31). Sobre a exigência, a autora afirma que está localizada no mundo social, por ser uma forma de conhecimento social que se constitui em “uma interpretação mútua de objetos, eventos, interesses e propósitos que não somente os ligam entre si, mas também os fazem ser o que são: uma necessidade social objetivada”. (MILLER, 2009, p. 32).

No aspecto teorias hierárquicas de sentido, Miller (2009) retoma os estudos de Campbell e Jamieson como chave para a compreensão da “significância” de um gênero, assim é possível explicar a fusão da substância, considerada como o valor semântico do discurso, com a forma percebida através das maneiras em que a substância é simbolizada. Miller (2009, p. 34) afirma que “Burke sustenta que a substância se deriva de nosso “agir junto”, que nos dá sensações, conceitos, imagens, ideias, atitudes comuns”. O quadro, a seguir, demonstra como se dá o processo que perpassa a forma e a substância para se coadunar com a ação:

⁷ Grifo nosso.

⁸ Grifo nosso.

⁹ Grifo nosso.

¹⁰ A referência de Miller é: SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. **The Structures of the Life-World**. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1973.

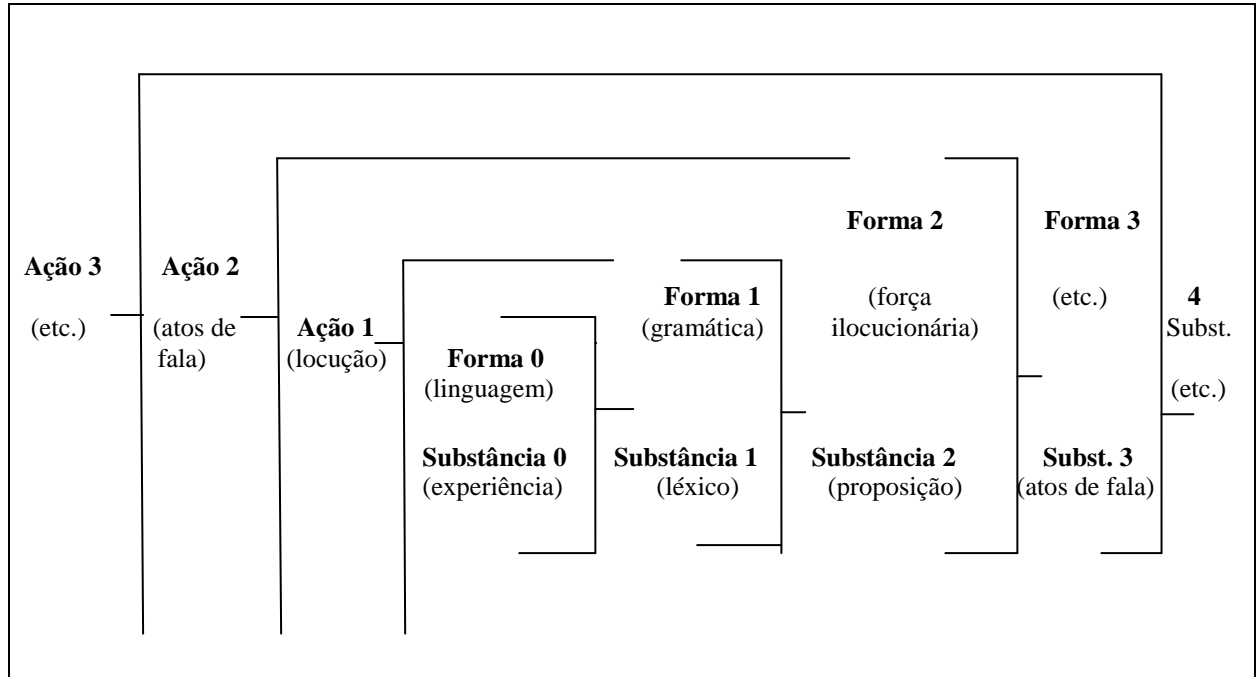


Fig. 01: Relações hierárquicas de substância, forma e sentido como ação. (MILLER, 2009, p. 36).

A fim de esclarecer as relações hierárquicas de substância, forma e ação, Miller (2011) afirma que:

a forma é a dimensão em que mais facilmente detectamos a tipificação; a forma se aplica de um fenômeno ou evento para outro, e percebemos similaridades de forma muito fácil, mas o que o conceito de tipificação nos induz a ver, além das similaridades de forma, são as similaridades de conteúdo ou substância e as similaridades de ação; mais uma vez, eu retorno ao modelo semiótico para descrever os gêneros: similaridades de substância e similaridades de forma que nos permitem proceder e engajar em similaridades de ação, e penso que a tipificação se aplica a todos os três níveis. (MILLER, 2011, p. 34).

Ainda, segundo Miller (2009), essa relação hierárquica está de forma implícita na teoria dos atos de fala, que se compõe de dois elementos: um enunciado ou uma proposição e a força ilocucionária. Também retoma os jogos de linguagem de Wittgenstein e afirma que o contexto é considerado um terceiro nível hierárquico do significado, porque engloba a substância e a forma, o que possibilita a interpretação da ação através dessa fusão.

Outros modelos hierárquicos são enfatizados por Miller, tais como o de Frenz e Farrell (1976)¹¹, que é fundamentado na teoria de ação, fazendo uso da abordagem de regras da comunicação. Os autores propõem um paradigma que consiste em três “construtos hierarquicamente estruturados”: contexto, episódios e atos simbólicos. Outro modelo

¹¹ Miller refere-se à obra de FRENZ, T. S.; FARRELL, T.B. **Language-Action: A Paradigm for Communication**. *Quarterly Journal of Speech* 62, 1976. p. 334.

hierárquico de comunicação é proposto por Pearce e Conklin (1979)¹², que tratam do problema de interpretar significados não literais na conversação. Esse modelo consiste em cinco níveis: os arquétipos, os episódios, os atos de fala, as proposições e o fluxo de comportamento interpretado. Vejamos a seguir a proposta de hierarquia de sentido que incorpora gênero, comparada com as de Frenzt e Farrell (1976) e de Pearce e Conklin (1979):

Hierarquia proposta	Hierarquia de Frenzt e Farrell	Hierarquia de Pearce e Conklin
Natureza humana	–	Arquétipo
Cultura	–	–
Forma de vida	Forma de vida	–
Gênero	Encontro	–
Episódio ou estratégia	Episódio	Episódio
Atos de fala	Ato simbólico	Atos de fala
Locução	–	Proposição
Língua	–	–
Experiência	–	Comportamento

Fig. 02: Proposta de hierarquia de sentido. (MILLER, 2009, p. 37).

A autora considera em sua proposta de hierarquia de sentido que a experiência, a língua, a locução, os atos de fala e o episódio são os níveis microdiscursivos, já a forma de vida, a cultura e a natureza humana são os níveis macrodiscursivos. Ela lança a questão de como esses níveis podem relacionar-se, mas não esclarece de que maneira isso ocorre, apenas toma por base a teoria da estruturação de Giddens (1981)¹³ para explicar a ação e a estrutura. A contribuição retirada por Miller (2009) desses modelos de proposta de hierarquia de sentido é a de que:

[...] podemos considerar que há dois tipos de hierarquia aos quais os gêneros pertencem, e é proveitoso mantê-los distintos. Um tipo coloca discursos singulares em classes e essas em classes mais amplas; esse é o tipo a que se refere Simons¹⁴. O outro coloca constituintes em unidades e as unidades em conjuntos maiores (palavras, sentenças, atos de fala, textos etc.), na maioria como fazem as hierarquias da figura 2. O gênero é hierárquico em ambos os sentidos, mas o segundo tem mais a ver com sua significância retórica, isto é, o modo como funciona enquanto fonte de significado. (MILLER, 2009, p. 40-41).

¹² Miller refere-se à obra de PEARCE, W. B.; CONKLIN, E. **A Modelo f Hierarchical Meanings in Coherent Conversation and a Study of Indirect Responses**. Communication Monographs 46, 1979. p. 36-55.

¹³ Miller refere-se à obra de GIDDENS, A. Agency, Institution and Time-Space analysis. In: KNORR-CETIN, K.; CICOUREL, A. V. (Orgs.). **Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro- and Macro-sociologies**. Boston, MA: Routledge and Kegan Paul, 1981.

¹⁴ A autora refere-se à obra de SIMONS, H. “Generalizing’ About Rhetoric: A Scientific Approach”. In: CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. (Orgs.). **Form and Genre: Shaping Rhetoric Action**. Falls Church, VA: Speech Communication Association, 1978. p. 33-50.

Tomando por base as propostas de hierarquia de sentido, Miller (2009) destaca os seguintes aspectos caracterizadores de um gênero, que serão aqui tomados como pressupostos para a defesa da tese de que a redação do ENEM é um gênero do discurso:

1. O gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica; como ação adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação se originou.
2. Como ação significativa, o gênero é interpretável por meio de regras; regras de gênero ocorrem num nível relativamente alto de uma hierarquia de regras para interpretações simbólicas.
3. O gênero é distinto de forma: forma é o termo mais geral usado em todos os níveis da hierarquia. O gênero é uma forma num nível particular, que é a fusão de formas de níveis mais baixos e a substância característica.
4. O gênero serve como a substância de formas em níveis mais altos; como padrões recorrentes do uso linguístico; os gêneros ajudam a constituir a substância de nossa vida cultural.
5. Um gênero é um meio retórico para a mediação das intenções privadas e da exigência social; ele é motivador ao ligar o privado com o público, o singular com o recorrente. (MILLER, 2009, p. 41).

A autora explica que essa perspectiva sobre o gênero não é suficiente para permitir a quantificação de traços formais ou esclarecer uma hierarquia completa de regras. Segundo Miller (2009, p. 41), essa perspectiva “sugere que a coleção de discursos (ou uma coleção potencial) pode deixar de constituir um gênero de três maneiras importantes”.

Dessa forma, Miller apresenta três riscos para que isso ocorra: o primeiro corresponde a não haver similaridades substantivas ou formais significativas em níveis mais baixos da hierarquia; o segundo é usar os tipos aristotélicos, a fim de identificar gêneros atuais que não podem ser descritos, conforme os tipos citados; o terceiro corresponde a não haver uma maneira de entender o gênero como ação social, porque não apresenta componentes pragmáticos.

Em suma, a compreensão de gênero como uma ação recorrente e significativa incorpora aspectos de racionalidade cultural. Apesar dos riscos apresentados por Miller, tomamos por base os aspectos caracterizadores de um gênero. Respaldamo-nos para isso em Miller (2009) a fim de justificar por que a redação do ENEM constitui ações retóricas tipificadas, ou seja, situações retóricas recorrentes dentro de uma comunidade retórica.

Nosso parâmetro de análise da definição de gênero restringe-se ao primeiro aspecto, por se referir ao gênero como uma categoria convencional do discurso baseada na tipificação. Conforme Miller (2009, p. 44), os “gêneros servem como chaves para a compreensão de como participar nas ações de uma comunidade”. Essa afirmação tende a

concentrar-se mais na produção da pessoa que desenvolve a ação do que na recepção do texto. Assim, inserimos a noção de comunidade retórica que complementa a definição de gênero como ação social adotada em nossa pesquisa sobre a caracterização da redação do ENEM.

2.3.2 O conceito de comunidade retórica

Como vimos, para Miller (2009, p. 47), o “gênero serve como substância para formas em níveis mais altos”; como padrões recorrentes de uso da linguagem, “os gêneros ajudam a constituir a substância da nossa vida cultural”. Sobre essa afirmação, a autora compreende que o fenômeno linguístico-cultural poderia ser organizado do micronível de processamento da língua natural até os macroníveis da cultura e da natureza humana. Dessa forma, o gênero encontraria-se em posição intermediária, uma vez que está conectado aos níveis – micronível e macronível – por meio de um sistema semiótico de regras constitutivas e reguladoras.

Miller, ao tratar dessa definição, toma por base o teórico social Giddens (1981)¹⁵ para focalizar seus estudos na relação entre mentes e instituições à luz da teoria da estruturação. Tomando por base Giddens, Miller (2009, p. 50) afirma que:

A “estruturação” descreve nossa experiência de que as relações sociais são estruturadas no tempo e no espaço. As estruturas das relações sociais consistem de regras e recursos; as regras, como na linguística, são, ao mesmo tempo, constitutivas e normativas; os recursos são os meios através dos quais as regras se realizam – são as “capacidades de fazer as coisas acontecerem”. Essas estruturas são em grande parte tácitas, questões do conhecimento prático, que os membros da sociedade mutuamente carregam consigo; dito de outra forma, Giddens chama de estrutura uma “ordem virtual” no sentido de que esta estrutura existe apenas nas suas instanciações [...] em práticas e como traços da memória que orienta a conduta dos agentes humanos inteligentes.

Com essa afirmação, a primeira característica da estruturação serve como um vínculo entre indivíduos e coletividade, ou seja, “entre a concretude e a particularidade da ação e a abstração e a longevidade das instituições”. (MILLER, 2009, p. 51). Importante ressaltar que, apesar de a estrutura ter uma existência virtual fora do espaço-tempo, ela tem que se realizar no espaço-tempo dentro do fluxo real da existência material. Segundo Miller (2009, p. 51), “os atores têm que criar a estrutura para si e para outros, esquematizar as situações existenciais, interpretar ou ‘indexicalizar’ a confusão de possibilidades

¹⁵ Ver referência na nota de rodapé de número 12.

‘inerentemente difícil de se entender’ em que eles se encontram”. Isso é realizado com estruturas já disponíveis que apresentam classificações e interpretações compartilhadas e, necessariamente, sociais.

A segunda característica recai sobre a reprodução da estrutura, que, na teoria de Giddens, é uma maneira de caracterizar o que os retóricos chamam “recorrência”. Miller (2009), em trabalho anterior, afirma que o termo parecia ser uma questão de percepção intersubjetiva, ou seja, a recorrência é inferida pela compreensão de situações de alguma forma ‘comparáveis’, ‘similares’ ou ‘análogas’ a outras situações. Para Miller (2009),

o que a noção de reprodução acrescenta é a ação dos participantes; atores sociais criam recorrência em suas ações ao reproduzir os aspectos estruturais das instituições, ao usar estruturas disponíveis como meio para a sua ação e, desse modo, produzir essas estruturas de novo como resultados virtuais, disponíveis para futura memória, interpretação e uso. (MILLER, 2009, p. 51-52).

Assim, o gênero é um constituinte específico e relevante da sociedade que se admite como uma estrutura de poder que as instituições exercem. É um aspecto da comunicação capaz de reprodução que se manifesta em mais de uma situação, em mais de um espaço-tempo concreto. Ele se torna um determinante do *kairós* retórico, que é um meio para definir uma situação no espaço-tempo e compreender as oportunidades que a intervenção nesse espaço-tempo oferece. Logo, o gênero é um nexos estrutural de nível intermediário entre mente e sociedade. Miller (2009) compreende o termo ‘estrutura’ da teoria de Giddens como “um aspecto constituinte da ação e que a ação é o aspecto principal”. (MILLER, 2009, p. 53). Para Miller (2009), criamos o conhecimento e a capacidade necessária para reproduzir a estrutura na ação.

A autora também toma por base o ‘status metafísico’ de Harré (1981)¹⁶ e seus tipos de coletividade denominados de “taxonômicas” e “relacional”. Miller (2009), tomando por base Harré, afirma que os membros de coletividades taxonômicas podem compartilhar qualidades e crenças comuns sem possuírem nenhuma real inter-relação entre si. Já as coletividades relacionais apresentam relações reais umas com as outras que ocorrem através de um compartilhamento ativo, uma estrutura diferenciada. Miller (2009) sugere um terceiro tipo de comunidade de status metafísico em contraste com ambas as coletividades –

¹⁶ Miller refere-se à obra de HARRÉ, R. Philosophical Aspects of the Macro-Micro Problem. In: KNORR-CETIN, K.; CICOUREL, A. V. (Orgs.). **Advances in Social Theory and Methodology**: Toward an Integration of Micro- and Macro-sociologies. Boston, MA: Routledge and Kegan Paul, 1981.

taxonômicas e relacionais –, denominada de ‘virtual’. Miller (2009) define comunidade retórica como uma:

[...] entidade virtual, uma projeção discursiva, um construto retórico. É a comunidade tal qual é invocada, representada, pressuposta ou desenvolvida no discurso retórico. É constituída por atribuições de ações retóricas articuladas características, gêneros de interação, modos de realização, que inclui o de reproduzir a si mesma. (MILLER, 2009, p. 55).

As comunidades retóricas existem nas memórias humanas e nas suas instâncias específicas em palavras, pertencem a uma hierarquia discursiva, não no espaço-tempo, mas em um nível cumulativo bem mais elevado que os gêneros. Miller (2009, p. 55) afirma que a comunidade retórica opera “em parte através do gênero, como o lugar operacional da ação articulada, reproduzível, o nexos entre o privado e o público, o singular e o recorrente, o micro e o macro”. A compreensão de comunidade retórica não consiste na delimitação de um espaço físico.

Conforme Sousa (2009, p. 48), “a virtualidade possibilita a disponibilidade de estruturas que são passíveis de reprodução em mais de um espaço-tempo”. A comunidade retórica pode ser compreendida como uma projeção discursiva, que se estrutura através da linguagem, ou seja, da prática de ações retóricas tipificadas. Na Nova Retórica, o conceito de comunidade e de discurso é fundamental, uma vez que o discurso delinea a comunidade.

As forças centrípetas (de estabilização) e centrífugas (de desestabilização), tomando por base o termo bakhtiniano, também contribuem na construção de uma comunidade retórica, uma vez que há acordos e desacordos, premissas entimemáticas e afirmações contestadas, identificação e divisão. Miller (2009) vê a comunidade retórica como interna, construída e a caracteriza como fundamentalmente heterogênea e contenciosa.

Em suma, o gênero assume uma força estruturante que propicia a manutenção de uma determinada comunidade retórica. Apesar de o conceito não nos parecer claro, essa noção corrobora a evolução do gênero bem como sua pertença a dada comunidade. Com relação à redação do ENEM, esse parâmetro de análise leva-nos a compreender que o gênero é uma tipificação recorrente que se compõe de estruturas anteriores a ele e se constitui em um meio de acesso a uma determinada comunidade discursiva, mediante as forças centrípetas e centrífugas que circundam o gênero exprime-se a comunidade retórica. À concepção de gênero aqui adotada, acrescentamos algumas categorias de Bazerman que coadunam com as elucubrações de Miller.

2.4 A perspectiva de Bazerman

A proposta de Bazerman apresenta uma série de instrumentos conceituais e analíticos que dialogam com a proposta de Miller. Em sua abordagem analítica, o autor enfatiza o conceito de fato social e de ato de fala, concepção esta de Austin. Já em sua análise textual, Bazerman focaliza o gênero e os agregados maiores – conjunto de gêneros, sistemas de gêneros e sistemas de atividades.

Conforme Bazerman (2011a, p. 19), “esses conceitos sugerem como as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimento, fazendo uso de textos”. Um traço relevante da concepção de gênero para Bazerman é a categoria psicossocial que emerge historicamente. Para ele, a noção de gênero pode ser aplicada a qualquer tipo de artefato ou de declaração em que possa ser visto como um enunciado significativo, sua delimitação é que o torna diferente do texto. Logo, o texto é definido por Bazerman (2011a) como trechos que podem começar ou terminar em qualquer lugar sem, necessariamente, serem percebidos como declarações completas.

Compreender os gêneros e como é o seu funcionamento dentro dos sistemas e nas circunstâncias em que se encontram, auxilia-nos na análise da redação do ENEM, uma vez que o candidato depara-se com alguns gêneros antes do exame de seleção e, posteriormente, caso haja êxito, mais gêneros aparecerão em decorrência do processo de seleção.

Segundo Bazerman (2011a, p. 22), “compreender os atos e fatos criados pelos textos pode ajudá-lo também a compreender quando textos, aparentemente bem produzidos, não funcionam, quando não fazem aquilo que precisam fazer.” A fim de entendermos de que maneira o gênero está situado nas pesquisas de Bazerman, recorreremos às definições de conceitos básicos.

O primeiro conceito refere-se aos fatos sociais definidos como “as coisas que as pessoas acreditam que sejam verdadeiras e, assim, afetam o modo como elas definem uma situação”. (BAZERMAN, 2011a, p. 23). Segundo Bazerman (2011a), os fatos sociais são relacionados com temas que apresentam matéria de compreensão social, por exemplo, um prefeito tem autoridade que se baseia no desenvolvimento de compreensões, acordos e instituições políticas, legais e sociais. As pessoas acreditam na legitimidade dessa série de acordos, compreensões e instituições e acatam a autoridade do prefeito conforme as situações. Caso ocorra uma situação que desabone o caráter desse prefeito, as pessoas podem não

legitimar o poder dessa autoridade e passarem a não mais respeitá-lo. Bazerman (2011a) conceitua fato social como:

ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis, ou gêneros, que estão relacionados a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em conjuntos de gêneros dentro de sistemas de gêneros, os quais fazem parte dos sistemas de atividades humanas. (BAZERMAN, 2011a, p. 22).

O segundo conceito alude aos atos de fala de Austin, para quem as palavras não apenas significam, mas fazem coisas. Esse conceito estabelece que as palavras sejam ditas pela pessoa certa, em situação específica e no conjunto de compreensões adequadas. Um exemplo citado por Austin (1990) refere-se a duas pessoas que se dão em casamento e um religioso ou juiz de paz ministra o ato de fala. As palavras ditas pelo religioso ou juiz de paz determinam, a partir daquele momento, que estão casados, mas, se forem ditas por outras pessoas que não sejam os já mencionados, não apresentam legitimidade. Austin e Searle deram continuidade às análises dos atos de fala, apresentando três níveis distintos.

O primeiro é o ato locucionário que inclui o ato proposicional. O ato locucionário refere-se ao que é dito em seu sentido literal, o que eu pretendo com esse ato é denominado de ato ilocucionário que nem sempre é o sentido literal, mas corresponde a uma interpretação realizada pelo ouvinte. Conforme o exemplo, ao dizer “está um pouco frio nesta sala”, eu posso pretender que alguém aumente o termostato, porque o lugar está com temperatura baixa, é a circunstância que estabelece o sentido do ato. O terceiro nível denominado de efeito perlocucionário corresponde ao modo como as pessoas recebem os atos e determinam as consequências para interações futuras. Segundo Bazerman (2011a, p. 29),

A distinção em três níveis de análise daquilo que falamos ou escrevemos, o que pretendemos realizar com o que falamos ou escrevemos, e o que as pessoas entendem que estamos tentando fazer, mostra como nossas intenções podem ser mal compreendidas e como é difícil coordenar nossas ações entre si. A falta de coordenação é potencialmente muito mais grave quando nos comunicamos através da escrita, já que não podemos ver os gestos e as atitudes uns dos outros, nem tampouco observar de forma mais imediata a recepção do outro, num efeito perlocucionário que não reflete nossa intenção ilocucionária.

Destarte, para melhor coordenar nossos atos de fala é agir de modo típico, ou seja, modos que facilmente são reconhecidos, quando realizamos determinados atos em determinadas circunstâncias. Para Bazerman (2011a, p. 30), “as formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros”. Quando criamos formas

tipificadas ou gêneros, tendemos a tipificar as situações e direcionar os tipos de ações que ocorrerão. A esse processo de se mover em direção às formas de enunciados padronizados e a uma compreensão padronizada é denominado de tipificação. Em Bazerman (2011b),

Os gêneros são coleções percebidas de enunciados. Os enunciados são delimitados, têm começo e fim, ocupam lugar definido no tempo e no espaço e são percebidos como portadores de algum sentido. Portanto, dois elementos que eu enfatizo nos gêneros é que eles são categorias de reconhecimento psicossocial e categorias de enunciados. (BAZERMAN, 2011b, p. 17).

Essa citação remete ao que pretendemos comprovar em nossa pesquisa, que a redação do ENEM é uma ação retórica tipificada que se constitui no gênero redação-exame. Ela ocupa um lugar definido com caráter de seleção e porta sentido por estruturar-se em uma temática de natureza social. Para isso, tomaremos como parâmetros de análise a categoria psicossocial, os sistemas de gênero e o sistema de atividades de maneira a comprovar nossas hipóteses metodologicamente.

A categoria psicossocial de reconhecimento psicológico e social é parte de processos de atividades socialmente organizadas. Outras definições caracterizam como os gêneros configuram-se e se enquadram em organizações, papéis e atividades. Consideramos que essa categoria contribui para esclarecer como se apresenta a comunidade retórica, mencionada por Miller, em que se insere a redação do ENEM. Bazerman (2011c) afirma que:

Em termos de ensino de escrita, procura-se levar os alunos a criar os sentidos que desejam expressar. Esses sentidos podem estar relacionados com o mundo ao seu redor, com a sociedade e com seus destinatários, mas também podem vir de dentro, o que a pessoa como sujeito individual deseja comunicar a outra pessoa. Então, isso sugere que vale a pena investigar quais são os processos psicológicos pelos quais o sentido é identificado, modelado, localizado e recebido pelas pessoas. (BAZERMAN, 2011c, p. 29).

O primeiro refere-se ao conjunto de gêneros que são uma coleção de tipos de textos utilizados por uma pessoa que tende a produzi-los em um determinado papel como, por exemplo, um estadista. O segundo refere-se ao sistema de gêneros que são diversos conjuntos de gêneros usados por pessoas de forma organizada e com relações padronizadas que se estabelecem na produção, na circulação e no uso. O terceiro refere-se ao sistema de atividades que se estrutura através de um *frame* que organiza o trabalho, a atenção e a realização da atividade. Essa organização está inserida no sistema de gêneros.

Assim, as categorias de Bazerman contribuem para uma análise do entorno social da redação do ENEM e dialogam com as concepções de Miller acerca da noção de gênero e

de comunidade retórica. Para compreender esse entorno social que envolve a redação do ENEM, utilizamos as categorias metodológicas de Bazerman, conforme a construção do *corpus*, descrita no capítulo abordagem metodológica. Essas categorias são a psicossocial, uma vez que se refere aos processos de atividades socialmente organizadas; o conjunto de gêneros, os sistemas de gêneros e o sistema de atividades cuja relevância deve-se a organização do trabalho, da atenção e da realização bem pertinentes ao gênero estudado.

2.5 Metodologia de análise em Bazerman

De acordo com Bazerman (2011a), não há instrumentos analíticos específicos que investiguem os fatos sociais e os atos de fala. Dessa forma, o foco de análise mantém-se no gênero, particularmente, no gênero escrito. Para Bazerman (2011a, p. 38), “os estudos dos gêneros são necessários exatamente porque nós não compreendemos os gêneros e as atividades de áreas não familiares que são importantes para nós e para nossos alunos”.

Bazerman (2011a) sugere abordagens diferentes com o objetivo de identificar e analisar gêneros, porém esclarece que há limitações e problemas nessa identificação e análise de gêneros. A primeira considera que há uma limitação quanto à compreensão de aspectos do gênero de que já se tem conhecimento.

A segunda ignora como as pessoas recebem cada texto de formas diferentes, que se justificam pelos diferentes conhecimentos sobre gêneros, pelos diferentes sistemas de que cada gênero faz parte, pelas diferentes posições e atitudes que as pessoas têm em determinados gêneros ou diferentes atividades.

A terceira, segundo Bazerman (2011a, p. 41), refere-se a:

tal coleção de elementos característicos pode dar a impressão de que tais elementos do texto são fins em si mesmos, que todo uso de um texto é medido segundo um padrão abstrato de correção em relação à forma, em vez de se levar em conta o trabalho para o qual foi desenvolvido.

A quarta consiste em uma visão de gênero como uma coleção de elementos característicos, embora esses elementos sejam flexíveis em qualquer instância ou a compreensão do gênero possa mudar com o passar do tempo, à proporção que os padrões evoluem e as pessoas passam a orientar-se por eles.

Acerca das abordagens para identificar e analisar o gênero, a primeira estaria para o uso de uma variedade de conceitos analíticos, retóricos ou organizacionais menos óbvios para examinar uma coleção de textos de um mesmo gênero. Essa análise tem por finalidade descobrir se há consistência dentro de um mesmo gênero, indo além das características distintas mais óbvias.

A segunda revela que a amostra de gêneros pode incluir um maior número e uma variedade de textos que podem ser considerados de um mesmo gênero, uma vez que a finalidade é considerar variações em diferentes situações e períodos. Podemos incluir também um estudo do gênero ao longo do tempo, fazendo uma amostra com textos de época diferentes sob um foco histórico. A finalidade é uma compreensão das mudanças que o gênero sofre, quando o campo ou contexto histórico mudam.

A terceira refere-se a coletar informações de como as pessoas entendem determinados textos em situações que a caracterização de gêneros constitui-se um problema, uma vez que não se está familiarizado ou quando os outros compreendem o gênero de modo diferente. A quarta característica visualiza toda a gama de práticas implícitas, fazendo uma pesquisa de caráter etnográfico onde o texto está inserido. Além disso, no trabalho etnográfico, pode-se registrar a sequência em que documentos são introduzidos e quais documentos são mencionados no curso da leitura e da escrita da produção de novo documento.

Para consolidar o que já foi exposto, Bazerman (2011a) oferece algumas diretrizes metodológicas para definir e realizar uma investigação do gênero. Consideramos que essas diretrizes metodológicas são pertinentes para o propósito de nossa pesquisa e, por essa razão, adotamos as orientações em nossa coleta e análise dos dados.

A primeira refere-se ao enquadramento de seus propósitos e questões para delimitar o seu foco. É necessário saber o grau de envolvimento e que perguntas espera responder com ele. Acerca dessa primeira diretriz, pretendemos analisar as características da redação do ENEM concernentes à ação social que envolve o texto.

O segundo é uma definição do *corpus*, ou seja, identificar os textos ou coleções específicas para serem examinados. A coleta de nosso *corpus* constitui-se de 100 redações do ENEM de todas as unidades da federação, solicitadas ao INEP¹⁷, juntamente à Coordenação-geral de Instrumentos e Medidas. Essas redações foram selecionadas conforme a pontuação

¹⁷ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

máxima nota 1.000. Nosso *corpus* abrange redações do ENEM em um contexto de produção real, analisando o entorno social que envolve esses textos.

De acordo com Bazerman (2011a, p. 47):

Se você está colhendo gêneros de um grupo ou sistema de gêneros, novamente, o ponto em que o retorno vai diminuindo e onde você acrescenta mais alguns exemplares é um bom parâmetro. Se os gêneros e o trabalho são organizados dentro de um ciclo limitado e coerente, então você pode utilizar o ciclo para organizar sua coleta. Por exemplo, na observação de uma turma, você pode considerar o ciclo completo de um período acadêmico; ou você pode examinar o ciclo de textos envolvidos numa única unidade ou sequência de tarefa. Você não precisa examinar o trabalho ou produção de cada aluno para cada uma das tarefas, mas deve ter uma amostra razoável de todos os trabalhos, conjuntos de anotações etc. Se você está trabalhando como um pequeno grupo de escrita colaborativa na aula, todos os textos com os quais eles trabalharam podem definir sua amostra de trabalhos coletados.

O terceiro se refere à seleção e à aplicação das ferramentas analíticas, a fim de examinar as consistências e variações das características, funções ou relações na coleção de textos. Essas ferramentas não são especificadas por Bazerman, por essa razão, concluímos que elas são selecionadas conforme o objetivo pretendido pelo pesquisador. Em função disso, adotamos concepções teóricas que nos auxiliam na análise da caracterização de aspectos externos, utilizamo-nos como ferramentas analíticas a concepção de gênero como ação social de Miller (2009) e as diretrizes metodológicas de Bazerman que incluem o propósito e as questões para delimitar o foco, a seleção do *corpus* e a aplicação das ferramentas analíticas. Essas ferramentas são utilizadas como orientações de como reconhecer um gênero, especificamente para nós, em seu aspecto externo. As categorias de Bakhtin (1997) – conteúdo temático, estilo e construção composicional – são reunidas à análise dos aspectos internos.

2.6 O percurso da análise da redação do ENEM

Durante todo o capítulo, traçamos um percurso de categorias de análise da caracterização dos aspectos externos do gênero. Tomamos como aportes teóricos de gênero na perspectiva de Bakhtin e de gênero e comunidade retórica na perspectiva de Miller, relacionando-as à proposta metodológica de gênero de Bazerman, que evidenciam os aspectos para a caracterização do gênero redação do ENEM.

Da revisão bibliográfica de Bakhtin (1997), de Miller (2009 [1984]; 2011c) e de Bazerman (2011a, 2011b), podemos afirmar que:

- a proposta de Bakhtin (1997) expõe os elementos que constituem a noção de gênero – conteúdo temático, estilo e estrutura composicional –, contribuindo em nossa pesquisa para estabelecer categorias de análise que sistematizam, relativamente, as características internas do gênero redação do ENEM.
- a proposta teórica de Miller (2009 [1984]; 2011c) traz o pressuposto geral desta tese com noção de gênero como ação social tipificada e a comunidade retórica que nos levam a uma compreensão do gênero centrado na produção. Miller utiliza-se da teoria da estruturação de Giddens (1981), com base sociológica, para construir a noção de comunidade retórica. Isso leva a autora a tentar explicar a relação entre indivíduo e coletividade, usando a teoria da estruturação.
- a proposta teórica de Bazerman (2011a, 2011b) toma por base o estudo de Miller, mas acrescenta a noção de fato social e de atos de fala de Austin para esquematizar a sua análise de conjunto de gêneros, sistemas de gênero e sistema de atividades. As duas categorias ressaltadas por Bazerman são de reconhecimento psicossocial e de enunciado.

As teorias que nos orientam para a caracterização do gênero redação do ENEM tendem a focar a produção mais que a recepção, em uma dimensão social, que vai do individual para a coletividade. A pesquisa, nesse sentido, contribui para trazer as categorias do gênero na concepção de Bakhtin e relacionar a uma noção de gênero como ação social tipificada, inserido em uma comunidade retórica. Utilizamos-nos da categoria psicossocial para compreender o gênero na comunidade retórica e os fatos sociais discutidos por Bazerman.

Em nosso percurso, podemos compreender que as características de um gênero surgem a partir da necessidade de uso e da comunidade retórica. Com base em gêneros anteriores, a redação do ENEM já se consolidou como gênero, por isso demonstramos a caracterização em seus aspectos externos e internos.

O pressuposto geral da pesquisa consiste na ação social tipificada e na recorrência de estruturas a serem reproduzidas e reinventadas com o tempo e com a história. A pesquisa traz também três movimentos analíticos que fundamentam nossa discussão. Segundo Bazerman (2011), o primeiro movimento para a identificação e a caracterização do gênero consiste em ponderar sobre uma variedade de conceitos para examinar os textos que podem

pertencer a um mesmo gênero; o segundo, avaliar uma amostra de 100 redações do ENEM que possam confirmar ou refutar as regularidades desse gênero e, por fim, decidir sobre as ferramentas analíticas que permitam examinar as consistências e variações da estrutura, das funções ou relações entre os textos.

Dessa forma, a análise em um primeiro momento implica a caracterização externa com continuidade nos aspectos internos que serão tratados nos capítulos subsequentes. O terceiro capítulo trata da estrutura composicional com base em Adam (2008), o quarto capítulo aborda a argumentação, na dimensão da Nova Retórica, com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e sobre a manipulação da palavra com base em Breton (1999; 2003).

3 A CONCEPÇÃO DA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

“[...] a linguística textual tem como ambição fornecer instrumentos de leitura das produções discursivas humana.”

(ADAM, 2008, p. 25).

O presente capítulo trata do plano de análise textual de Adam (2008), ressaltando o protótipo da sequência argumentativa e o plano de texto. Nosso percurso perpassa a estrutura composicional argumentativa com considerações de estudos que trataram desse assunto, categorias gerais de análise do texto nessa perspectiva com ênfase no protótipo da sequência argumentativa e no plano de texto. Apesar de tratarmos de vários aspectos de análise de um texto, o objetivo do capítulo é demonstrar como se dá a estrutura composicional de um texto de natureza argumentativa como a redação do ENEM, concentrando-se na sequência argumentativa e no plano de texto.

3.1 Considerações gerais da estrutura composicional

A estrutura composicional é um dos aspectos abordados por Adam (2008) em sua análise textual do discurso que se constrói com base em estudos anteriores, tais como, a superestrutura de van Dijk (1992) e os tipos de texto baseados no mundo real ou pensado de Werlich (1983 [1976]) para citar alguns deles. A partir desses estudos de tipos textuais, Adam estrutura os protótipos das sequências textuais. O protótipo é uma estrutura relacional hierárquica pré-formatada “que reagrupa macroproposições no seio de uma unidade textual mais vasta do que um simples período”. (ADAM, 2008, p. 148). Em nossa pesquisa, conforme a explicação anterior, enfatizamos a sequência argumentativa e o plano de texto. Quanto à redação do ENEM, ela já é denominada como um tipo textual, razão pela qual defendemos a tese de que ela assume não só características do tipo textual, mas já se configurou em um gênero. Para isso, o protótipo da sequência argumentativa, segundo Adam (2008), é uma abordagem que adotamos para nossa análise de parte dos aspectos internos do texto.

3.2 A estrutura composicional argumentativa

A estrutura argumentativa é estudada por alguns teóricos. Por essa razão, pautamo-nos na contribuição de van Dijk (1992) sobre a noção de superestrutura, assim denominada por ser um tipo de esquema abstrato. Esse esquema estabelece a ordem global do texto, compondo-se de uma série de categorias cujas possibilidades de combinação baseiam-se em regras convencionais. A estrutura permeia gêneros argumentativos que se encontram tanto em textos formais como em enunciados da linguagem familiar cotidiana.

Segundo esse teórico, a estrutura do texto argumentativo pode ser analisada por meio das categorias convencionais de *hipótese* e de *conclusão*, estabelecendo uma divisão através do esquema hierárquico: argumentação, justificação (marco, circunstância) e conclusão; circunstância (pontos de partida, eixos), ponto de partida (legitimidade, reforço); representáveis por uma formação arbórea. Conforme van Dijk (1992 [1978]), vejamos como se configura o esquema a seguir:

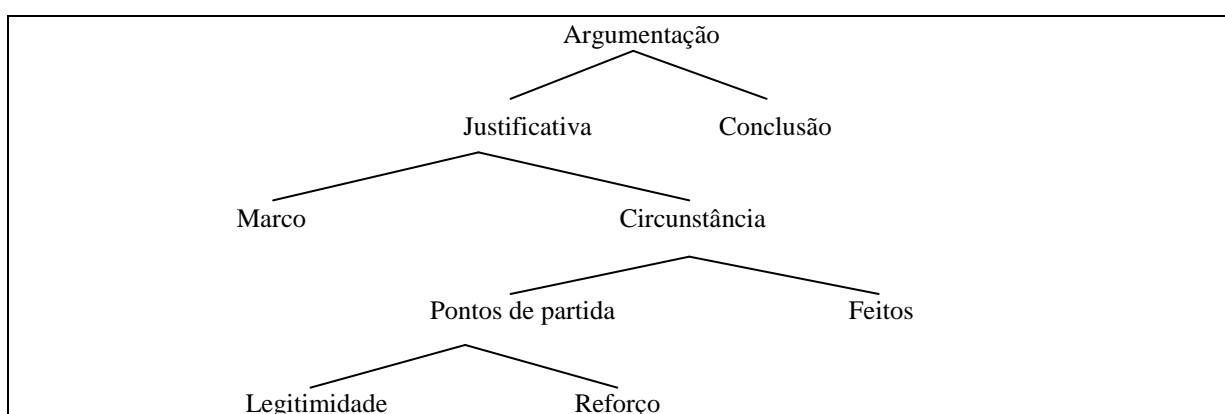


Fig. 03: Esquema de superestrutura da argumentação. (van Dijk, 1992 [1978], p. 160).

A proposta de van Dijk é uma das bases teóricas de Adam (1999; 2008), que nos permite aprofundar o estudo do protótipo da sequência argumentativa. Entretanto, a sequência apresenta-se com uma estrutura mais abrangente que nos auxilia a compreender e a refletir sobre ela na construção do gênero redação do ENEM.

Adam corrobora a afirmação de van Dijk (1992) sobre a superestrutura ser um esquema textual superposto às estruturas gramaticais, mas deixa de usá-la, porque o termo recobre tanto formas textuais primitivas – narração, descrição, argumentação – como formas

derivadas, por exemplo, a notícia e a carta. Essas formas derivadas, para nós, são exemplos de gênero, assim, a sequência textual, segundo Adam (2008), permeia o gênero.

Já em Werlich (1983 [1976]), os textos diferenciam-se, fundamentalmente, entre si pela maneira como se referem ao mundo real ou pensado, ou seja, entre a fronteira da ficção e da não ficção, conforme o ponto de vista de produção e de recepção do texto em cada grupo de usuários, diferenciando o conhecimento prévio para uma comunicação efetiva. O texto caracteriza-se pela coerência e pela completude. Conforme o autor, todos os textos podem distinguir-se pelas características mais ou menos ficcionais e também pela presença ou ausência de laços referenciais dos elementos textuais.

Para Werlich, há cinco tipos de textos: a descrição, a narração, a exposição, a argumentação e a instrução. A base temática corresponde a uma unidade temático-formal em que o texto tem início e se expande em direção a um dos cinco tipos. Trata-se ainda de uma base temática de texto uma unidade linguístico-textual inicial que permite a expansão em texto através de sequências de unidades linguísticas completas e coerentes.

A base argumentativa, segundo esse autor, refere-se às relações entre os conceitos dos fenômenos que envolvem processos cognitivos de julgamento. Esses processos cognitivos apresentam uma base temática que consiste em uma sentença de atribuição de qualidade com o verbo ser, de não mudança e com negação, no presente, mais um adjetivo como complemento. O adjetivo atribui uma qualidade inerente ou não inerente, sendo apresentada como não válida pela forma verbal negada. Com base nesses estudos e em outros aportes teóricos, tais como retórica clássica e moderna, a teoria da argumentação, a narratologia etc., Adam elabora a teoria dos “protótipos” textuais.

A fim de situar a perspectiva dos estudos de texto de Adam, Canvat (1996) refere-se à teoria de sequencialidade, inserindo-a em uma tipologia de textos. Adam (2008), no entanto, não pretende que as sequências textuais assumam o caráter de uma tipologização por considerar cada texto uma realidade muito heterogênea para circunscrevê-la a uma definição estrita. Para Bronckart (2003), a classificação homogênea baseia-se na aplicação de uma única categoria de critérios; esse autor alega que a tipologia textual de Adam inscreveria-se em um critério exclusivamente linguístico sob a forma de sequencialidade ou de plano. Esse posicionamento leva Adam a assumir que há uma heterogeneidade em cada texto e, por essa razão, justifica que sua tipologia não se classifica como homogênea. Para nós, os protótipos não são estruturas que “engessam” o texto, mas um construto que permeia os gêneros e é passível de mudanças significativas.

O protótipo da sequência argumentativa é um tema que já estudado por outros pesquisadores (BONINI, 2007; BATISTA, 2008; SOUSA, 2005). Conforme Adam (2008), sistematizamos a estrutura composicional textual/discursiva, analisando, no plano composicional, o protótipo da sequência argumentativa e o plano de texto e, no plano discursivo, a responsabilidade enunciativa e a situação sociodiscursiva, concernentes às condições de produção e de recepção. A estrutura composicional permite-nos compreender como se constrói a argumentação da redação do ENEM. Para complementar a análise da construção da argumentação no texto, inserimos a abordagem das técnicas de argumentação.

3.2.1 A análise textual do discurso e a sequência argumentativa

A proposta de Adam (2008) demonstra uma análise que extrapola o texto segundo o próprio autor. Por meio de níveis, ele vai delineando o processo que se configura em um texto e os divide em dois planos distintos, mas que se complementam – os níveis do plano da análise textual e os níveis do plano da análise de discurso. Cada nível mostra um novo viés de construção do texto. Apesar de não nos utilizarmos de todos os níveis em nossa pesquisa, precisamos situar dentro dessa proposta de Adam as categorias adotadas para a análise de nosso *corpus*. Acreditamos que as categorias dão respaldo para caracterizar a redação sob o prisma da estrutura composicional. O quadro a seguir demonstra os dois níveis citados anteriormente:

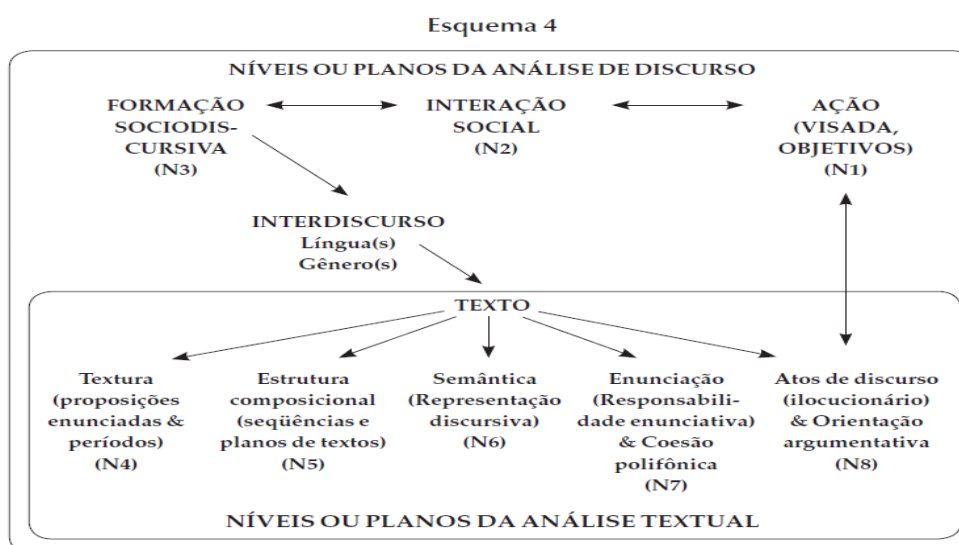


Fig. 04: Esquema dos planos de análise (ADAM, 2008, p. 61).

Destarte, Adam (1999) faz uma separação e, ao mesmo tempo, uma complementaridade das tarefas e do objeto da Linguística Textual e da Análise do Discurso. O autor reformula essas duas vertentes linguísticas, tomando por base as pesquisas de Maingueneau (1997 [1987]) e a noção imprecisa de formação discursiva de Foucault, redefinida por Pêcheux e trazida para a Análise do Discurso da escola francesa, estabelecendo um estudo do texto com o propósito de fazer uma análise textual do discurso. Segundo Adam (2008, p. 75), “a tarefa da linguística textual é definir as grandes categorias de marcas que permitam estabelecer essas conexões que abrem ou fecham segmentos textuais mais ou menos longos”. Caracteriza, assim, o plano da análise de discurso Ação (visada, objetivos) (N1) – ligado diretamente com os atos de discurso e orientação argumentativa (N8) – interação social (N2), formação sociodiscursiva (N3) e interdiscurso (línguas e gêneros), retomando o plano de análise textual.

O plano da análise textual de Adam (2008) apresenta, conforme o esquema anterior, as proposições enunciadas e períodos (N4). Segundo o autor (2008, p. 108), a “proposição-enunciado é o produto de um ato de enunciação: ela é enunciada por um enunciador inseparável de um coenunciador”. Logo, são considerados por Adam (2008), os fenômenos de ligação entre as proposições – pronominalização, definitivização, referenciação dêitica contextual, nominalização entre outros trabalhos considerados clássicos. A respeito dos períodos, Adam (2008, p. 203) afirma que “são unidades que entram diretamente na composição de partes de um plano de texto”. Eles estão ligados a estruturas mais complexas, que são as sequências textuais.

No que se refere à estrutura composicional (N5), Adam (2009, p. 121) afirma que tem como objetivo, neste plano, “teorizar, de modo unificado, sobre os ‘tipos relativamente estáveis de enunciado’ ou ‘gêneros primários do discurso’, de Bakhtin”. Assim, a sequência é uma “unidade constituinte do texto, [...] composta de blocos de proposições (as macroposições), elas mesmas formadas de n (micro) proposições”. (ADAM, 2009, p. 122). A sequência combinada com o plano de texto é de fundamental importância na composição macroestrutural do sentido. Eles se apresentam sob a forma de plano de texto convencional fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso, ou ocasional, por constituir-se em um plano inesperado, por vezes, deslocado de um gênero ou subgênero de discurso.

Conforme Adam (1992), as seqüências, que são organizações linguístico-formais, realizam-se nos gêneros mediante pressões discursivo-genéricas, ocorrendo uma configuração pragmática. No módulo denominado de configuração pragmática, encontram-se três submódulos que estariam relacionados ao alvo comunicativo e ao balizamento enunciativo e semântico do texto, os quais se dividem em: Atos de discurso (ilocucionário) e Orientação argumentativa (N8), Enunciação (responsabilidade enunciativa) e Coesão polifônica (N7), Semântica (Representação discursiva) (N6). A dimensão semântica (N6) consiste no que Adam (2009) denomina macroestrutura semântica ou tópico do discurso. Esse nível é analisado em termos de isotopias e de coesão com o mundo representado.

Ressaltamos, porém, um aspecto do plano de análise textual denominado colocação lexical, aspecto inserido na categoria Semântica – Representação discursiva (N6) – que caracteriza as operações de ligação, especificamente, ligações do significado. De acordo com Adam (2008, p. 156),

o conceito de colocação remete a dois tipos de relações entre signos: as colocações em língua (associações codificadas de lexemas, repertoriadas nos dicionários) e as colocações próprias de um texto (estabelecidas pelas repetições de seqüências de lexemas associados a um texto dado).

Essas colocações lexicais assumem um papel importante na construção semântica do texto e podem ser tão fortes que se estabelecem em forma de memória, tornam-se, assim, suportes de conexões intertextuais. Adam (2008, p. 160) afirma que a “cristalização de colocações lexicais que circulam no interdiscurso de certo estado de uma formação social é bastante produtiva”. Essa afirmação deve-se às formas de emparelhamento que, no âmbito de um mesmo texto, juntam-se ao dialogismo intertextual. As colocações liberam-se da estrutura sequencial do discurso a fim de acrescentar uma organização reticular.

Além dessas categorias elencadas anteriormente, a análise de Adam estende-se às situações de interação nos lugares sociais, nas línguas e nos gêneros denominada pelo autor de *plano da análise de discurso*. Identificamos, no entanto, que esse tipo de análise não é determinado por categorias, conforme a análise textual, mas sim por concepções trazidas da Análise do Discurso delineada por Maingueneau.

Nossa proposta é fazer com que a seqüência argumentativa sirva à construção de um texto de natureza argumentativa, inserindo, a partir dos movimentos que Adam denomina de fatos e inferências, a análise das técnicas de argumentação que tornam o texto persuasivo e, por sua vez, argumentativo. Inicialmente, a junção desses dois aportes teóricos auxilia-nos nas etapas de análise do *corpus* formado por redações do ENEM.

A partir da observação da sequência argumentativa e das técnicas de argumentação nas redações, podemos compreender que os critérios construídos favorecem a uma possível proposta de ensino preparatório para a prova de redação do ENEM. Observamos também que a análise textual do discurso abrange aspectos textuais e discursivos, que podem auxiliar no desenvolvimento do texto argumentativo, inserindo as técnicas de argumentação que, por sua vez, podem influenciar na construção da tese e no auditório – universal ou particular.

3.2.2 O protótipo da sequência argumentativa

As sequências prototípicas eram centradas no aspecto estrutural do texto, ou seja, na estrutura-base, havendo uma descontextualização e dissociação entre texto e discurso. Adam (1992) afirma que seu objetivo era desenvolver hipóteses das diferentes combinações pré-formatadas de sequências. A estrutura-base, segundo o autor, apresenta-se ao falante/escritor como um conhecimento intuitivo sobre o texto e a formação dos tipos textuais, e se divide em: contexto e mente¹⁸. Quando há o cruzamento desses dois polos, surgem o conhecimento dos mecanismos textuais e o tipo textual produzido na atividade comunicativa.

Destarte, Ciapuscio (1994, p. 90) afirma que “o texto é uma ação linguística complexa e, portanto, inclui fatores comunicativo-pragmáticos e linguísticos, para Adam, o texto é um objeto abstrato, uma estrutura composta de sequências”.¹⁹ Adam, apesar de ver o texto como objeto abstrato, em sua análise, inclui tanto o nível de análise do texto como o do discurso, bem como os fatores linguísticos e pragmáticos. A afirmação corrobora a estrutura que se complementa com o módulo enunciativo, englobando a perspectiva sequencial. Logo, as sequências prototípicas da proposta de Adam (2008) centram-se em aspectos estruturais do texto, daí dizer que é uma rede relacional hierárquica que apresenta uma estrutura relativamente autônoma e uma organização interna própria.

Adam (1992; 2008), ao tratar do protótipo da sequência argumentativa, afirma que é um esquema estruturado em uma ordem não necessariamente linear, que apresenta dois

¹⁸ Nessa concepção, o contexto é relativo à referência textual; e a mente, relativa aos processos cognitivos relacionados ao contexto e à produção do texto.

¹⁹ El texto es una acción lingüística compleja y, por lo tanto, incluye factores comunicativo-pragmáticos y lingüísticos, para Adam el texto es un objeto abstracto, una estructura compuesta de secuencias. Tradução sob nossa responsabilidade.

movimentos: um para demonstrar-justificar uma tese e outro para refutar outra tese ou certos argumentos de outra tese contrária. Logo, a (nova) tese, mediada por fatos e/ou argumentos/provas, pode ser formulada de início e retomada, ou não, por uma conclusão. Esse esquema comporta dois níveis: justificativo e dialógico ou contra-argumentativo.

O texto, para Adam (2009), é, por um lado, pragmaticamente organizado e, por outro, constitui-se em uma sequência de proposições. Ao referir-se à organização pragmática, o autor divide essa organização em três dimensões: argumentativa, enunciativa e semântico-referencial.

A primeira dimensão – a orientação argumentativa global – permite definir todo texto, visando a um objetivo explícito ou não, e agir sobre as representações, as crenças e/ou os comportamentos. Conforme Adam (2008 [1986], p. 119), “compreender um texto é entender a intenção que se exprime sob a forma de um macroato explícito ou a derivar do conjunto do texto”. A organização argumentativa estabelece-se na análise ilocutória clássica através dos microatos de fala, das proposições hierarquicamente ligadas pelos conectores e por um léxico axiologicamente marcado. As três dimensões complementares de uma proposição enunciada são apresentadas por Adam (2008, p. 109), conforme podemos constatar como “uma **dimensão enunciativa**²⁰, que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial**²¹ e dá-lhe certa potencialidade argumentativa, que lhe confere uma **força**²² ou **valor ilocucionário**²³ mais ou menos identificável”.

A segunda dimensão – a ancoragem enunciativa global – confere ao texto uma tonalidade enunciativa de conjunto no discurso oral, no discurso escrito, no discurso não real (história), no discurso científico, no discurso poético. Para Adam (2008, p. 119),

a consideração das proposições constitui um elemento essencial da análise pragmática e textual. Ela deve ser considerada em relação à construção dos espaços semânticos, quadro econômico para o estudo da polifonia e das mudanças de planos enunciativos esboçados pelas hipóteses de Benveniste, H. Weinrich (1973) ou J. Simonin-Grumbach (1975).

A terceira dimensão – a semântica global – refere-se à macroestrutura semântica, ao tema global ou tópico do discurso. “No caráter globalmente ficcional ou não do texto é, neste nível também, de todo modo essencial. Ao nível local, a dimensão semântico-referencial

²⁰ Destaque do autor.

²¹ Destaque do autor.

²² Destaque do autor.

²³ Destaque do autor.

é analisável em termos de isotopia(s) e de coesão com o mundo representado”. (ADAM, 2008, p. 120).

Nas sequências, em especial a argumentativa, elas são duplamente organizadas – organização geral para a gramática da frase e para a gramática do texto, de um lado, e a organização específica para a sequencialidade, de outro. Os esquemas de reconhecimento e as regras de encadeamentos de séries de enunciados são determinados por operações que orientam a sequência.

Adam (2008) ainda afirma que há uma distinção sobretudo de complexidade entre os períodos e as sequências. “Uma sequência é uma estrutura relacional hierárquica pré-formatada que reagrupa macroproposições no seio de uma unidade textual mais vasta do que um simples período.” (ADAM, 2008, p. 148). As sequências constituem-se por relações macrossemânticas pré-formatadas e memorizadas por impregnação – leitura ou audição – que se transformam em esquemas de reconhecimento e estruturação da informação textual.

No que se refere à noção de argumentar, esta consiste em buscar a adesão de um auditório/ouvinte a uma tese através de três etapas: observação de fatos, construção de inferências e construção de uma nova tese. Logo, a nossa pesquisa utiliza as técnicas de argumentação da Nova Retórica, uma vez que é na observação dos fatos e na construção das inferências que se insere a argumentação retórica. O protótipo a seguir apresenta o esquema mencionado:

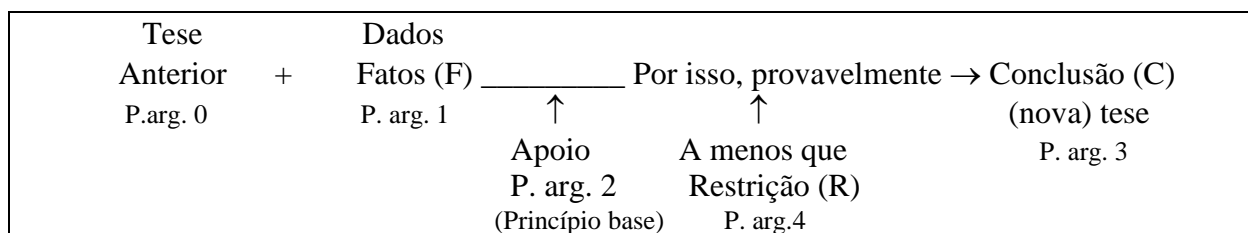


Fig. 05: Esquema da sequência argumentativa (ADAM, 2008, p. 233).

Conforme Adam (2008, p. 148), no nível justificativo (P. arg. 1 + P. arg. 2 + P. arg. 3), leva-se em conta que “o interlocutor é falível. A estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos trazidos”. No nível dialógico²⁴ ou contra-argumentativo (P. arg. 0 e P.

²⁴ O termo dialógico não se refere ao mesmo que é utilizado por Bakhtin, mas apresenta a relação de sentido de uma troca entre o locutor e o interlocutor no discurso.

arg. 4), Adam (2008, p. 148) afirma que “a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos”. Adam (1992) toma como exemplo para explicar, através de uma sequência argumentativa elementar, como esse esquema se apresenta através de três características centrais: dados ou premissas, inferências ou princípios de apoio e conclusões. Vejamos a seguir o exemplo da proposição.

(01) A marquesa tem mãos doces, mas eu não a amo.

A proposição **p** [A marquesa tem as mãos doces.] constitui-se como um argumento-dado para uma conclusão **C** [eu a amo] que não é expresso no texto. Adam (1992) afirma que a proposição **p** responde a uma pergunta implícita: “Por que razão tu amas a marquesa?”. A proposição **p** enuncia o dado que justifica a proposição **C**. Contudo, questiona-se como pode passar-se do dado **p** à conclusão **C**. No sentido da proposição, o que legitima a passagem da doçura das mãos da marquesa ao amor que ele sente? Nesse ínterim, identifica-se a regra de inferência que evita a introdução de outros dados e lança um ponto entre dado e conclusão. A proposição a seguir corresponde à regra de inferência:

(02) Os homens amam as mulheres que têm as mãos doces.

Assim, o movimento de inferência apresenta-se na forma de silogismo com a passagem da classe – homens e mulheres – para apenas um membro – eu e a marquesa –, construindo a proposição segundo Adam (1992):

Os homens amam as mulheres que têm as mãos doces.

ORA A marquesa tem mãos doces.

LOGO eu amo a marquesa.

Conforme a proposição, o dado [A marquesa tem as mãos doces.] leva à conclusão de que [Eu amo a marquesa.] através de uma inferência que se apóia na razão ou garantia expressa pela premissa maior [Os homens amam as mulheres que têm as mãos doces.]. Quando se apresenta uma restrição (refutação ou exceção), esta é introduzida para modalizar a passagem dos dados à conclusão, logo, as inferências são ancoradas por justificativas ou suportes. Adam (1992, s/p) afirma que

[...] o esquema de base da argumentação é pôr em relação os dados com uma conclusão. Esse colocar em relação pode ser implícita ou explicitamente fundamentado (garantia e suporte) ou contrariado (refutação ou exceção). Se dado é o elemento o mais frequentemente explícito, o suporte é muito frequentemente implícito e os outros componentes se situam entre estes dois polos de implicação e de explicitação.

Adam (1992) demonstra um esquema dessa passagem de dado para conclusão através do viés da inferência que aponta para o desenvolvimento do raciocínio que podemos utilizar-nos na análise das redações do ENEM e observar como ocorre essa passagem num texto construído por um sujeito, geralmente, iniciante no processo de escrita de textos de natureza argumentativa. Vejamos o esquema elaborado por Adam (1992):

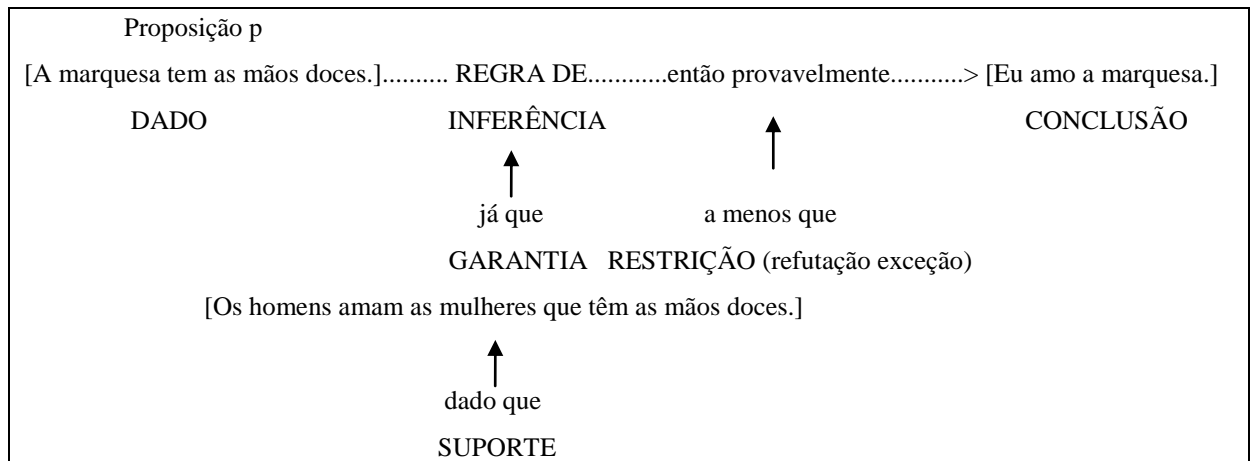


Fig. 06: Esquema do movimento argumentativo (ADAM, 1992, s/p).

Tomando por base o caráter apenas provável da aplicação da regra de inferência que conduz para a conclusão ou a restrição, a segunda proposição introduzida pelo conectivo MAS informa o contrário da conclusão [Eu amo a marquesa.]. Vejamos o esquema a seguir que ressalta essa nova conclusão em Adam (1992):

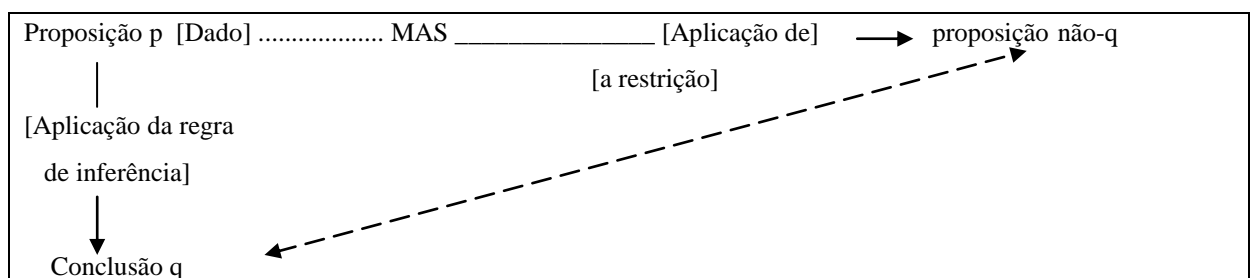


Fig. 07: Esquema concessivo clássico da regra de inferência contradita (ADAM, 1992, s/p).

O conectivo MAS desencadeia a ideia de concessão da operação argumentativa, assim, a regra de inferência – que geralmente se aplica – não se aplica e seria necessário uma restrição A MENOS QUE a marquesa não seja muito tola, pretensiosa, jovem/velha, reacionária, inculta. A seguir, a forma apresentada pelo esquema:

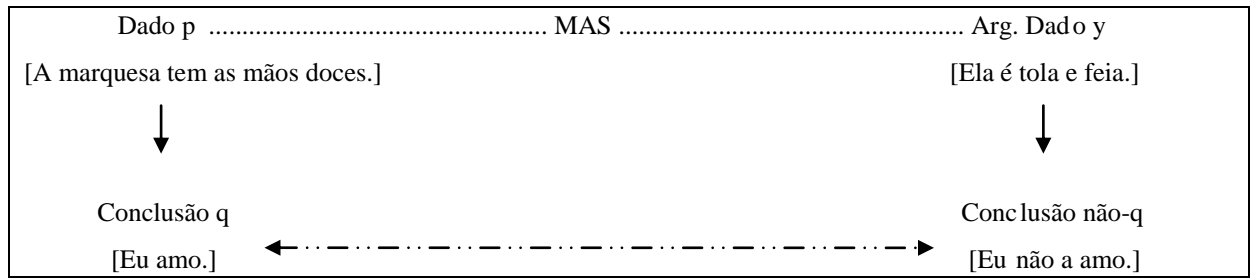


Fig. 08: Esquema argumentativo (ADAM, 1992, s/p).

Segundo Adam (1992), na construção da argumentação, há modos de composição em uma ordem progressiva – dados, [inferência] e conclusão –, ou regressiva – conclusão, [inferência] e dados. O autor afirma que a ordem progressiva visa a concluir e a ordem regressiva, a de prova e de explicação. Na oralidade, preferencialmente, prevalece à ordem regressiva.

Esses esquemas contribuem para caracterizar nosso percurso de análise quanto ao aspecto composicional do texto, inserindo as técnicas de argumentação como também as categorias de Bakhtin – estilo, conteúdo temático e estrutura composicional. Acreditamos que essas categorias de análise conferem, em parte, aspectos que nos permitem caracterizar a redação do ENEM como um gênero.

3.2.3 O plano de texto

Segundo Adam (2008, p. 255), “[...] os planos de texto desempenham um papel fundamental na composição macrotextual do sentido [...]” e estão inseridos na planificação e na estruturação. Correspondem, na retórica, ao que já se posicionava quanto às regras da arte de escrever, orientando para a construção de textos argumentativos que obedeciam à estrutura: exórdio, proposição, narração, refutação e peroração. Porém, para a atualidade, esse modelo retórico não dá conta dos planos de texto possíveis.

Adam compreende que a planificação de um texto, geralmente, é fixada por um estado histórico de um gênero ou subgênero²⁵, ou seja, os planos de texto estão disponíveis no interdiscurso. Defende Adam (2008, p. 256) que os planos de texto “permitem construir (na

²⁵ Refere-se a gêneros que assumem determinadas marcas linguísticas presentes no “gênero original” no interdiscurso, por exemplo, a carta e os seus subgêneros: e-mail, carta ao leitor, carta aberta, etc.

produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, prescrita por um gênero”. O autor cita alguns exemplos de planos de texto, tais como: o plano canônico da dissertação (introdução, antítese, síntese, conclusão), os verbetes de dicionário (entrada, definição, exemplo), atos do teatro (cinco atos para os dramas e tragédias, três para as comédias) etc. Esses planos de texto são conhecidos pelos produtores do discurso, que são capazes de produzi-los ou reproduzi-los, obedecendo à estrutura “original”.

Com base em Adam (1999), constatamos que todo texto é um objeto de (re)construção global que resulta na elaboração da produção ou da interpretação de uma estrutura global ocasional, ou seja, um plano de texto único. Essa estruturação baseia-se na macrosegmentação, que são as alíneas e separações marcadas, e nos dados peritextuais, que se referem aos entretítulos, às mudanças de partes ou de capítulos.

Já em Adam (2008), ele denomina a demarcação das subunidades de segmentos textuais e afirma que as partes ou segmentos a serem (re)construídos, quando correspondem ou ultrapassam os níveis do período e da sequência, constituem-se em uma atividade cognitiva fundamental que permite compreender um texto e mobilizar todas as informações linguísticas de superfície disponíveis. Adam (2008) afirma que:

Os textos são, de fato, estruturados de maneira muito flexível, e a importância dos planos de texto fixos ou ocasionais é preponderante. Na medida em que os agrupamentos de proposições não correspondem sempre a sequências completas, podemos dizer que o principal fator unificador da estrutura composicional é o plano de texto. (ADAM, 2008, p. 256).

Tomando por base essa definição, a redação do ENEM pode ser compreendida como uma estrutura que apresenta um plano de texto próximo ao artigo de opinião, mas com características da redação escolar. No entanto, não deve ser assim denominada, porque a redação se insere num processo de exame, limitada a certa quantidade de linhas, com acesso a alguns textos que permitem o desdobramento do tema indicado no exame. Logo, a estrutura composicional desse texto se constitui em um novo gênero, uma vez que há critérios estabelecidos para a construção desse texto, bem como uma matriz de referência para a correção do gênero.

3.3 O percurso de análise da estrutura composicional

O capítulo propõe-nos demonstrar as categorias de análise para a caracterização interna da redação do ENEM. Ao longo da análise, observarmos a regularidade da estrutura do protótipo da sequência argumentativa e do plano de texto na amostra das redações analisadas com o objetivo de comprovar que as categorias de Bakhtin – estrutura composicional, estilo e tema – compõem o protótipo da sequência argumentativa e o plano de texto. Um gênero apresenta uma estrutura, como no caso da redação do ENEM que é uma estrutura mais desenvolvida da redação clássica, um estilo que é o padrão da norma culta e um tema como o da edição 2013 “Os efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”.

A análise da estrutura composicional é complementada pela análise das técnicas argumentativas. Pela natureza argumentativa que se propõe a redação do ENEM, a análise identifica as técnicas argumentativas presentes entre a tese anterior e a conclusão da sequência argumentativa. Essas técnicas podem ser recorrentes em algumas redações, uma vez que as orientações presentes em manuais e livros didáticos são apresentadas de forma didática, mas muito limitadas a exemplos retirados de textos do gênero artigo de opinião.

Os professores recorrerem às instruções desses materiais didáticos para orientar a produção textual direcionada à redação do ENEM. Apesar de a pesquisa não apresentar objetivo direcionado às orientações do INEP e dos professores, especificamente, são informações pertinentes de quem está inserido em sala de aula e vivencia essa realidade, diria que consiste em uma preocupação em compreender o processo de construção do gênero, motivo pelo qual torna relevante este estudo.

4 A CONCEPÇÃO RETÓRICO-ARGUMENTATIVA

“Pois de que serviria a obra do orador, se o pensamento dele se revelasse de *per si*, e não pelo discurso?”
(ARISTÓTELES, 2011, p. 258).

Os estudos sobre retórica remontam a Aristóteles (2011), o filósofo já tratava, em sua obra intitulada de Retórica, aspectos técnicos concernentes à argumentação. O percurso do capítulo demonstra o sistema retórico de Aristóteles – *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio* – e a implicação das três formas de gênero judiciário, deliberativo e epidíctico mais utilizadas pelos gregos que influenciaram gêneros atuais. Dessa discussão inicial sobre a retórica, inserimos a Nova Retórica que redimensiona a questão da argumentação. Discorreremos sobre os componentes *ethos*, *pathos* e *logos*, tendo como objetivo compreendermos o *logos*, os tipos de acordo – relativo ao real ou ao preferível – e as técnicas de argumentação propriamente ditas.

4.1 A Retórica: breves considerações

Os três gêneros adotados por Aristóteles fundamentam as bases de nossa discussão sobre a argumentação. O intuito é demonstrar como se dava a construção dos gêneros e qual papel que estes exerciam na sociedade da época. Adam (2008) toma por base em sua análise textual o sistema retórico de Aristóteles: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio*, razão que nos leva a iniciar a discussão a partir desse ponto.

Na cidade de Atenas, houve o desenvolvimento da eloquência, que se apresentava sob três formas: judiciário ou forense; deliberativo ou político; epidíctico, panegírico ou cerimonial. Acerca disso, Aristóteles (2011) afirma que se concentra nesses três gêneros, porque há três espécies de auditório e, a necessidade de adequar-se a eles, confere traços específicos a cada gênero. Há também uma distinção dos três gêneros que se refere ao tempo, o judiciário, por exemplo, contempla o passado, uma vez que os fatos passados cumprem esclarecer, qualificar e julgar. O deliberativo refere-se ao futuro, porque culmina em decisões

e projetos. Já o epidíctico refere-se ao presente, porque o orador provoca a admiração dos espectadores mesmo que extraia argumentos do passado e do futuro.

Aristóteles também confere a esses três discursos valores, o judiciário diz respeito ao justo e ao injusto, o deliberativo ao útil e ao nocivo e o epidíctico ao nobre e ao vil. Segundo Reboul (2004, p. 47), “o mérito de Aristóteles foi mostrar que os discursos podem ser classificados segundo o auditório e segundo a finalidade”. A partir disso, a organização retórica de Aristóteles dá-nos sustentação para ampliar os estudos na Nova Retórica.

Acerca das três formas de discurso, no gênero judiciário (ou forense), os partidos tinham como objetivo a acusação ou a defesa de alguém frente a um tribunal. Esse gênero compõe-se dessas partes: o proêmio, a narração, a argumentação e o epílogo. Segundo Fonseca (2001), o representante do gênero judiciário na arte oratória foi Lísias. Sua obra abrange vinte e cinco discursos, que fornecem informações preciosas aos juristas, além de um registro inestimável de particularidades da vida social e de costumes de Atenas.

No gênero deliberativo (ou político), os partidos tinham como objetivo aconselhar ou desaconselhar alguma atitude ou ação diante de uma assembleia votante, buscavam-se, assim, resolver problemas relacionados ao povo e à administração das cidades. Já no gênero epidíctico (panegírico, elogioso ou cerimonial), os partidos tinham o objetivo de louvar ou censurar alguém, sem ter participação explícita do auditório. É um dos gêneros de maior prestígio, abrangendo variados campos: o louvor aos deuses, o louvor aos homens, o louvor aos soberanos, a oração fúnebre, o epitalâmio (hino nupcial), o discurso de aniversário, o discurso de consolação, o discurso de saudação e o discurso de felicitação.

Com base em Reboul (2004), destacamos o quadro-resumo a seguir:

	Auditório	Tempo	Ato	Valores	Argumento-tipo
Judiciário	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
Epidíctico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Fig. 09: Organização dos três gêneros do discurso (REBOUL, 2004, p. 47)

A contribuição de Aristóteles também recai em um sistema retórico do discurso que se divide em cinco partes: a *inventio* (invenção), a *dispositio* (disposição), a *elocutio* (elocução), a *memoria* (memorização) e a *actio* (ação). A primeira classificação é a invenção denominada *heurésis*, em grego, e pode suscitar um sentido ambíguo, ela pode ser um “inventário” em que o orador reúne todos os argumentos ou procedimentos retóricos disponíveis ou apresentar o sentido de “invenção”, em uma acepção mais moderna do termo, a fim de criar argumentos e instrumentos de prova.

A segunda é a disposição ou *taxis*, segundo Reboul (2004, p. 55), “é um lugar, ou seja, um plano-tipo ao qual se recorre para construir o discurso”. Há vários planos-tipos, tomamos por base, porém, o de Aristóteles, considerado o mais clássico e composto de quatro partes: o exórdio, a narração, a confirmação e a peroração.

O exórdio inicia o discurso e sua função é essencialmente fática, pois torna o auditório dócil, atento e benevolente. A narração consiste na exposição dos fatos referentes à causa, aparentemente objetiva, entretanto, orientada segundo as necessidades da acusação ou da defesa. Para ser eficaz, precisa de clareza, brevidade e credibilidade. A confirmação constitui-se em um conjunto de provas, seguido por refutação com a finalidade de destruir os argumentos do adversário. E, por último, a digressão e a peroração, a primeira consiste em um termo móvel que pode ser colocado em qualquer momento do discurso com a função de distrair o auditório – apiedá-lo ou indigná-lo. Já a peroração é colocada no fim do discurso, podendo ser longa e se divide em: a amplificação, a paixão e a recapitulação. Conforme Reboul (2004, p. 60), “a peroração é o momento por excelência em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica”.

A terceira refere-se à elocução que é, tecnicamente, a redação do discurso. Segundo Reboul (2004), a elocução pode ser seguida, levando em consideração algumas linhas gerais apresentadas em forma de três regras: a primeira, a regra de conveniência do discurso de acordo com o auditório; a segunda regra, a da clareza, adaptação do estilo ao auditório; e, a terceira regra, refere-se ao orador que deve ser vivaz em seu discurso.

A quarta é a ação que inclui a memorização, esta, por sua vez, é a proferição do discurso. De acordo com Reboul (2004), é essencial, porque sem a ação o discurso não atingiria o público. Ação que em grego é *hypocrisis* significava a interpretação do adivinho, com o passar do tempo, a interpretação do ator, a ação teatral. “Assim também o orador: pode exprimir o que não sente, e sabe disso; mas não pode informar seu público, ou destruiria seu

discurso. O ator que finge bem é um artista; o orador que finge bem seria um mentiroso...” (REBOUL, 2004, p. 67).

Dessa forma, temos a visão do estudo da argumentação sob a perspectiva retórica que contribui para a compreensão dessa arte e de sua relevância, ainda hoje, em gêneros de natureza argumentativa. Tomando por base Aristóteles, a Nova Retórica pretende resgatar esses conhecimentos e permitir uma visão diferenciada da sofística que marginalizou a retórica por tanto tempo. A arte de persuadir ganha uma nova versão pelas técnicas de argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

4.2 Considerações gerais sobre a Nova Retórica

A argumentação será tratada, inicialmente, sob o ponto de partida dos modos de raciocínios e, posteriormente, como um conjunto de processos de ligação e de dissociação. Assim, partimos da antiguidade clássica em que Aristóteles (2011) sistematizou dois modos de raciocínio: a demonstração analítica e a argumentação dialética. A primeira, demonstração analítica, originou a lógica formal – a arte de pensar corretamente –, partindo do raciocínio de duas premissas básicas – A e B – que conduzem a uma conclusão – C. Nesse modo de raciocínio, não há razão para o contraditório, uma vez que a proposição é evidente por si mesma.

Destarte, Sousa e Duarte (2009) afirmam que:

A demonstração fundada em proposições evidentes, que conduzem o pensamento a conclusões verdadeiras, ou seja, o pensamento lógico-formal foi o que obteve maior destaque em detrimento dos argumentos sobre os enunciados prováveis nos quais se resultam conclusões verossímeis. (SOUSA; DUARTE, 2009, p. 93).

O segundo modo de raciocínio, argumentação dialética, originou a retórica – a arte de bem falar. Esse tipo de raciocínio apresenta como característica fundar-se em duas premissas que não são absolutamente verdadeiras – por exemplo, silogismo lógico –, mas que são simples ideias (endoxa). Segundo Plantin (2008), a dialética é definida como um tipo de diálogo, que obedece a regras e se opõe a dois parceiros – o respondente²⁶ e o questionador²⁷. Ainda de acordo com Plantin:

²⁶ Esse termo exerce o papel de defender uma informação dada.

²⁷ Já esse outro exerce o papel de atacar o respondente.

No prolongamento de uma definição geral da dialética como “a prática do diálogo racional, [a arte] de argumentar por meio de perguntas e respostas” (Brunschwig, 1967, x), podemos considerar que o processo conversacional torna-se dialético-argumentativo na medida em que incide sobre um problema determinado, definido em comum acordo, e ocorre entre parceiros iguais, movidos pela busca do verdadeiro, do justo ou do bem, entre os quais a fala circula livremente, segundo regras explicitamente estabelecidas. (PLANTIN, 2008, p. 11).

Com o advento desses raciocínios, a retórica passou por inúmeros processos e ficou relegada quando os sofistas a reduziram ao aspecto do ornamento vazio, dando-lhe uma conotação negativa de engano e engodo discursivo. Logo, a argumentação foi pensada, inicialmente, como componente da lógica, retórica e dialética, conjunto disciplinar desconstruído por completo no fim do século XIX.

Com a publicação do Tratado da Argumentação: a Nova Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) reavivaram a retórica dos clássicos, em especial, a de Aristóteles, e deram um novo *status* a esse estudo em diversas áreas, tais como: no direito, na linguística, no *marketing* e na propaganda. Plantin (2008, p. 08) define a argumentação de forma distinta como “o termo de apoio do título substancial, que poderia ser substituído por observações, tratado ou dissertação [...]. Trata-se da intervenção em um debate, realizada de acordo com as modalidades de um gênero, de uma argumentação sobre”.

A respeito das premissas da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) tratam da maneira como se desenvolvem esses raciocínios através de um conjunto de processos de ligação e de dissociação. Os autores afirmam que tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem um acordo do auditório – universal e particular – que tem por objeto ora premissas explícitas, ora ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações. Por essa razão, as técnicas desenvolvidas pelos autores contribuem para verificar, nas redações que compõem este *corpus*, as escolhas que são realizadas pelo produtor desse texto.

Ainda sobre isso, os autores tratam dos tipos de acordo que são agrupados em duas categorias: uma relativa ao *real*, que comporta os fatos, as verdades e as presunções, ligados ao auditório universal; e outra relativa ao *preferível*, que contém os valores, as hierarquias e os lugares do preferível, ligados ao auditório particular.

Os primeiros tipos de acordo pertencentes ao real são os fatos e as verdades. No que se refere ao fato, não é possível dar uma definição exata, no entanto, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 75),

a noção de ‘fato’ é caracterizada unicamente pela ideia que se tem de certo gênero de acordos a respeito de certos dados: os que se referem a uma realidade objetiva e designariam, em última análise, citando H. Poincaré, ‘o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos’.

Assim, os autores relacionam essa noção de fato, citada anteriormente, com o que eles mesmos denominam de acordo do auditório universal. Do ponto de vista argumentativo, só se está em presença de um fato se puder postular a seu respeito um acordo universal não controverso. Entretanto, há dois modos normais para que um acontecimento perca o estatuto de fato: quando são levantadas dúvidas no seio do auditório ao qual é apresentado e quando se amplia esse auditório.

Dessa forma, o fato define-se como objetos de acordo precisos, limitados; já as verdades são sistemas complexos, relativos a ligações entre fatos, quer trate-se de teorias científicas, de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 78), “quando uma primazia dos fatos ou das verdades resulta da maneira de conceber-lhes as relações recíprocas, fatos e verdades não podem ser utilizados exatamente da mesma forma como ponto de partida da argumentação”.

No caso das presunções, estas também tomam parte do acordo com auditório universal. A adesão às presunções não é máxima, pois se espera que essa adesão seja reforçada por outros elementos. Uma argumentação prévia tende a estabelecer que certas presunções existam, bem como uma argumentação tende a mostrar que se está em presença de um fato. A presunção, por natureza, está sujeita a ser reforçada; já os fatos e as verdades pautam-se pela realidade concreta ou por uma verdade aceita.

Logo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 79) afirmam que “o uso das presunções resulta em enunciados cuja verossimilhança não deriva de um cálculo aplicado a dados de fato e não poderia derivar de semelhante cálculo, mesmo aperfeiçoado”. A presunção pode apresentar-se das seguintes formas: presunção a partir da qualidade de um ato que manifesta a pessoa que o praticou; presunção por credulidade natural, presunção de interesse; a presunção que se refere ao caráter sensato de toda ação humana.

De acordo com os autores, a segunda categoria relativa ao *preferível* apresenta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível direcionados ao auditório particular. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 74),

[...] na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal.

[...] o que versa sobre o preferível, o que nos determina as escolhas e não é conforme a uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja.

Os valores são crenças, compreendidos “como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 84). Para os antigos, os valores eram uma espécie de afirmações verossímeis que se diferenciavam das opiniões. Por vezes, os valores intervêm em todas as argumentações, como, por exemplo, no raciocínio de ordem científica, que se restringe à formação de conceitos e de regras, constituindo o sistema em questão e ao termo do raciocínio, na medida em que este visa ao valor de verdade. Os valores apresentam-se sob duas formas: valores abstratos, que são expressos por analogia a uma relação concreta, por exemplo, a justiça ou a caridade; valores concretos, que estão vinculados a um ente vivo, a um grupo determinado, a um objeto particular, por exemplo, a França ou a Igreja.

As hierarquias são diretamente ligadas aos valores e admitem dois aspectos característicos: as hierarquias concretas, que se expressam pela superioridade dos homens sobre os animais; as hierarquias abstratas, que expressam a superioridade do justo sobre o útil. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 92),

As hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes são comuns a um grande número de auditórios. O que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza.

Para os autores, outro ponto relevante são os lugares, que remontam aos estudos aristotélicos. Aristóteles (2000) já os classificava em lugares-comuns, que servem indiferentemente a qualquer ciência, sem depender de nenhuma, e os lugares específicos, próprios de uma ciência particular ou de um gênero oratório bem definido. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 95), “só chamaremos de lugares as premissas de ordem geral que permitem fundar valores e hierarquias e que Aristóteles estuda entre os lugares do acidente”. Esses lugares constituem as premissas mais gerais e justificam a maior parte das escolhas dos autores, o que lhes interessa é o aspecto pelo qual os auditórios são direcionados a levar em conta os lugares agrupados em lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência, da pessoa.

Os lugares da quantidade referem-se aos lugares-comuns “que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas”. (PERELMAN; OLBRECHTS-

TYTECA, 2005, p. 95). O lugar da quantidade constitui uma premissa maior subentendida, que sem a conclusão não seria fundamentada. A conclusão a que os autores chegam é a de que a preferência concedida ao provável sobre o improvável, ao fácil sobre o difícil, é considerada como lugar da quantidade. Ademais, percebemos que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 99), “o que se aparece mais amiúde, o habitual, o normal, é objeto de um dos lugares utilizados com mais frequência, a tal ponto que a passagem do que se faz ao que é preciso fazer, do normal à norma, parece, para muitos, ser natural”.

Outro agrupamento é o lugar de qualidade que aparece na argumentação quando se contesta a virtude do número. O irreparável na argumentação é um lugar do preferível, uma vez que, quando se refere a um objeto, ocorre na medida em que esse é portador de um valor. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005):

Além dos usos do lugar do único como original e raro, cuja existência é precária e a perda irremediável, pelo que é, contraposto ao que é fungível e comum, que corremos o risco de perder e é facilmente substituível, há, numa ordem de ideias totalmente diferente, um uso do lugar do único como oposto ao diverso. O único é, nesse caso, o que pode servir de norma: esta adquire um valor qualitativo em relação à multiplicidade quantitativa do diverso. Opor-se-á a unicidade da verdade à diversidade das opiniões. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 104).

Há outros lugares examinados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) denominadas de lugares da ordem, do existente, da essência e da pessoa que, para os autores, é mais útil, uma vez que continuam a representar o ponto de partida da argumentação. Os lugares da ordem objetivam afirmar a superioridade do anterior sobre o posterior, como causa ou princípio, como fim ou objetivo. Ainda de acordo com essa denominação, a superioridade dos princípios, das leis sobre os fatos, sobre o concreto é admitida no pensamento não empirista.

Já os lugares do existente afirmam a superioridade do que existe, e sua utilização pressupõe um acordo sobre a forma do real a que são aplicados. O lugar da essência consiste no “fato de conceder um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem representados dessa essência”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 106). Os autores, assim, classificam como uma atribuição de um valor a um indivíduo concreto, conforme o exemplo em que se atribui de imediato um valor a um coelho que apresenta todas as características próprias desse animal como um belo exemplar de coelho. Em nossa compreensão, seriam os protótipos, exatamente, por apresentarem um padrão.

Por último, temos o lugar da pessoa que confere aos argumentos valores morais, que relacionam a pessoa a um ato realizado por ela, ressaltando seu mérito, sua dignidade, sua autonomia, sua coragem, seu senso de justiça.

De acordo com nossa compreensão, essa introdução sobre aspectos concernentes à argumentação respalda nossas considerações a respeito da escolha das técnicas que serão tratadas nos itens seguintes e que, de fato, trazem a contribuição ao propósito de nossa pesquisa. Antes disso, porém, nossas considerações debruçaram-se sobre os componentes da retórica de Aristóteles, uma vez que estão, intrinsecamente, ligados ao orador, ao auditório e ao discurso.

4.3 A Retórica e seus componentes – *ethos*, *pathos* e *logos*

O texto apresenta-se sob a forma de três aspectos – *logos*, *ethos* e *pathos* –, no entanto, o *ethos* constitui-se entre os três de grande relevância. Esse aspecto centra-se na pessoa do orador e é construído tanto a partir das escolhas textuais como nas informações externas. Nas escolhas textuais, está o estilo, o gênero discursivo, as afirmações vinculadas a uma ou outra posição ideológica. A respeito das informações exteriores ao cotexto, temos o conhecimento prévio sobre o orador e a instituição a partir da qual ele fala, seu modo de apresentar-se, seu tom de voz e gestos.

Na Retórica de Aristóteles, encontramos dois campos semânticos relacionados ao termo *ethos*: um, de sentido moral e fundado na *epiēikeia*, que trata de atitudes e virtudes tais como a honestidade e a benevolência, por exemplo; outro, de sentido neutro ou objetivo que reúne termos como *habitus*, *modos* e *costumes* ou *caráter*. Esses dois sentidos de *ethos* fundam-se ora na concepção de que o lugar do *ethos* é no texto, ou seja, fundam-se no *logos* do orador, que realiza suas próprias escolhas, por vezes, deliberadas e emocionais efetuadas com o objetivo de resolver um problema.

Este *ethos* está fundamentado nas três qualidades que inspiram confiança – a *phrónesis* (faz parte do *logos*), a *areté* (*ethos*) e a *eúnoia*²⁸ (pertence ao *pathos*). Ratificamos que, para Aristóteles, o *ethos* e o *pathos* não pertencem à retórica, somente quando produzidos no e pelo próprio texto. Conforme Eggs (2005, p. 37),

²⁸ A *phrónesis* consiste em apresentar confiança, a *areté* remete à virtude e a *eúnoia* consiste em dar uma imagem agradável de si.

Embora o *ethos* tenha aqui um sentido moral ou ideal, é preciso ver que essa moralidade não nasce de uma atitude interior ou de um sistema de valores abstratos; ao contrário, ela se produz pelas escolhas competentes, deliberadas e apropriadas. Essa moralidade, enfim, o *ethos* como prova retórica é, portanto, procedural.

Para Meyer (2007, p. 35), o *ethos* “é um domínio, um nível, uma estrutura – em resumo, uma dimensão” que remete a respostas. Não se constitui em um objeto próprio porque se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, tornando-o exemplar para o auditório que se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. Ou seja, “o *ethos* apresenta-se de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório identifica-se, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas”. (MEYER, 2007, p. 35). O *ethos* refere-se ao *pathos* e ao *logos*, uma vez que lhes confere valor moral em uma relação com o outro. Também se relaciona à gestão das coisas, o que implica no modo de conduzir a própria vida pela escolha dos meios – aspecto social, costumes entre outros – e dos fins – justiça, felicidade.

O *pathos* refere-se às questões que respondem aos interesses múltiplos, dos quais dão prova as paixões, as emoções ou as opiniões. Compreende-se, na retórica, por “paixão” a expressão subjetiva de uma questão vista sob o prisma do prazer e do desprazer. Para Meyer (2007, p. 37), “enquanto resposta, ela anula essa questão, transformando-a em tonalidade particular, subjetiva”, logo, o prazer e o desprazer entram na composição de todas as emoções, assim como de todas as paixões. Já as emoções apresentam múltiplas dimensões de sentimentos que podem formar oposições, tais como: de temor, de esperança; de ódio, de amor entre outras. A respeito disso, Meyer (2007, p. 37) afirma que:

A paixão transfere a problemática para o plano da resposta; de qualquer forma, em todo caso, ele dá a ela aparência. Ela cria uma identidade dos dois, e nisso ela é retórica, uma vez que a pergunta é tratada como uma resposta, o que anula sua problematidade.

Ainda sobre isso, Meyer (2007, p. 37) compreende que a paixão, como resposta, na retórica “também é um julgamento sobre aquilo que está em questão; o prazer e a dor remetem à alternativa da pergunta, ao passo que o desejo, a aspiração, o amor supõem um julgamento positivo sobre aquilo que é questionável”. Dessa forma, a paixão é um componente retórico que mobiliza o auditório em favor de uma tese. Meyer (2007, p. 38) reforça que a função da paixão “consiste em comunicar ao outro a diferença que é a sua: é uma resposta sobre um problema que separa, e há paixão na cólera que insulta, assim como no amor, que visa à aproximação”.

Meyer (2007) aponta oito possibilidades de interação entre o auditório e as questões levantadas pelo locutor: o auditório pode aderir, recusar, completá-las ou modificá-las, permanecer silencioso tanto na direção de uma aprovação como de uma reprovação, bem como pode significar desinteresse pela questão. Para Meyer (2007, p. 39) “*pathos* é o conjunto de valores implícitos das respostas fora de questão, que alimentam as indagações que um indivíduo considera como pertinentes”.

As questões implicadas no *pathos* consistem nos valores do auditório, da hierarquia do preferível. É isso que faz desse componente a dimensão retórica da interlocução, porque comportam as perguntas do auditório, as emoções que se exprimem através dessas perguntas e respostas e os valores que justificam essas respostas e perguntas.

O *logos* deve poder expressar perguntas e respostas, mantendo sua diferença. Essa concepção deve-se à compreensão de que, quando alguém escreve ou fala, há uma questão formulada na mente dessa pessoa. Essa questão não é necessariamente expressa, uma vez que não é esse o objetivo. Meyer (2007, p. 40) afirma que “toda resposta encontra sua liberdade em relação à questão que a gerou, e ela pode, portanto, remeter a outras questões”. *Logos* é tudo o que está em questão. Segundo Meyer (2007, p. 45), “todo julgamento é uma resposta a uma questão que se coloca e é composto de termos que são formados como aderidos a questões que não mais se colocam e graças às quais é possível comunicar”.

Conforme o autor, “as respostas respondem às questões que por sua vez podem levantar outras: o sentido literal é equivalente à proposição de base, o sentido figurado supõe uma nova questão, pois, para que haja sentido figurado, é preciso que a frase responda literalmente a uma questão diferente”. (MEYER, 2007, p. 45).

Esses componentes complementam o estudo das técnicas de argumentação e, por essa razão, não poderíamos deixar de mencioná-las. Compreendemos que as questões são de natureza mais profunda e merecem maior atenção. Nossa discussão, entretanto, não pretende se limitar ao tripé – *ethos*, *pathos* e *logos* –, mas a de analisar o *pathos* e as técnicas de argumentação da Nova Retórica nas redações.

4.4 Técnicas Argumentativas

O texto argumentativo comporta partes, integradas no todo, uma vez que fazem parte de um mesmo texto e constituem uma única argumentação de conjunto. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 211), “para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos”. Segundo os autores, esse discernir não passa de uma hipótese que pode ser mais ou menos provável. Os esquemas que se procura discernir podem ser considerados lugares de argumentação e se caracterizam por processos de ligação e de dissociação.

O primeiro processo denominado de ligação são esquemas que aproximam elementos distintos, permitindo estabelecer entre eles uma solidariedade que visa estruturá-los, valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro. Já no processo de dissociação, há “técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215).

As técnicas de argumentação apresentam-se como esquemas de ligações, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005):

i. argumentos quase-lógicos

- argumento de contradição, de incompatibilidade e do ridículo;
- argumento por identidade e definição, por analiticidade e tautologia;
- regra de justiça;
- argumento de reciprocidade;
- argumento de transitividade, de inclusão e de divisão;
- argumento de comparação;
- argumento pelo sacrifício.

ii. argumentos baseados na estrutura do real

- as ligações de sucessão (vínculo causal (relação causa e efeito, meios e fins), o argumento pragmático, o argumento do desperdício e o argumento da direção);
- as ligações de coexistência (a relação entre a pessoa e seus atos, o argumento de autoridade, da essência, da ligação simbólica, das hierarquias e das diferenças de grau e ordem).

iii. argumentos que fundam a estrutura do real

- fundamento pelo caso particular (exemplo, ilustração e do modelo/antimodelo, ser perfeito como modelo);
- o raciocínio pela analogia.

Já a técnica de dissociação tem como fundamento principal demonstrar a inexistência de relação entre dados, tais como: aparência/validade, meio/fim, ato/pessoa, individual/universal, entre outros. No decorrer deste embasamento teórico, discorreremos com mais propriedade sobre essas técnicas, uma vez que elas respaldam os critérios pretendidos em nossa pesquisa.

4.4.1 Os argumentos quase-lógicos

Esses argumentos são dessa maneira denominados, porque permitem dar uma aparência demonstrativa de natureza não formal. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 219), em “todo argumento quase-lógico, convém pôr em evidência, primeiro, o esquema formal que serve de molde à construção do argumento, depois, as operações de redução que permitem inserir os dados nesse esquema e visam torná-los comparáveis, semelhantes, homogêneos”. Esses argumentos tiram sua força persuasiva de sua aproximação dos modos de raciocínio incontestáveis. Em uma análise-piloto realizada no início da pesquisa em 05 artigos de opinião da Folha de S. Paulo, observamos que os argumentos quase-lógicos

apresentaram-se muito mais evidentes na construção da argumentação desses textos analisados.

Assim, o que caracteriza a argumentação quase-lógica é seu caráter não formal e o esforço mental pela necessidade de sua redução ao formal. Sua forma de apresentação constitui-se em ser mais ou menos explícita, logo o orador designará os raciocínios formais, prevalecendo-se do pensamento lógico. Os argumentos, em primeiro lugar, que apelam para as estruturas quase-lógicas são os seguintes: contradição, identidade total ou parcial, transitividade; em segundo, os que apelam para as relações matemáticas, que são: relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de frequência.

O argumento de contradição consiste em o orador desejar combater uma tese que vem sendo desenvolvida. Apresenta-se sob a forma de asserções e suas negações. Quando colocadas juntas em um mesmo sistema argumentativo, temos uma incompatibilidade. Argumentar, ao contrário, já evidencia noções incompatíveis postas em um mesmo sistema pelo orador. O argumento por contradição e incompatibilidade, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 221), consiste no seguinte:

A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e de sua negação, ao tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e, com isso, inutilizável. Trazer a lume a incoerência de um conjunto de proposições é expô-lo a uma condenação inapelável, é obrigar quem não quer ser qualificado de absurdo a renunciar pelo menos a certos elementos do sistema.

Já a incompatibilidade consiste na retorsão que se dá através do retorno do argumento do adversário, mostrando que, na verdade, esse argumento é aplicável contra ele mesmo. Para os autores, quando ocorre de a incompatibilidade depender de uma decisão pessoal, parece distanciar-se da contradição formal, porque, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 222), “em vez de impor-se, essa incompatibilidade é posta e porque se pode esperar que uma decisão nova eventualmente a anulará”. Alguns exemplos são citados, tais como um chefe de governo que levanta uma questão de confiança pode criar uma incompatibilidade entre a manutenção de seu cargo e a rejeição da solução necessária ao problema. Conforme Reboul (2004, p. 169), verificamos uma situação em que adversários negam que os deputados devam assumir o título de “representantes do povo”:

Adoto, defendo e proclamo [essa qualificação] pela mesma razão que leva a combatê-la! Sim, é porque o nome de povo não é suficientemente respeitado na França, porque está deslustrado, coberto pela ferrugem do preconceito (...) que devemos nos impor a tarefa de não só alçá-lo como também de enobrecê-lo. (16 de junho de 1789).

Dessa técnica, identificamos o desdobramento de três subtipos: a autofagia, a retorsão e o ridículo. A autofagia consiste em não se opor um enunciado ao ato pelo qual é afirmado o que resulta da autoinclusão. Em Reboul (2004, p. 169), um interessante exemplo de autofagia consiste em mostrar que o enunciado do adversário destrói-se por si mesmo: “Aos positivistas que afirmam que toda proposição verdadeira é analítica ou de natureza experimental, perguntaremos se o que eles acabam de dizer é uma proposição analítica ou experimental”.

Na Idade Média, a retorsão constituía-se pelo uso mais célebre da autofagia, sendo assim um argumento que pretende mostrar que o ato empregado para atacar uma regra é incompatível com o princípio que sustenta esse ataque. Ainda segundo os autores (2005, p. 232), outra situação que pode levar à autofagia “é aquela em que não se opõe um enunciado ao ato pelo qual é afirmado, mas em que se aplica a regra a ela mesma: a autofagia resulta da autoinclusão”.

O ridículo, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 233), “é aquilo que merece ser sancionado pelo riso [...]. Esta é a sanção da transgressão de uma regra aceita, uma forma de condenar um comportamento excêntrico, que não se julga bastante grave ou perigoso para reprimi-lo com meios mais violentos”. Logo, uma afirmação é considerada ridícula quando entra em conflito e não apresenta justificção ou uma opinião aceita; vincula-se também ao fato de uma regra ter sido transgredida ou combatida de uma forma inconsciente, seja por ignorância da própria regra ou das consequências desastrosas de uma tese ou de um comportamento.

A identidade e a definição na argumentação definem-se como uma das técnicas essenciais, uma vez que é na identificação que diversos elementos são objeto do discurso. Assim, o procedimento mais característico de identificação consiste no uso das definições, no entanto, quando não pertencem a um sistema formal e pretendem identificar o *definiens* com o *definiendum*, essas definições são consideradas argumentação quase-lógica. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 239), há quatro espécies de definições que levam à identificação do que é definido com o que o define:

- 1) as definições normativas, que indicam a forma em que se quer que uma palavra seja utilizada. Tal norma pode resultar de um compromisso individual de uma ordem destinada a outros, de uma regra que se crê que deveria ser seguida por todos;
- 2) as definições descritivas, que indicam qual o sentido conferido a uma palavra em certo meio, num certo momento;

- 3) as definições de condensação, que indicam elementos essenciais da definição descritiva;
- 4) as definições complexas, que combinam, de forma variável, elementos das três espécies precedentes.

Essas definições têm o caráter ora de prescrições, ora de hipóteses empíricas referentes ao *definiendum* e ao *definiens*. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 243), “feita a escolha, seja ela apresentada como óbvia ou seja ela defendida por argumentos, a definição utilizada é considerada expressão de uma identidade, até mesmo a única satisfatória no caso, e os termos da equivalência [...] são considerados logicamente substituíveis”.

O argumento da analiticidade, análise e tautologia, consiste em considerar analítica a igualdade entre as expressões declaradas sinônimas, isto quando há uma definição. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 244) “do ponto de vista argumentativo, salienta-se que toda análise é direcional, no sentido de que se opera em uma certa direção. A escolha desta é determinada pela busca da adesão do interlocutor”.

Já a tautologia é resultante do próprio sentido do termo; isso equivale a dizer que se supõe ser uma afirmação arbitrária sem interesse científico e independentes da experiência. Logo, “as tautologias e as contradições têm um aspecto quase-lógico porque, logo de início, tratamos os termos como unívocos, como suscetíveis de identificarem-se, de excluírem-se.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 247). Ilustramos com um exemplo, a fim de esclarecer essa regra, retirada de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 245)

Por muito tempo os clássicos afirmaram que a depreciação, ou a baixa do valor da moeda, provoca a alta dos preços, sem atentarem que a baixa de valor da moeda (com relação às mercadorias) e alta dos preços são duas expressões invertidas de um mesmo fenômeno e que há aí, por conseguinte, não uma relação de causa e feito, mas uma tautologia.

O argumento baseado na regra de justiça requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações pertencentes a uma mesma categoria. Assim, para que se constitua o fundamento de uma demonstração rigorosa, os objetos devem ser intercambiáveis. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 248) afirmam que “a regra de justiça reconhece o valor argumentativo daquilo a que um de nós chamou justiça formal, segundo o qual os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados do mesmo modo”. Logo, supõe que a sua aplicação seja vinculada a opiniões e acordos raramente indiscutíveis. Um exemplo dessa regra encontra-se em Ferreira (2010, p. 156): “emprega-se (o título de doutor) apenas às pessoas que tenham tal grau, e mesmo assim no meio universitário”. O autor do texto

considera, por regra de justiça, que a titulação de doutor é apenas para quem defende uma tese em uma universidade.

Os argumentos de reciprocidade têm por finalidade aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes. Há uma relação de simetria, proveniente da lógica formal, uma vez que a mesma relação pode ser afirmada tanto entre b e a como entre a e b . Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005),

os argumentos de reciprocidade realizam a assimilação de situações ao considerar que certas relações são simétricas. Essa intervenção da simetria introduz, evidentemente, dificuldades particulares na aplicação da regra de justiça. Mas, por outro lado, a simetria facilita a identificação entre os atos, entre os acontecimentos, entre os seres, porque enfatiza um determinado aspecto que parece impor-se em razão da própria simetria posta em evidência. Esse aspecto é, assim, apresentado como essencial. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 250).

Elas podem resultar da transposição dos pontos de vista, transposição que permite reconhecer a identidade de certas situações, ou seja, podemos utilizar o argumento da reciprocidade em pontos de vistas que não são aparentemente simétricos, mas que apresentam alguma identidade de natureza definitória ou filosófica. Um exemplo interessante retirado de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 251) é este: “o que é honroso aprender, também é honroso ensinar”.

Os argumentos de transitividade, de inclusão e de divisão são pontuados em uma mesma linha de raciocínio, porém trataremos cada um com suas definições pertinentes. Os argumentos de transitividade apresentam-se como uma propriedade formal de certas relações “que permitem passar da afirmação de que existe a mesma relação entre os termos a e b e entre os termos b e c , à conclusão de que ela existe entre os termos a e c : as relações de igualdade, de superioridade, de inclusão, de ascendência são relações transitivas”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 257).

A transitividade pode ser uma estrutura quase-lógica quando é contestável e sua afirmação exige adaptações. O raciocínio detém-se no fato de que o último termo de cada proposição é o primeiro termo da proposição seguinte. Apoiando-se em fórmulas matemáticas, eis um exemplo retirado de Reboul (2004, p. 171) que reforça essa regra de argumentação: “+ x + = + Os amigos de meus amigos são meus amigos; + x - = - Os amigos de meus inimigos são meus amigos; - x + = - Os inimigos de meus amigos são meus inimigos; - x - = + Os inimigos de meus inimigos são meus amigos”.

Os argumentos de inclusão da parte no todo apresentam dois grupos de argumentos: os que se limitam a demonstrar a inclusão das partes em um todo e os que demonstram a divisão do todo em suas partes. Os argumentos quase-lógicos do primeiro grupo limitam-se a confrontar o todo com uma das partes e não atribuem nenhuma qualidade particular. Tratam-no como igual a cada uma de suas partes, o que possibilita argumentações fundamentadas no esquema “o que vale para o todo vale para a parte”. Fonseca (2011, p. 107) afirma que:

a divisão do objeto de argumentação em partes em um procedimento que oferece ao agente argumentador a possibilidade de apresentar sua tese a partir do princípio da analiticidade, fornecendo ao auditório uma perspectiva ampla e dinâmica, o que pode levá-lo mais rapidamente à adesão.

Os argumentos de divisão do todo em suas partes, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 265), “a concepção do todo como a soma de suas partes serve de fundamento para uma série de argumentos que podemos qualificar de divisão ou de partição”. No argumento de divisão para podermos afirmar algo sobre o gênero, é necessário que esse algo se cumpra em uma das espécies. Os autores consideram que as partes devem ser relacionadas de maneira exaustiva, mas podem ser escolhidas de modo variado, desde que sejam suscetíveis. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 266):

Na argumentação pelas espécies, trata-se de divisões sobre as quais estamos de acordo, que preexistem à argumentação, parecem naturais e que não se devem necessariamente enumerar de maneira exaustiva para poder argumentar. O argumento por espécies, que supõe uma afinidade de natureza entre as partes e o conjunto, pode reportar-se aos argumentos de inclusão [...]. O mais das vezes ele se converte em argumento por divisão, pois encarnamos as espécies como reconstruindo, com sua adição, o gênero.

O argumento por divisão também pode estar na base do dilema em que se examinam duas hipóteses, a fim de se chegar a uma opinião, a uma conduta. As razões que levam a isso conduzem a um mesmo resultado de igual valor ou acarretam uma incompatibilidade com uma regra já vinculada. A segunda espécie de dilema limita-se no âmbito do debate a duas soluções que geralmente são desagradáveis, mas a escolha parece ser inevitável. Na terceira espécie de dilema, é necessário que suas duas ramificações sejam apresentadas como incompatíveis. Assim, esse tipo de dilema apresenta um caráter estático, pois se refere a uma situação sobre a qual o tempo não tem influência e exclui a possibilidade de mudança. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 270),

Uma vez que o argumento por divisão pressupõe que o conjunto das partes reconstitui o todo, que as situações examinadas esgotam o campo possível, quando

as partes ou as possibilidades se limitam a duas, o argumento se apresenta como uma aplicação do terceiro excluído. Emprega-se essa forma da divisão quando, num debate, limitam-se as soluções a duas: a do adversário e a que o próprio orador defende. Após ter ridicularizado a tese do adversário – que às vezes é inteiramente inventada para as necessidades da causa –, o orador se prevalece daquela que propõe como sendo a única possível.

Dessa forma, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que os argumentos por divisão implicam certas relações que fazem que a soma delas seja capaz de reconstituir o conjunto. Essas relações podem estar ligadas à estrutura do real ou também ser de natureza lógica. Um exemplo retirado de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 266) “[...] se, nos pontos enumerados, omitirmos uma única hipótese, todo o edifício desabarà e daremos motivo ao riso”; constitui-se em um argumento por divisão, utilizando a enumeração das partes.

Já os argumentos de comparação são em geral comparações de fato, assim, a relação de igualdade ou de desigualdade só constitui uma pretensão do orador. As comparações podem apresentar-se por oposição (o pesado e o leve), por ordenamento (o que é mais pesado que) e por ordenação quantitativa (no caso, a pesagem por meio de unidades de peso). Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 275),

quando se trata de noções tomadas de empréstimo ao uso comum, os critérios são geralmente complexos: a decomposição de uma noção, tal como a operam os estatísticos (por exemplo, a medição do grau de instrução com base no número de pessoas alfabetizadas, no número de bibliotecas, de publicações, etc.) constitui um esforço para levar em conta os diversos elementos mensuráveis. A combinação dos critérios é realizada de diversas maneiras.

O argumento de comparação pode manifestar-se através da igualdade pelo uso do superlativo. Assim, os autores defendem que os argumentos de comparação “diferem de cotejos entre valores efetivamente mensuráveis, cujo lugar numa série ou num sistema teria sido fixado de uma vez por todas; não obstante, é a aproximação deles com as estruturas matemáticas que fornece grande parte de sua força persuasiva”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 281). Vejamos a comparação entre Deus e os homens, que trata da valorização do amor divino em detrimento do amor terrestre, exemplo retirado de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 276)

[A alma], dirá Plotino, purificada das máculas deste mundo e preparada para voltar ao seu pai, é tomada pela alegria. Para aqueles que ignoram esse estado, que imaginam pelos amores daqui da terra o que deve ser o encontro do ser mais amado, os objetos que aqui amamos são mortais e caducos; não amamos senão fantasmas instáveis e não os amamos realmente; não são o bem que buscamos.

O argumento pelo sacrifício é também considerado como um tipo de argumento de comparação, uma vez que se está disposto a sujeitar-se a fim de obter certo resultado. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 282), “na argumentação pelo sacrifício, este deve medir o valor atribuído àquilo por que se faz o sacrifício”. Esse tipo de argumento, por vezes, tem a finalidade de utilizar uma forma hipotética que pode evidenciar o valor de alguma coisa. Conforme os autores,

O argumento quase-lógico do sacrifício pode ser aplicado também a todo o campo das relações de meio com fim, sendo o meio um sacrifício, um esforço, um dispêndio, um sofrimento. O aspecto quase-lógico fica marcado mormente quando, para valorizar tal coisa, transforma-se outra coisa em meio apto para produzi-la e medi-la. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 286).

O argumento do sacrifício está vinculado à ideia de um limite móvel entre dois elementos, formando uma totalidade fixada, por vezes, ao argumento por divisão. Logo, esse argumento está vinculado a termos cotejados que estabelecem uma interação entre eles. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 282), “só creio nas histórias cujas testemunhas se deixariam degolar” é um exemplo dessa regra argumentativa.

Nosso objetivo nesse primeiro item das técnicas é tão somente tratar de questões gerais, acerca das técnicas que são relevantes para a pesquisa. Em nossa análise-piloto de artigos de opinião da Folha de S. Paulo, as técnicas aqui citadas são tão recorrentes quanto às dos argumentos baseados na estrutura do real. Entendemos que a recorrência faz-se pelo uso na produção do texto e não pela escolha consciente do produtor no momento de construir o texto. Assim, observamos que há uma predominância de uso de algumas dessas técnicas no gênero textual analisado – redação do ENEM – sem, contudo engessá-las como argumentos estabelecidos para esse gênero.

4.4.2 Os argumentos baseados na estrutura do real

Enquanto os argumentos quase-lógicos pretendem certa validade pelo seu aspecto racional derivado da relação entre fórmulas lógicas e matemáticas, “os argumentos fundados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 298). Os autores direcionam esses argumentos baseados na estrutura do real para uma relação de conceitos em que o orador presume que o auditório compreenda como um fato, uma verdade

ou uma presunção. Esses argumentos constituem-se em uma descrição do real em um encaminhamento argumentativo que, pelo princípio da solidariedade, torna esses argumentos eficazes, servindo, assim, para que o agente argumentador transponha possíveis resistências que o auditório possa manifestar em relação à tese apresentada.

As estruturas argumentativas que compõem essa técnica são: as ligações de sucessão, que englobam o vínculo causal (relação causa e efeito, meios e fins), o argumento pragmático, o argumento do desperdício e o argumento da direção; e as ligações de coexistência, que englobam a relação entre a pessoa e seus atos, o argumento de autoridade, da essência, da ligação simbólica, das hierarquias e das diferenças de grau e ordem.

As ligações de sucessão “unem um fenômeno a suas consequências ou as suas causas”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 299). São relações baseadas em dados da vida real dos interlocutores em seu dia a dia. A primeira das ligações de sucessão que trataremos é o vínculo causal que desempenha um papel essencial e permite argumentações de três tipos:

- a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um vínculo causal;
- b) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pôde determiná-lo;
- c) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 299-300).

Esses três tipos de argumentos são direcionados ao raciocínio indutivo, que visa em um dado acontecimento²⁹ a aumentar ou diminuir a crença na existência de uma causa que o explicaria ou de um efeito que dele resultaria. Quando a argumentação pela causa advém de atos humanos, estes são mais racionais.

O vínculo causal como relação de um fato com sua consequência ou de um meio com um fim é compreendido como um fato que pode apresentar interpretação diferenciada conforme a ideia que se forma da natureza deliberada ou involuntária. Um exemplo dessa regra auxilia na compreensão, demonstrando que se pode argumentar com uma sucessão de fatos e inferir um nexos causal. Segundo Reboul (2004, p. 173), “se um exército sempre tem excelentes informações sobre o inimigo; infere-se que seu serviço de inteligência é excelente, e que sempre será assim. Mas não se trata de uma demonstração científica”.

²⁹ Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), *acontecimento* deve ser compreendido em um sentido mais amplo, porque a relação entre um princípio e suas consequências, muitas vezes, é tratada como uma ligação de sucessão.

Conforme os autores, uma crítica pode ser feita à argumentação pragmática com referência à consequência: “ela revela que o valor das consequências não é grandeza fixa e, de outro lado, parece dar razão àqueles que insistem na desqualificação acarretada pelo uso desse argumento para tudo quanto parece, [...] unicamente meio com vistas à obtenção de resultados”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 308). Logo, a distinção dos fins e das consequências pode imputar a um autor apenas certos efeitos de suas atitudes. Ao referir-se especificamente aos fins e os meios, os autores posicionam-se da seguinte maneira:

A lógica dos valores, em suas primeiras elaborações, supôs uma nítida distinção dos fins últimos correspondentes a valores absolutos. Mas, na prática, existe uma interação entre objetivos perseguidos e os meios empregados para realizá-los. Os objetivos se constituem, se precisam e se transformam à medida que vai evoluindo a situação da qual fazem parte os meios disponíveis e aceitos; certos meios podem ser identificados a fins e podem mesmo tornar-se fins, deixando na sombra, no indeterminado, no possível, aquilo a que poderiam servir. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 311-312).

O argumento pragmático é “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 303). Esse argumento desempenha papel essencial na argumentação, uma vez que é visto como esquema único da lógica dos juízos de valor e pode desenvolver-se a partir do acordo sobre o valor das consequências. Segundo os autores,

O argumento pragmático, que permite apreciar uma coisa consoante suas consequências, presentes ou futuras, tem uma importância direta para a ação. Ele não requer, para ser aceito pelo senso comum, nenhuma justificação. O ponto de vista oposto, cada vez que é defendido, necessita, ao contrário, de uma argumentação; tal como a afirmação de que a verdade deve ser preconizada, sejam quais forem suas consequências, por possuir um valor absoluto, independente destas. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 303-304).

Assim, as consequências são fonte do valor do evento que as acarreta, podem ser observadas ou simplesmente previstas, cabais ou puramente hipotéticas; a influência será exercida através da conduta ou unicamente sobre o juízo que se faça delas. De acordo com Abreu (2002), as superstições também são fundamentadas no argumento pragmático como, por exemplo, uma pessoa que acredita que foi assaltada numa esquina após a passagem de um gato preto. Transfere-se o azar de ser assaltado para a superstição do gato preto.

O argumento do desperdício refere-se “à sucessão dos acontecimentos, das situações, de uma maneira que, sem excluir necessariamente a ideia de causalidade, não a coloca no primeiro plano”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 317). Esse tipo de argumento consiste em dizer que um ato já iniciado deve prosseguir mesmo que para isso

haja renúncia ou sacrifício, ou seja, incita a continuar a ação começada até o êxito final. Um exemplo retirado de Reboul (2004, p. 175) demonstra que o argumento de desperdício pode estar presente em uma declaração do tipo: “é preciso continuar a guerra porque, caso contrário, todos os mortos teriam tombado em vão”.

O argumento da direção “consiste, essencialmente, no alerta contra o uso do procedimento das etapas: se você ceder esta vez, deverá ceder um pouco mais na próxima”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 321). Estabelece uma relação causal entre os fins e os meios, podendo o ponto de vista ser, ao mesmo tempo, parcial ou dinâmico. Destarte, identificamos um exemplo dessa regra de argumentação em Ferreira (2010):

Porque não continuar a negociação? Ainda que possamos, perderemos a causa, e que nos digam que todos os outros funcionários já assinaram o acordo de redução de jornada de trabalho, já resistimos até aqui e o jeito é continuar para que não sejamos chamados de fracós no futuro. (FERREIRA, 2010, p. 164).

Esse argumento visa tomar uma etapa solidária de desenvolvimentos posteriores em que, conforme os autores,

[...] o argumento da direção implica, de um lado, a existência de uma série de etapas direcionadas, a certo objetivo, o mais das vezes temido, e, de outro, a dificuldade, se não a impossibilidade, de deter-se, uma vez que tomamos o caminho que leva a ele. As réplicas a esse argumento se basearão, pois, num ou noutro destes pontos. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 324).

O argumento de direção pode assumir diversas formas, entre elas, o argumento da propagação que alerta contra certos fenômenos que tenderiam a se transmitir, a se multiplicar de maneira nociva. Outra forma é o contágio em que ocorrem dois pontos de vista desvalorizadores. Este se diferencia do argumento de vulgarização, que alerta contra a propagação da desvalorização, que torna vulgar o que, por vezes, é raro, limitado, secreto.

As estruturas argumentativas das ligações de coexistência referem-se à forma como o orador põe em causa realidades de níveis desiguais. Uma das realidades, no entanto, serve de base para a argumentação, sendo mais fundamental ou mais explicativa que a realidade com a qual o orador estabelece a relação. A primeira das ligações de coexistência que trataremos é a de pessoa e seus atos. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005),

A construção da pessoa humana, que se vincula aos atos, é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser de quem se fala, e o que se considera transitório, manifestação exterior do sujeito. Como essa ligação entre a pessoa e seus atos não constitui estabilidade da relação existente entre um objeto e suas qualidades, a simples repetição de um ato pode acarretar, seja uma reconstrução

da pessoa, seja uma adesão fortalecida à construção anterior. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 334).

Assim, todo argumento sobre pessoa explicita o elemento de estabilidade, todavia essa estabilidade não está completamente assegurada, a impressão de permanência pode ser atribuída ao uso do nome próprio, a designação da pessoa por certos traços, à hipóstase de certos sentimentos. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 336) afirmam que “na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro a cuja volta se agrupa toda espécie de fenômenos aos quais ela dá coesão e significado”.

Logo, as noções de responsabilidade, de mérito e de culpabilidade referem-se à pessoa; já as noções de norma e de regra voltam-se para o ato. A concepção de pessoa pode ser modificada pela reação do ato sobre o agente, enquanto a pessoa coincidiria com o conjunto de seus atos comuns. Um ato é um elemento que permite construir e reconstruir a imagem da pessoa, podendo ser ações, modos de expressão, reações emotivas, cacoetes involuntários ou juízos.

O argumento da autoridade “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348). Esse argumento, para os autores, é de extrema relevância, uma vez que vem completar uma rica argumentação. Recorre-se a ele quando o acordo sobre o que se expressa pode ser questionado. Quanto mais importante for à autoridade, mais indiscutíveis são as suas palavras. Já o argumento *ad hominem* é o argumento de autoridade ao inverso, porque ele refuta uma proposição, recorrendo a uma personalidade odiosa como, por exemplo, uma referência a Hitler, ou a ênfase de uma fraqueza de quem enuncia. Segundo Reboul (2004, p. 178), “a apodioxe exprime o argumento *ad hominem*: não é a você que compete nos ensinar!”.

A respeito de outras ligações de coexistência, a essência é uma noção que permite reportar acontecimentos variáveis a uma estrutura estável. Sendo a única a ter relevância, ela pode estar implícita e servir para explicar certas mudanças. Destarte, destacamos uma afirmação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 372) sobre isso, esclarecendo que “construções intelectuais se empenham em associar e em explicar fenômenos particulares, concretos, individuais, tratando-os como manifestações de uma essência que se expressa igualmente em outros acontecimentos, objetos, seres ou instituições.”

Na ligação simbólica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 378) afirmam que:

Pelo fato de que, muito amiúde, símbolo e simbolizado não fazem parte daquilo que, doutro ponto de vista, é considerado uma mesma camada de realidade, uma mesma área, a relação entre eles poderia ser considerada analógica; mas com isso se destruiria o que há de impressionante na ligação simbólica, pois, para que ela desempenhe seu papel, é preciso que símbolo e simbolizado estejam numa realidade mítica ou especulativa, na qual participam um do outro. Nessa nova realidade, existe uma ligação de coexistência entre os elementos da relação simbólica, mesmo quando, na verdade, o símbolo está separado do simbolizado por um intervalo temporal.

Para a argumentação, é importante saber em que medida uma coisa é provida dessa natureza simbólica. Logo, o recurso ao símbolo pode desempenhar um papel tanto na apresentação das premissas quanto no conjunto da argumentação. O símbolo é mais concreto, mais manipulável; já o simbolizado possibilita uma atitude concernente ao símbolo como, por exemplo, a saudação à bandeira. As ligações simbólicas são variadas, podendo ser precárias e particulares; já a própria existência dos símbolos e a sua importância não o são. Dessa forma, o valor simbólico *in abstracto* pode constituir o objeto de uma argumentação racional, de uma argumentação que visa ao universal.

O argumento de hierarquia constitui-se como os valores, porque faz parte dos acordos que servem de premissas ao texto. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 384), “o mais das vezes o orador se baseará em uma correlação entre os termos da hierarquia discutida e os de uma hierarquia aceita; recorrerá ao que qualificamos de argumento de hierarquia dupla”. Essa hierarquia, por vezes, aparece implícita e exprime uma ideia de proporcionalidade, direta ou inversa, ou um vínculo entre termo e termo. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 386) afirmam que:

Todas as ligações fundadas na estrutura do real, sejam elas de sucessão ou de coexistência, poderão servir para ligar duas hierarquias, uma à outra, e para fundar o argumento de hierarquia dupla.

A relação de causa a efeito é que permitirá hierarquizar as variações de volume de um corpo conforme a variação da temperatura. Inversamente, uma hierarquia dos fins pode ajudar-nos a estabelecer uma hierarquia dos meios [...].

Segundo os autores, quase todos os argumentos por hierarquia dupla são tratados como argumentos *a fortiori*. Essa denominação é reservada a certos argumentos que são reforçados por outra hierarquia dupla de que faça parte. Outra hierarquia denominada de confirmativa trata-se de uma conduta que pode ser reportada a elementos diversos, tais como, causas, efeitos, condições; esses elementos permitem constituir várias hierarquias duplas. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 392) afirmam que “os argumentos de hierarquia dupla

poderão servir para situá-lo, quer mediante ligações de sucessão, quer mediante ligações de coexistência”.

Argumentos de diferença de grau e de ordem apresentam-se sob a forma quantitativa ou qualitativa, podendo ocorrer que uma seja mais qualitativa que quantitativa. As hierarquias quantitativas apresentam entre seus termos diferenças numéricas, diferença de grau e intensidade sem haver entre os termos um corte pelo fato de passar-se para outra ordem. Dessa forma, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 398) esclarecem que:

Toda elaboração conceitual modifica de um modo ou de outro as hierarquias admitidas, reduzindo uma distinção de ordem a uma diferença de grau ou, inversamente, substituindo uma hierarquização por outra, julgada mais fundamental. Esses modos diversos de estruturar e de reestruturar o real exercem inegáveis efeitos sobre as avaliações e sobre a maneira de fundamentá-las.

Ainda de acordo com os autores, considerações relativas à ordem resultam da oposição entre uma diferença de grau e uma diferença de natureza, ou uma diferença de modalidade e uma diferença de princípio. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Acerca das técnicas baseadas na estrutura do real, observamos que, na análise das redações, há uma tendência para o uso delas, principalmente, nos argumentos fundados nas relações de sucessão. Esses dois primeiros conjuntos – argumentos quase-lógicos e os argumentos baseados na estrutura do real – apresentam-se em várias redações de nosso *corpus*. Para efeito de caracterização, isso demonstra uma tendência peculiar do gênero redação do ENEM essa escolha por determinados tipos de argumentos.

4.4.3 Os argumentos que fundam a estrutura do real

Os argumentos – pertencentes à terceira técnica argumentativa – partem de um dado em que o orador, com base nele, fundamenta uma realidade à qual pretende fazer o auditório aderir. Logo, a estrutura do real consiste em fundar ou propor uma nova realidade com base na comparação de um fato. Esses argumentos subdividem-se em dois grupos: a fundamentação pelo recurso do caso particular e o raciocínio por analogia. No primeiro grupo, estão os exemplos, as ilustrações e o modelo/antimodelo; e, no segundo grupo, o argumento pela analogia.

O primeiro argumento da fundamentação pelo recurso de caso particular que trataremos nesse item é denominado de argumentação pelo exemplo. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 399),

[...] o argumento pelo exemplo implica – uma vez que a ela se recorre – certo desacordo acerca da regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar, mas essa argumentação supõe um acordo prévio sobre a possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares ou, pelo menos, sobre os efeitos da inércia.

Logo, o exemplo usufrui estatuto de fato, ainda que provisoriamente, e uma vantagem de sua utilização é dirigir a atenção a esse estatuto. Há também nos exemplos uma interação que pode ser observada quando um novo exemplo modifica o significado dos exemplos já conhecidos. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ao tratar da argumentação pelo exemplo, eles consideram que o papel da linguagem é essencial. Para eles, “quando dois fenômenos são subsumidos sob um mesmo conceito, a assimilação deles parece resultar da própria natureza das coisas, ao passo que a diferenciação deles parece necessitar de justificação”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 406). Esse tipo de argumentação pode apresentar-se com pessoas célebres, membros de nossa família, conhecidos de nosso dia a dia cuja conduta admiramos.

Outra argumentação é a ilustração, que tem por função “reforçar a adesão por uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 407). A ilustração tem como objetivo aumentar a presença, por meio de caso particular, o que concretiza uma regra abstrata. Ela também, com certa frequência, facilita a compreensão da regra. A ilustração pode manifestar-se como surpreendente, inesperada, prestigiosa. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 411) afirmam que:

Dizendo, sem tomar fôlego: ‘Você tem de respeitar seus pais, quando um deles o repreender, replique-lhe vivamente’, põe-se em dúvida a seriedade da regra.

Esse emprego irônico da ilustração inadequada é surpreendente sobretudo no tocante a qualificações. Notar-se-á a esse respeito que a ‘regra’, no sentido em que dela tratamos, é todo enunciado genérico em relação ao que é uma aplicação dela. A qualificação dada a uma pessoa pode ser considerada uma regra cujas ilustrações seriam fornecidas por seus comportamentos.

Na argumentação por modelo e antimodelo, um comportamento particular pode servir para fundamentar, ilustrar e estimular uma ação nele inspirada, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Os autores demonstram que a imitação pode servir-se do modelo de

peessoas ou grupos e que seus atos são valorizados pela condição de prestígio. Essa imitação pode apresentar-se sob a forma de modelos glorificados, por vezes a um modelo reservado a um pequeno número ou à própria pessoa. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) demonstram exemplos de alguns desses modelos, tais como o comportamento de um bom pai de família ou o amor ao próximo como a si mesmo. O modelo consiste em indicar uma conduta a seguir-se e também em uma espécie de caução à conduta adotada. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que:

Há que acrescentar, porém, que a diferença ao modelo pode, por sua vez, ser dada como modelo; propõe-se como modelo aquele que é capaz de furta-se às tentações da imitação. O fato de poder haver uma argumentação pelo modelo nesse plano da originalidade mostra claramente que os modos de argumentação se aplicam às mais diversas circunstâncias, o que significa que a técnica argumentativa não é ligada a tal situação social definida nem ao respeito a estes ou àqueles valores. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 415).

Ao contrário do modelo, que permite promover certas condutas, o antimodelo permite afastar-se delas. Por vezes, a repulsa provocará a mudança de uma atitude anteriormente adotada. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Logo, o antimodelo incentiva a distinguir-se de alguém ainda que possa inferir uma conduta precisa. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 419) afirmam que:

Ao propor a outrem um modelo ou um antimodelo, o orador subentende, a não ser que restrinja o papel deles às circunstâncias particulares, que ele próprio também se esforça para aproximar-se ou distinguir-se deles. Isso possibilita réplicas cômicas, do gênero desta: ao pai que diz ao filho, que estuda pouco, ‘Na tua idade, Napoleão era o primeiro da classe’, o menino retruca ‘E na tua idade, ele era imperador’.

O segundo grupo trata das relações de raciocínio por analogia que consistem em uma similitude cuja fórmula genérica seria: A está para B assim como C está para D. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Segundo os autores, essa concepção refere-se a uma tradição muito antiga que já era utilizada por Kant, Whately e Cournot. Uma definição acerca de tema corresponde ao “conjunto dos termos A e B, sobre os quais repousa a conclusão (inteligência da alma, evidência) e chamar foro o conjunto dos termos C e D, que servem para estribar o raciocínio”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424).

A analogia pode apresentar-se como uma relação entre quatro termos, mas que também ocorre entre três termos, sendo que um deles figura duas vezes, como se pode observar: “B está para A assim como C está para B”. (PERELMAN; OLBRECHTS-

TYTECA, 2005, p. 427). Logo, o essencial em uma analogia é confrontar o tema³⁰ com o foro³¹. As técnicas aqui elencadas são consideradas como modos de organização da realidade. Esses modos de organização não se apresentam com frequência nas redações analisadas, no entanto, encontramos excertos que representam esse grupo de argumentos.

4.4.4 Os argumentos por dissociação das noções

Conforme pudemos observar, as três primeiras estruturas expostas, anteriormente, são tipos de ligações argumentativas em que os elementos são solidários entre si, podendo ser considerados independentes. Já na dissociação das noções, há uma oposição ao estabelecimento de tal solidariedade pela recusa de reconhecer a existência de uma ligação. O orador separa duas noções em que a relação já é aceita pelo auditório, logo esse processo inverte a estrutura de raciocínio anteriormente tratada. Assim, sobre a dissociação de noções, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 467) afirmam que:

Mostrar-se-á, notadamente, que uma ligação que fora considerada aceita, que fora presumida ou desejada, não existe, porque nada permite constatar ou justificar a influência que certos fenômenos examinados teriam sobre aqueles que estão em causa e porque, em consequência, é irrelevante levar-se em consideração os primeiros.

A técnica de ruptura de ligação consiste, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 467-468), “em afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes”. Logo, as ligações entre os elementos podem ser consideradas pelo orador como ‘naturais’ ou ‘artificiais’, ‘essenciais’ ou ‘acidentais’. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) concluem:

Portanto, no final das contas, a situação argumentativa em seu conjunto, e sobretudo as noções nas quais a argumentação se apoia, os remanejamentos aos quais ela conduz, as técnicas que permitem operá-los, é que nos indicarão a presença de uma dissociação das noções e não de uma mera recusa de ligação. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 468-469).

Logo, cabe ao orador separar a relação pressuposta entre os termos colocados em causa na técnica de ruptura das ligações e, na dissociação das noções, modificar a estrutura em que os termos nocionais são cotejados. (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA,

³⁰ Com base em Reboul (2004), o tema refere-se ao que se quer provar e se apresenta de forma abstrata.

³¹ O foro refere-se ao que serve para provar, geralmente, é retirado do domínio sensível e concreto.

2005). Ainda nas dissociações das noções, estabelecem-se relações hierárquicas cujos pares filosóficos são apresentados pelos autores como: aparência/realidade, meio/fim, consequência/fato, ato/pessoa, acidental/essencial, ocasião/causa, relativo/absoluto, subjetivo/objetivo, multiplicidade/unidade, normal/norma, individual/universal, particular/geral, teoria/prática, linguagem/pensamento e letra/espírito. Sobre esses pares filosóficos, a estrutura deles consiste em analisar dois termos específicos ainda que correlatos. Segundo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 473):

O termo I corresponde ao aparente, ao que se apresenta em primeiro lugar, ao atual, ao imediato, ao que é conhecido diretamente. O termo II, na medida em que se distingue dele, só é compreendido em relação ao termo I; é o resultado de uma dissociação, operada no seio do termo I, visando eliminar as incompatibilidades que podem surgir entre aspectos deste último. O termo II fornece um critério, uma norma que permite distinguir o que é válido do que não é, entre os aspectos do termo I; não é simplesmente um dado, mas uma *construção* que determina, quando da dissociação do termo I, uma regra que possibilita hierarquizar-lhe os múltiplos aspectos, qualificando de ilusórios, de errôneos, de aparentes, no sentido desqualificador do termo, aqueles que não são conformes a essa regra fornecida pelo *real*. Com relação ao termo I, o termo II será, a um só tempo, normativo e explicativo. Por ocasião da dissociação, ele permitirá valorizar ou desqualificar determinados aspectos sob os quais se apresenta o termo I; permitirá distinguir, entre as aparências cujo estatuto é equívoco, as que não passam de aparência das que representam o real.

Destarte, a dissociação das noções permite ao orador construir enunciados através de tautologias aparentes; reconhecer em certos sinais tipográficos, tais como, as aspas, a presença de um caráter semântico negativo no termo entre aspas. Essas estratégias constituem-se em matéria-prima do texto argumentativo.

Conforme discorrido, as estratégias de argumentação permitem-nos analisar quais delas correspondem a uma orientação para a construção de um texto de natureza argumentativa como a redação do ENEM que contemple com clareza, tanto para o candidato como para o corretor, a exigência de uma argumentação bem hierarquizada. A análise comprova a nossa hipótese de que os argumentos da estrutura do real estariam mais presentes nas produções textuais dos candidatos e, por isso, mereceriam mais atenção na pesquisa.

Associamos a isso a estrutura composicional do texto, tomando por base o protótipo da sequência argumentativa de Adam (2008), uma vez que conhecer bem essa estrutura é a base para a construção de uma argumentação consistente e eficiente. A estrutura ainda consiste em uma dificuldade para o candidato que, ao construir um tipo textual, não leva em conta características peculiares do gênero de caráter argumentativo, como, por exemplo, o artigo de opinião. Assim, defendemos que a produção textual deve girar em torno de um

gênero e não somente de um tipo textual, a redação do ENEM, por exemplo, que é entendida por alguns pesquisadores como um tipo textual, para nós, apresenta características de um gênero.

4.5 Argumentação e manipulação

As técnicas de manipulação constituem-se em outro viés de análise de argumentos. Consideramos que essas técnicas podem estar presentes nas redações, uma vez que envolvem as paixões, ligados diretamente ao *pathos*. Breton (1999) afirma que:

A manipulação apóia-se numa estratégia central, talvez única: a redução mais completa possível da liberdade de o público discutir ou de resistir ao que lhe é proposto. Essa estratégia deve ser invisível, já que seu desvelamento indicaria a existência de uma tentativa de manipulação. (BRETON, 1999, p. 20).

Ainda sobre esse conceito, complementamos com essa afirmação de Breton (1999, p. 20) que “no ato de manipulação, a mensagem, em sua dimensão cognitiva ou sob sua forma afetiva, é concebida para enganar, induzir ao erro, fazer crer no que não é. Essa mensagem é, pois, sempre mentirosa”. Consideramos que a citação auxilia-nos a compreender de que maneira pode aparecer e com que finalidade o argumento apresenta-se num texto. Quanto à definição em si da palavra manipulatória caracteriza-se como “mentira organizada, privação de liberdade das pessoas e instrumento para vencer sua resistência”. (BRETON, 1999, p. 22).

Segundo Breton (2003), argumentar é um meio poderoso que consiste em partilhar uma opinião, no entanto, afasta-se da violência persuasiva e do recurso à sedução ou à demonstração científica. Assim, o autor expõe um esquema que expressa diferentes formas de convencer:

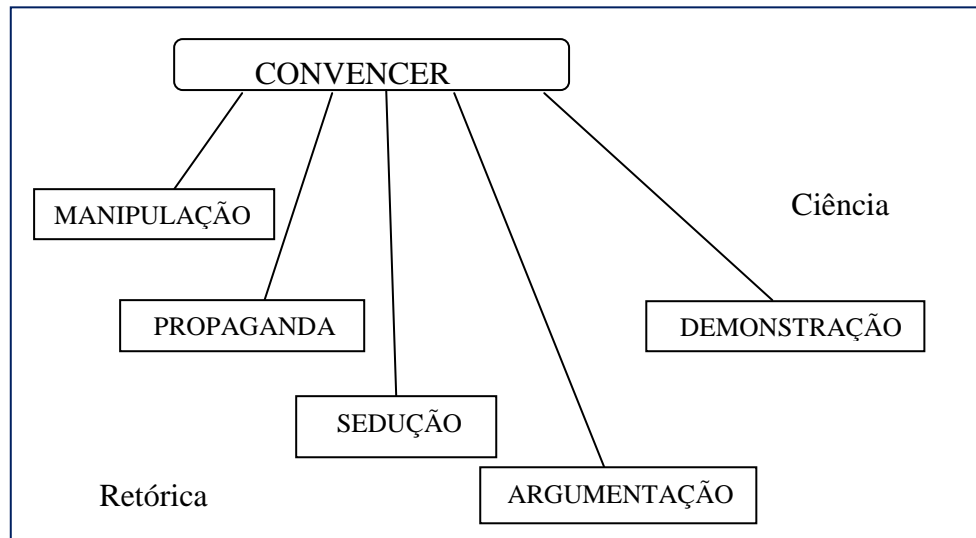


Fig.10: Esquema das diferentes maneiras de convencer. (BRETON, 2003, p. 10).

De acordo com a figura, convencer pode caracterizar-se em manipulação, propaganda, sedução e argumentação, este último referindo à Retórica, já a demonstração encontra-se no campo da Ciência. Tomando por base convencer caracterizado como manipulação, Breton (1999) apresenta dois recursos: a manipulação dos afetos e a manipulação cognitiva.

4.5.1 A manipulação dos afetos

Breton (1999) costuma associar o termo manipulação com os métodos que intervêm emocional e afetivamente na relação entre o que deseja convencer e o seu público. A manipulação também ocorre de outras maneiras que não, necessariamente, intervindo na relação.

Dessa forma, conclui-se que não é possível reduzir a manipulação a uma dimensão “irracional” ou “afetiva” da comunicação. Segundo Breton (1999, p. 63), “acrescentaremos a isso que aquilo que é de domínio do sentimento, do charme, da estética ou da autoridade – ou seja, o que acompanha a mensagem propriamente dita ou que constitui sua apresentação – não é em si forçosamente manipulatório”.

Assim, Breton (1999) afirma que a mobilização dos afetos condiciona o público para que ele aceite a mensagem sem discussão. A respeito dessa mobilização dos afetos, Breton distingue duas grandes categorias: apelo ou recurso aos sentimentos e efeito fusional.

Na manipulação pelo apelo ou recurso aos sentimentos, caracteriza-se pela sedução, para isso, ele toma por base o mecanismo de Carl A. Naether, especialista em anúncios destinados a mulheres, que “consiste em criar a ilusão de que o emissor da mensagem se encontra na mensagem ou é nela representado”. (BRETON, 1999, p. 65). Logo, a ideia é de que a autoridade pressiona o público para tornar essa ideia aceitável ou desejável.

Segundo Breton (1999), outro aspecto denominado de “persuasão-sedução” tornou-se um fenômeno comum e dissimulado como procedimento que não se vê mais. Dessa forma, seduzir torna-se estratégico na ação de convencer que se apóia no engano, porque o objetivo é vender e não mais agradar por agradar. Na prática, esse tipo de manipulação é representado pela sedução demagógica, pelo estilo, pela clareza, pela estetização da mensagem e pelo recurso ao medo.

A sedução demagógica consiste no protótipo do político, o demagogo que deseja convencer de que é bom candidato ou bom titular do posto que ocupa. Assim, o exercício demagógico metamorfoseia o ato de sedução. Segundo Breton (1999),

o exercício demagógico implica uma incrível flexibilidade e, com muita freqüência, passa pela construção de um vocabulário político, ou comercial, suficientemente ambíguo para que as próprias palavras possam se metamorfosear, em função da expectativa de cada um dos públicos que as recebem. (BRETON, 1999, p. 66-67).

A sedução pelo estilo consiste no uso do estilo com distanciamento do conteúdo, logo o orador tende a falar de forma convincente e seu modo toma o lugar do próprio argumento. O uso de figuras de estilo literárias é um dos recursos frequentes da manipulação, por vezes, esse recurso não passa de um ornamento do discurso. De acordo com Breton (1999, p. 67), “as mensagens publicitárias utilizam abundantemente, agora não mais apenas com palavras, mas na maioria das vezes com imagens, a estetização da mensagem com o objetivo de torná-la, apenas, por isso, confiável”.

Outra forma é manipular pela clareza em que o discurso deve ser transparente, ser claro sem obscuridades, mas essa clareza não deve criar ilusões, pois se trata de um estilo relativo. Segundo Breton (1999), a clareza seduz, por criar a ilusão de adaptar-se ao público que não precisa se esforçar para aceitar o que lhe é proposto. Conforme Breton (1999, p. 68), “a clareza faz-se acompanhar quase sempre da brevidade, promovida há pouco à categoria de

estilo convincente”. Assim, uma mensagem persuasiva obedece ao formato breve que se estabelece hoje como padrão.

Na estetização da mensagem, a manipulação pode advir de um gênero que agrada determinado público e que vê nele “estilo”. Para Breton (1999), “a estética da mensagem tende, na publicidade ou mesmo na comunicação, a substituir por completo seu conteúdo. Aquilo que, na mensagem, se supõe que convença é transferido do fundo para forma”. (BRETON, 1999, p. 70). O foco apresenta-se mais em ornamentos, em enfeites, logo em enganar o auditório.

O apelo ao medo consiste no desejo de convencer através de uma forma mascarada de autoridade. Essa é uma forma de manipulação frequentemente usada que permite fechar a questão sem prosseguir, força a aceitar uma opinião ou provocar um comportamento. Para Breton (1999, p. 71), quando “jornalistas ou políticos aceitam “dialogar” com representantes da extrema direita mostra que a força do medo e da autoridade, somada a outros procedimentos manipulatórios, torna eficaz a intervenção destes últimos”.

A segunda categoria, denominada de efeito fusional, tem como objetivo trabalhar a mensagem de maneira a por o público à mercê do manipulador. Segundo Breton (1999, p. 75), “é um tipo de relação que se instaura diretamente entre pessoas (o manipulador e o manipulado) como a determinada maneira de apresentar a mensagem que lhe permite desarmar mais facilmente as defesas que o público poderia opor-lhe”.

Nessa categoria, duas técnicas são mencionadas: repetição, hipnose ou sincronização. A repetição cria no interlocutor um sentimento de evidência, porque a técnica tende a criar a impressão de que a repetição foi em algum momento argumentado. Conforme Breton (1999, p. 75), “a repetição funciona com base no esquecimento de que nunca se explicou aquilo que se repete”.

Já a técnica de hipnose ou de sincronização é usada com o objetivo de “convencer”, ou seja, de obter uma mudança de comportamento do público. Assim, “aqueles que a empregam anunciam explicitamente que o conteúdo da mensagem não importa, a forma de apresentá-la é que a fará penetrar no espírito do interlocutor”. (BRETON, 1999, p. 76).

4.5.2 A manipulação cognitiva

A manipulação cognitiva dá-se sob a forma de duas técnicas: o enquadramento manipulatório e o amálgama cognitivo. O primeiro consiste em “utilizar elementos conhecidos e aceitos pelo interlocutor e em reordená-los de tal forma que não seja possível opor-se à sua aceitação”. (BRETON, 1999, p. 81). O segundo consiste em “propor um enquadramento dos fatos com o acréscimo de um elemento suplementar, cuja contribuição será em si mesma convincente”. (BRETON, 1999, p. 81).

O enquadramento manipulatório apóia-se na necessidade de se ter pontos de referência relativamente estáveis e mais próximos dos fatos do que das opiniões. Assim, o enquadramento consiste de certa forma em ordenar os fatos. A desinformação é considerada uma das técnicas de reenquadramento mais manipulatória que mobiliza recursos da mentira e da verdade em um jogo baseado no verdadeiro e no falso. Para Breton (1999, p. 82),

O enquadramento manipulatório apresenta três grandes variações possíveis: transformar de uma forma ou de outra o verdadeiro em falso e reciprocamente; orientar os fatos de tal modo que a realidade seja deliberadamente deformada; mascarar uma parte dos fatos de tal maneira que se ocultem as consequências da aceitação de um enquadramento dado.

Desse enquadramento, há duas técnicas: o enquadramento mentiroso e o reenquadramento abusivo. O enquadramento mentiroso refere-se à desinformação como um jogo mentiroso e manipulatório sobre a informação e é considerada como um dos principais pontos fracos da “sociedade da informação”. Já o reenquadramento abusivo “consiste em ordenar os fatos de tal maneira que a nova imagem da realidade assim composta suscite a convicção, de algum modo sobre bases falsas”. (BRETON, 1999, p. 86). Essa prática é considerada uma estratégia consciente de manipulação. O reenquadramento abusivo apresenta-se através de palavras enganosas, de traços mentais e de imagem deformada.

No reenquadramento abusivo com palavras enganosas, “não passam de informação deturpada veiculada por vocábulos de conteúdo tendencioso”. (BRETON, 1999, p. 87). O emprego de palavras enganosas apóia-se no princípio do reflexo condicionado dos psicólogos comportamentalistas da escola pavloviana.

Dessa forma, Breton exemplifica que na manipulação linguística a palavra “terrorismo” assume o reflexo condicionado que se deseja obter que é a indignação. Esse reflexo é semelhante à ideia da pesquisa de Pavlov com a salivação do cão em que o

pesquisador usava uma campanha para estimulá-lo a salivar diante de determinadas situações, tais como, ver a tigela de comida. O reflexo, por vezes, apresenta-se por automatismo. Logo, as palavras enganosas podem assemelhar-se a isso, quando denomina de “terrorista”, por exemplo, qualquer pessoa que participe de movimentos políticos clandestinos.

No reenquadramento abusivo com os traços mentais, caracteriza-se como o ocultamento de ações prejudiciais com a finalidade de que o efeito de sentido não seja percebido. Breton exemplifica “as balas de borracha” que se caracterizam como algo que não é brutal quando na realidade podem levar à morte.

No reenquadramento abusivo da naturalização do real, a manipulação apresenta-se, por exemplo, na Guerra do Vietnã que se transforma em “tragédia vietnamita” ou o desemprego em uma espécie de “catástrofe natural”. Essa caracterização isenta de responsabilidade e “naturaliza” a situação, sendo uma manipulação perversa e de indiferença.

No reenquadramento abusivo da imagem deformada, essa manipulação constitui-se na opinião de um orador que toma o caráter de “verdade inquestionável” deformando a imagem como no exemplo de enfatizar numa notícia a etnia do assaltante, caracterizando indiretamente que pessoas dessa etnia não são confiáveis. Conforme Breton (1999, p. 92),

Realmente, dizer ou escrever que um “jovem nordestino atacou um banco” sugere infalivelmente que esse jovem atacou um banco por ser do Nordeste³², ou que seu ato está, de uma forma ou de outra, em relação com o fato de ele vir do Nordeste. A questão aqui não é defender uma opinião (ainda seria necessário questionar o estatuto de uma opinião desse tipo), mas o fato de que se faça passar uma opinião por uma informação. Reside aí o ato manipulatório.

O enquadramento restritivo “consiste em obter do público assentimento a uma opinião, ou a adoção de um comportamento, que não apresenta nenhum problema de aceitação”. (BRETON, 1999, p. 92). A aceitação dessa opinião ou desse comportamento torna um apoio para aceitar uma segunda opinião que é, de fato, a intenção do manipulador. Logo, Breton (1999, p. 93) afirma que:

[...] é uma “tecnologia comportamental” pela qual o manipulador realiza um “desvio” destinado a “obter antes de tudo um comportamento ou de uma decisão que só tem para ele o interesse de preparar outros do mesmo tipo. De igual modo, essa manipulação só pode ser deliberada. Trata-se de criar uma situação em que o indivíduo é desmobilizado por uma decisão inicial.

³² Refere-se ao Nordeste da França.

A segunda grande técnica de manipulação é denominada de amálgama cognitivo e “consiste em tornar aceitável uma opinião mediante a construção de uma mensagem que é uma mescla dessa opinião, sem discussão de seu conteúdo, com um elemento exterior, sem relação imediata com essa opinião, mas considerada, por sua vez, já aceita pelo público”. (BRETON, 1999, p. 95). O amálgama cognitivo estabelece-se com uma relação de causalidade entre duas opiniões que na prática não existe, pode ocorrer através de alavancas para convencer ou como amálgama xenófobo.

Quando se apresenta como alavanca para convencer é caracterizado como quatro grandes famílias: as alavancas de virtude, as alavancas venenosas, as alavancas de autoridade e as alavancas de conformidade. As alavancas de virtude “permitem fazer aceitar pessoas, produtos ou ideias, associando-as a palavras ou símbolos tidos por bons, por exemplo, “democracia”, “liberdade”, “justiça”, “pátria.” (BRETON, 1999, p. 96). As alavancas venenosas “propõem uma associação com “más” palavras, símbolos e atos que recorrem ao medo, ao desgosto, como, por exemplo, “guerra”, “morte”, “fascismo”, “imoral” etc”. (BRETON, 1999, p. 96).

Já as alavancas de autoridade “empregam a voz da experiência, do conhecimento, da autoridade e se apóiam no testemunho, na opinião de pessoas bem conhecidas, ou em instituições”. (BRETON, 1999, p. 96). As alavancas de conformidade “recorrem à solidariedade, à pressão das emoções ou a ações coletivas. Esta alavanca se destina sobretudo a ganhar as massas”. (BRETON, 1999, p. 96).

No amálgama cognitivo, temos o amálgama xenófobo que consiste em relacionar problemas nacionais à presença de estrangeiros. Para Breton (1999, p. 99), “esse amálgama é tão essencial, encontra-se tão fortemente enraizado na cultura moderna, que ocupa na maioria das vezes uma posição dominante, aí incluída as consciências democráticas”.

As técnicas de manipulação dão esse respaldo na compreensão de argumentos que se desviam do seu propósito real de convencimento. Não poderíamos deixar de mencioná-los em nossa pesquisa, uma vez que essas técnicas fazem parte do mundo em que vivemos e podem estar presentes na construção de textos como no gênero redação do ENEM.

4.6 O percurso de análise retórico-argumentativa

Durante o capítulo, traçamos um percurso de análise da concepção retórico-argumentativa que utilizamos em nossa pesquisa. Para fomentar a discussão, o nosso aporte teórico é a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) com o estudo dos tipos de acordo e das técnicas de argumentação que se constituem em nossas categorias de análise. Além desses dois aspectos, também tratamos de um componente retórico: o *pathos*.

Conforme vimos, essas três categorias de análise sustentam nossa tese de que há uma caracterização interna que constitui o gênero redação do ENEM. Não pretendemos engessar as técnicas argumentativas, mas verificar que o produtor do texto privilegiou algumas em detrimento de outras. Tampouco pretendemos provar o porquê dessas escolhas, uma vez que se deve a fatores não contemplados na pesquisa, tais como, orientação dada pela escola.

Nossa pesquisa esclarece que esses tipos de acordo e técnicas argumentativas escolhidas pelo produtor contribuem para demonstrar aos corretores e à banca examinadora da redação a coesão e o uso de elementos articulatórios através dos argumentos. Através da construção dos argumentos mobiliza nosso estudo sobre o *pathos*. Tratamos, também, da manipulação da palavra, outro aspecto que auxilia nas discussões de nossa pesquisa.

5 ABORDAGEM METODOLÓGICA

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”
(FREIRE, 1989, p. 39).

Neste capítulo, demonstramos os passos metodológicos que nos permitem caracterizar a redação do ENEM através dos objetivos traçados em nossa pesquisa. Nosso ponto de partida consiste na caracterização da pesquisa com um método científico adequado e que atendeu ao propósito aqui estabelecido. Na sequência do capítulo, damos continuidade com a delimitação do universo da pesquisa e os procedimentos de análise que foram utilizados na caracterização dos aspectos externos e internos da redação. Descrevemos nesse procedimento as categorias adotadas, buscando aproximar os construtos teóricos de Miller (2009 [1984]) e Bazerman (2011) quanto aos aspectos externos; de Bakhtin (1997), Adam (1999; 2008) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) quanto aos aspectos internos. Abordamos também as políticas públicas que norteiam o exame, tratando das mudanças ocorridas ao longo dos anos no ENEM e da matriz de referência adotada para a correção da redação.

5.1 Caracterização da pesquisa

Nossa pesquisa constitui-se em uma investigação da caracterização do gênero redação do ENEM em sua estrutura composicional e retórico-argumentativa sob a perspectiva de gênero como ação social. Em nossa análise, verificamos como se apresentam os aspectos externos e internos que circundam o gênero. Esse estudo sobre as características da redação do ENEM corrobora a concepção de que a redação do ENEM é um gênero.

Para isso, utilizamo-nos do método indutivo, uma vez que parte do particular para chegar a determinadas conclusões gerais, isto é, parte do específico para o geral. Segundo Lakatos e Marconi (1995), devemos considerar três etapas fundamentais do método indutivo:

- a) **observação dos fenômenos**³³ – nessa etapa observamos os fatos ou fenômenos e os analisamos, com a finalidade de descobrir as causas de sua manifestação;
- b) **descoberta da relação entre eles** – na segunda etapa procuramos por intermédio da comparação, aproximar os fatos ou fenômenos, com a finalidade de descobrir a relação constante existente entre eles;
- c) **generalização da relação** – nessa última etapa generalizamos a relação encontrada na precedente, entre os fenômenos e fatos semelhantes, muitos dos quais ainda não observamos (e muitos inclusive inobserváveis). (LAKATOS; MARCONI, 1995, p. 87).

Conforme as etapas do método, caracterizamos a redação, primeiramente, em seu aspecto externo, que envolve o entorno concernente à ação social. Essa caracterização permite-nos compreender que a redação do ENEM configura-se como um gênero que vem difundindo-se através do exame em todo o país. Dessa forma, compete ao produtor do texto seguir algumas orientações de como construir o gênero, segundo o Guia do Participante, sobre um assunto em voga, previamente escolhido para essa finalidade, que aborde um tema de ordem social, científica, cultural e política. Para isso, as etapas de análise seguiram a produção, a circulação e a recepção desse texto em situação real de produção.

O segundo aspecto analisado refere-se à caracterização da redação, partindo da estrutura composicional do texto. Essa estrutura – que compreende o protótipo da sequência argumentativa e o plano de texto – apresenta o movimento – fatos e inferências –, inserido entre os dados e a nova tese. A partir desse movimento, inserimos um segundo aporte teórico – as técnicas de argumentação – que nos permite analisar a construção argumentativa da redação.

A pesquisa também se caracteriza como do tipo descritiva, pois, de acordo com Cervo e Bervian (1996, p. 50), o estudo descritivo trata do “estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada”. Esse tipo de estudo favorece uma pesquisa mais ampla e completa e, por essa razão, consideramos que nossa pesquisa enquadra-se no perfil, uma vez que pretende analisar as redações do ENEM. A partir dessa análise, caracterizamos a redação sob a perspectiva do gênero como ação social, de sua estrutura composicional textual/discursiva e argumentativo-retórica.

³³ Grifos dos autores da obra.

5.2 Delimitação do universo

A pesquisa constitui-se de um *corpus* de 100 redações do ENEM, classificadas como redação nota 1.000, produzidas por candidatos que se submeteram ao exame de 2013 com o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”. Esse *corpus* foi gentilmente cedido pelo INEP, junto à Coordenação-geral de Instrumentos e Medidas – CGIM, cuja sede encontra-se em Brasília/DF. O contato foi realizado diretamente com um funcionário do setor através de e-mail e remetido, via Correios, as 100 redações gravadas em CD de todas as unidades da federação, porém, como há sigilo dessas redações no INEP, não nos foram divulgadas as unidades federativas.

As redações nota 1.000 – conforme as correções da edição do ENEM de 2013 – compõem uma amostra para a análise dos dados que pretendíamos encontrar nelas. A escolha dessas redações deve-se ao objetivo da pesquisa em analisar características externas e internas do gênero. Assim, a amostra não apresenta o caráter de uma análise exaustiva de cada uma delas, mas de demonstrar redações na íntegra, bem como excertos que apresentam dados relevantes para o objeto da pesquisa. A quantidade de 100 textos constitui-se em um número suficiente para observação das características analisadas e comprovação de nossas hipóteses. Através dos procedimentos de análise, direcionamos todos os passos de nossa pesquisa para a composição de nossa amostra.

Cada redação foi codificada com uma numeração, acrescentando antes do número a letra **T** que abrevia a palavra **Texto**, conforme o exemplo que segue **T01** assim sucessivamente. Isso nos permite, durante o processo de análise, apresentar excertos ou o texto na íntegra, facilitando a apresentação dos dados. Para cada texto analisado, fizemos um levantamento de como a estrutura composicional apresenta-se nesse gênero e, de quais técnicas de argumentação, ele se apropria.

5.3 Procedimentos de análise

Para constatar nossas hipóteses, analisamos os aspectos externos do gênero, tomando por base a concepção de gênero como ação social de Miller (2009 [1984]) e aplicando as categorias de análise propostas por Bazerman (2011). Quanto aos aspectos

internos, analisamos nas redações as categorias de Bakhtin (1997), o protótipo da sequência argumentativa e o plano de texto de Adam (1999; 2008), os tipos de acordo e as técnicas argumentativas de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

A fim de verificar a estrutura composicional textual/discursiva e argumentativo-retórica, localizando os argumentos que se fazem presentes na construção do texto do *corpus* de 100 redações do ENEM. Analisamos os textos, utilizando a proposta de Catelão (2013) quanto a um modelo de análise empírica que prevê a inserção da Nova Retórica.

A pesquisa consiste em estudar a estrutura composicional, segundo Adam (2008), observando a adesão do auditório a uma tese estabelecida em três etapas: observação dos fatos, construção de inferências e construção de uma nova tese. A partir dessa análise, tomamos conhecimento dos textos que seguem a estrutura composicional e configuracional do protótipo da sequência argumentativa e quais técnicas de argumentação foram utilizadas nessas construções textuais sem pretender “engessar” os dados na teoria, mas compreender como se apresenta na estrutura dissertativo-argumentativa desse gênero. Desse modo, realizamos a análise de acordo com os seguintes passos:

01. Descrição das condições de produção do texto, conforme as categorias de Bazerman (2011) e a concepção de gênero de Miller (2009 [1984]), verificando o processo da inscrição, o conhecimento do manual do candidato e os procedimentos para a realização da prova de redação, a quantidade de tempo destinado para essa etapa do exame e a situação de produção; a circulação do texto entre o candidato/ produtor e o avaliador e as etapas de correção dos avaliadores; finalizando com a recepção da avaliação (aspectos referentes ao manual do corretor). Esses aspectos são importantes para a análise, porque neles verificamos o conjunto de gêneros dos quais o candidato utiliza-se para realizar o exame, bem como o sistema de gêneros que envolve a redação do ENEM.
02. Caracterização da redação do ENEM como gênero através das categorias de análise, segundo Bakhtin (1997), referentes ao conteúdo temático – significação e tema –, estilo e construção composicional. Essas categorias contribuem para reconhecermos a estrutura-base de um gênero através da análise da recorrência dessas categorias em cada uma delas, uma vez que há uma exigência para construir um texto com um tema, um estilo que se constitui na norma padrão e, propriamente dito, em uma estrutura composicional dissertativo-argumentativa. Além dessas categorias, faz-se necessário

analisar o extraverbal da redação tais como: o papel dos interlocutores (candidato/produtor e avaliador), a finalidade da enunciação e a esfera³⁴ de circulação.

03. Sistematização dos dados sobre a estrutura composicional textual/discursiva, segundo Adam (1999; 2008), das redações que apresentam, no plano composicional, o protótipo da sequência argumentativa, o plano de texto – fixo/ convencional ou ocasional – e, no plano discursivo, os aspectos da responsabilidade enunciativa – PdV marcado ou anônimo –, situação sociodiscursiva, condições de produção – necessidades para a ocorrência do discurso –, e condições de recepção – produção da imagem do auditório (*pathos*). Além do protótipo da sequência argumentativa, inserimos a responsabilidade enunciativa, por ser uma exigência da estrutura dissertativo-argumentativa da redação do ENEM e, para isso, verificamos como se dá a argumentação no texto.
04. Levantamento dos tipos de acordo relativos ao real e ao preferível e das técnicas de argumentação, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). De acordo com o procedimento 03, demonstramos a inserção das técnicas argumentativas no protótipo da sequência argumentativa entre a tese inicial e a nova tese. Esse aspecto exigiu uma análise dos tipos de argumentos que sustentam a tese. Não há o caráter de observar a recorrência na construção do texto, mas conhecer como são desenvolvidos esses argumentos e quais as técnicas que podem contribuir para a construção da tese em um texto como o gênero em análise.

Conforme o procedimento descrito, demonstramos a seguir o esquema de análise de que vamos nos utilizar, com base em Catelão (2013):

³⁴ Em nossa pesquisa, tomamos por base a nomenclatura de Bazerman (2011), pois esfera é um termo propriamente bakhtiniano.

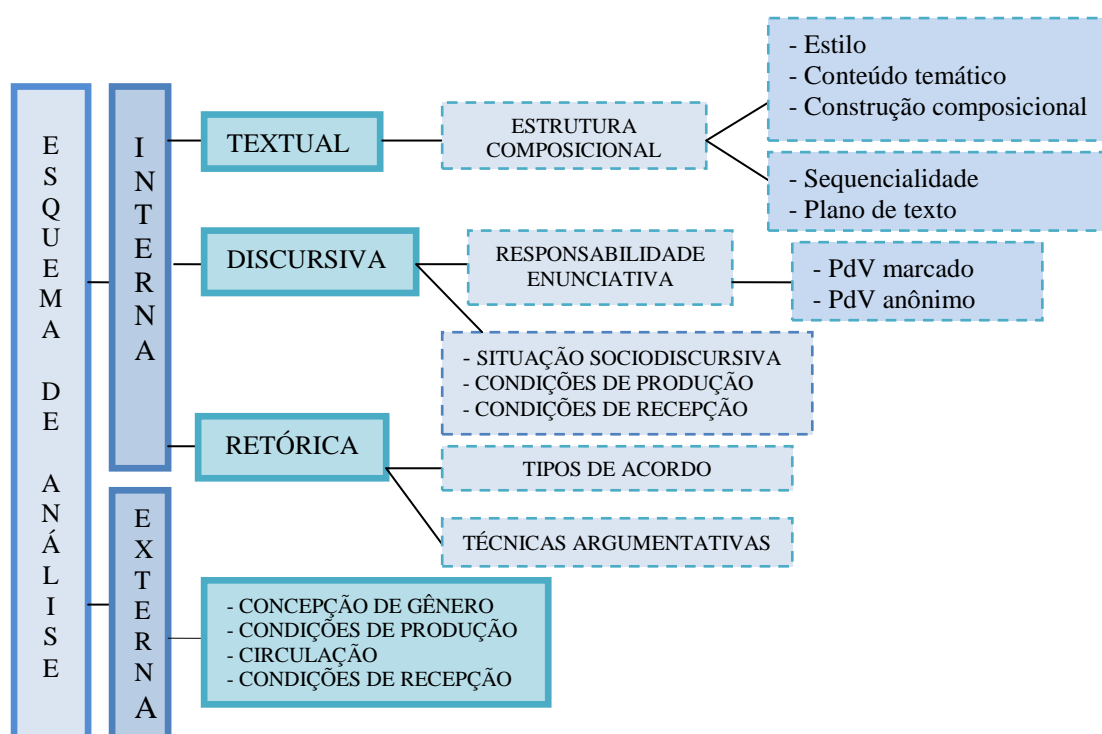


Fig. 11: Esquema de análise baseado em Catelão (2013).

Nosso objetivo é caracterizar a redação do ENEM como gênero e demonstrar como se dá a construção desse texto em seus aspectos externos e internos. Esse esquema ilustra, especificamente, as categorias de análise da caracterização de ambos os aspectos. Outra etapa metodológica constitui-se na introdução de políticas públicas referentes ao ENEM que se configuram em um aparato teórico para a compreensão do exame desde seu início e de suas modificações ao longo dos anos pela crescente procura de candidatos a cada edição como uma das maneiras de inserção em faculdades e universidades.

5.4 Políticas públicas do ENEM: conhecendo a estrutura do exame

O Exame Nacional do Ensino Médio constitui-se como uma das políticas públicas que vem, continuamente, sofrendo modificações em sua estrutura e atingindo um número, cada vez maior, de candidatos desde sua primeira edição. O ENEM teve como base normativa as Leis nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) – e nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, o PNE e a LDBN corroboram para a efetivação de ações governamentais, tornando-se hoje política pública institucionalizada.

O exame foi criado com base nos princípios definidos da LDBN/1996, efetivado através da Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), assinada pelo então ministro da época Paulo Renato Souza. O objetivo era ser um instrumento de avaliação das competências e habilidades básicas apreendidas durante o ensino médio para inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho e da prática da cidadania.

A partir desse objetivo, a matriz referencial inicial do exame foi estruturada para verificar o domínio de competências e habilidades que estimulassem o raciocínio e a capacidade de aprender, tomando por base a interdisciplinaridade e a contextualização das experiências. O desempenho era avaliado na prova objetiva e na redação, a partir de cinco competências básicas: domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, capacidade de enfrentar situações-problema, construção de argumentações e elaboração de propostas.

Segundo os dados do Relatório Pedagógico do ENEM (2008), a primeira prova em 1998 contou com 157.221 inscritos, esses dados triplicaram ao longo dos anos, efetivando o ENEM como política pública. A partir de 2009, o ENEM sofreu modificações que determinaram novas orientações para o exame, passando a ser denominado de Novo ENEM. As propostas de reformulação, que partiram do MEC com o apoio do INEP, tiveram como principais objetivos: democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos.

Essa mudança de paradigma tornou o exame como uma forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. Para ser utilizado pelas instituições federais, houve a opção de quatro alternativas do processo seletivo: como fase única, sistema de seleção unificada, informatizado; como primeira fase; combinado com o vestibular da instituição; como fase única para as vagas remanescentes do vestibular. Até então, o ENEM permaneceu facultativo para as demais instituições.

Dessa maneira, a matriz referencial sofreu alterações significativas, passando a verificar 04 competências e 30 habilidades. O ENEM conta agora com 180 questões objetivas, divididas em 45 questões para cada uma das 04 competências. A segunda parte do exame constitui-se de uma redação em que os participantes são orientados a construir um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural e política. Na edição de 2013, o tema da redação era “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”.

A orientação geral dada aos participantes é construir um texto em torno de uma organização que inclua argumentos, fatos e opiniões para a defesa de um ponto de vista, finalizando com uma proposta de intervenção. Os participantes são avaliados através de uma matriz de referência em relação ao domínio das seguintes competências:

- I) Demonstrar domínio de norma culta da língua portuguesa;
- II) Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;
- III) Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
- IV) Demonstrar conhecimento dos mecanismos necessários para a construção da argumentação;
- V) Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos. (INEP, 2005, p. 47).

Apesar da mudança, Quinalia *et al* (2013, p. 71) afirmam que:

para alguns, os desdobramentos continuam os mesmos do modelo de Exame anterior: permaneceriam como instrumentos de exclusão dos menos favorecidos, e ainda assim permaneceriam sem que se refletisse de fato o problema da qualidade de ensino. As escolas permaneceriam com o objetivo de ser bem colocadas no ranking elaborado pelo INEP.

Em parte, concordamos, ainda que haja essa disputa entre as escolas que atingem as melhores colocações, ainda que seja baseado em um ensino conteudista, o ENEM possibilitou a inserção de mais alunos provenientes de escolas públicas pela acessibilidade do exame. O exame também se constitui em um avanço de políticas educacionais em nosso país, mesmo apresentando algumas falhas, possibilita a participação em massa de alunos nas universidades, outrora uma realidade para poucos.

6 CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM

“[...] similaridades de substância e similaridades de forma que nos permitem proceder e engajar em similaridades de ação [...]”.

(MILLER, 2011, p. 34).

Este capítulo apresenta a análise das redações do ENEM em seus aspectos externos e internos que caracterizam esse texto como um gênero. As redações selecionadas que compõem o corpo da análise são exemplos mais representativos das 100 redações que auxiliam na compreensão da caracterização da redação do ENEM como gênero. A primeira parte da análise acerca dos aspectos externos constitui-se em uma descrição das condições de produção, tomando por base a concepção de gênero como ação social, segundo Miller (2009 [1984]), e as categorias de Bazerman (2011) sobre a análise de gênero. Os aspectos selecionados para essa análise contribuem para verificarmos o conjunto de gêneros ao qual o candidato é exposto, bem como o sistema de gêneros que envolve a redação do ENEM. Na segunda parte, analisamos a estrutura interna do texto. Tomamos como pressupostos teóricos as categorias de Bakhtin (1997) – conteúdo temático, estilo e construção composicional –, articulando uma discussão em torno da estrutura-base de um gênero, o papel dos interlocutores, a finalidade da enunciação e a esfera de circulação. Em seguida, tratamos da sistematização da estrutura composicional textual/discursiva, conforme Adam (1999; 2008), analisando, no plano composicional, o protótipo da sequência argumentativa e o plano de texto, no plano discursivo, a responsabilidade enunciativa e a situação sociodiscursiva, concernentes às condições de produção e de recepção, além das imagens do auditório (*pathos*). Acerca dos pressupostos teóricos sobre a Nova Retórica, fizemos um levantamento dos tipos de acordo relativos ao real e ao preferível e das técnicas de argumentação, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), demonstrando a inserção das técnicas de argumentação no protótipo da sequência argumentativa, conforme a análise de Catelão (2013).

6.1 A caracterização do gênero redação do ENEM: aspectos externos

A redação do ENEM consiste em um texto elaborado numa situação sociodiscursiva de um exame. Apesar do caráter avaliativo, situa-se no gênero redação escolar, uma vez que remete a uma situação de produção de texto com objetivo de verificar o processo de escrita de um texto de natureza argumentativa. Para Schneuwly e Dolz (2004), o gênero é considerado como um (mega)instrumento. Assim, Schneuwly (2004) afirma que:

A escolha do gênero se faz em função da definição dos parâmetros da situação que guiam a ação. Há, pois, aqui uma relação entre meio-fim, que é a estrutura de base da atividade mediada. Portanto, nossa tese inicial – o gênero é um instrumento – enquadra-se bem na concepção bakhtiniana. (SCHNEUWLY, 2004, p. 27).

Essa definição de gênero com base no Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) apresenta parâmetros de análise e bases teóricas que não correspondem à perspectiva teórica de nossa pesquisa. Entretanto, a definição de gênero escolar é útil para nossos propósitos, pela semelhança que guarda com o gênero redação do ENEM. Não tratamos a redação do ENEM como “gênero escolar” por causa da generalidade que essa definição comporta, sobretudo em termos estruturais. Mas as condições em que acontece a prática discursiva das redações solicitadas na escola aproximam-se do contexto enunciativo em que se dá a redação do ENEM. Além disso, a proposta dos autores pauta-se por concepções bakhtinianas, principalmente, a esfera de troca social e os elementos que caracterizam o gênero. Esses aspectos bakhtinianos são relevantes porque redimensionaram a noção de gênero, razão pela qual não poderíamos deixar de mencioná-los. No entanto, a proposta de Schneuwly e Dolz (2004) não nos permitiria analisar, mais amplamente, os aspectos externos e internos que caracterizam qualquer gênero, dentre eles a redação do ENEM.

Para nossa análise, tomamos por base a concepção sociorretórica de gênero como ação social (MILLER, 2009), a fim de caracterizar os aspectos externos da redação do ENEM. A autora considera que os gêneros retóricos definem-se pelas semelhanças que têm com as estratégias utilizadas ou com as formas como se apresentam no texto. São acentuados em sua concepção de gênero aspectos sociais e históricos da retórica por entender a autora que a definição deve ser centrada na ação usada para realizar o texto. A autora também observa que os modelos hierárquicos da comunicação podem ajudar no esclarecimento da natureza e da estrutura da ação retórica.

Outros aspectos são apontados em Bazerman (2011a) e se constituem em elementos de análise sob a noção de gênero, tais como: regularidades aparentes em um conjunto de textos representativos de certo gênero, regularidades observáveis nos processos de produção e recepção dos textos e regularidades percebidas nos papéis sociais desempenhados por seus produtores e consumidores. Esses critérios de análise correspondem ao contexto de circulação, de produção e de recepção em que o gênero está inserido e aos efeitos sociais da redação do ENEM.

6.1.1 O gênero redação do ENEM na perspectiva sociorretórica

A definição de situação, mencionada por Miller (2009), estabelece a ação humana como baseada em significado e o processo de interpretação encontra-se no centro da ação que envolve um contexto de situação e de motivos. Logo, a redação do ENEM adquire significado, pois uma de suas finalidades é de verificar a produção textual de estudantes que finalizaram o ensino médio, instigando a elaboração de um texto com argumentos e posicionamento sobre uma situação social, científica, cultural e política. Uma vez que consiste em uma ação significativa, é interpretável por meio de regras, ou seja, há uma composição estrutural exigida denominada de dissertativo-argumentativa, mas também níveis hierárquicos, tais como: a ação para uma locução e a ação para o ato de fala, que o inserem num contexto social, redimensionando a redação para outras ações que extrapolam as duas citadas.

Para isso, Miller (2009) demonstra sua proposta de hierarquia de sentido que respalda nossa reivindicação de que o gênero redação do ENEM é uma ação social. Antes de constituir-se em um gênero, conforme a proposta de hierarquia de sentido, passa pela experiência que atribuímos à necessidade da existência desse gênero. Em seguida, a língua formaliza a essa experiência. Para isso, atribuímos à locução o fator comunicação entre o locutor e o interlocutor, porque todo texto é escrito para alguma finalidade de comunicação.

Para chegarmos ao gênero, propriamente dito, a autora recorre à teoria dos atos de fala, remetendo a Austin. A respeito da redação do ENEM, os atos de fala em si não aparecem, mas a argumentação exige que a informação seja convincente, por isso podemos afirmar que, sutilmente, os atos de fala estão presentes na argumentação. Miller (2009)

denomina esses aspectos de microníveis. Pelos macroníveis, identificamos após o gênero, a forma de vida no contexto cultural em que o gênero surge e a natureza humana.

A ação social da redação do ENEM funde-se à forma e à substância, uma vez que a substância dá o sentido semântico e simbólico em um contexto social e histórico retórico. A redação partiu de algo que se estruturou como redação escolar, mas se diferencia do propósito de permanecer sob a ótica de apenas um avaliador – o professor. Ela deve cumprir o papel de desenvolver um posicionamento do ponto de vista crítico de quem escreve e de selecionar sob a avaliação de, no mínimo, dois corretores. A redação do ENEM é um meio retórico que atende às intenções privadas e à exigência social. O texto é produzido em larga escala, ou seja, em todas as unidades da federação, conforme dados estatísticos divulgados pelo INEP a cada edição do exame.

Miller (2009) afirma que o fenômeno da recorrência é intersubjetivo, porque se trata de uma ocorrência social, um construto social. Para ela, a noção de reprodução dá-se através da ação dos participantes que são denominados de atores sociais que criam a recorrência em suas ações ao reproduzir os aspectos estruturais das instituições, ao usar as estruturas disponíveis como meio para a sua ação e ao produzir estruturas de novo. Esse termo “estrutura”, tomado de Giddens, é “um aspecto constituinte da ação e que a ação é o aspecto principal”. (MILLER, 2009, p. 53).

Na redação do ENEM, exige-se que se respeitem certos aspectos estruturais caracterizados na estrutura composicional, a articulação de ideias e a organização da argumentação. A participação de atores sociais é representada por quem produz o texto e também por quem avalia o texto. Como as instituições de ensino orientam de alguma forma os alunos a reproduzirem a estrutura da redação do ENEM, podemos afirmar que a reprodução dos textos analisados que tiraram nota 1.000 é, ao mesmo tempo, produção de estruturas de novo, bem como exemplo de estruturas disponíveis como um meio para a ação. Isto é, elas se constituem em modelos disponíveis para a futura memória, a interpretação e o uso.

Quanto à definição de gênero por Miller, tomamos, dos cinco aspectos tratados pela autora, apenas o primeiro que se refere “a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica; como ação adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação se originou”. (MILLER, 2009, p. 41). Destarte, assumimos em nossa pesquisa essa definição de gênero, porque compreendemos a

redação do ENEM como um texto tipificado com ampla ação retórica e que adquire significado tanto na situação sociodiscursiva como no contexto social em que está inserida.

A definição de comunidade retórica não é algo delimitado no espaço físico. Assim, compreendemos que se trata da apropriação do discurso que se espera na redação do ENEM, uma fusão da estrutura e de argumentos bem característicos para a construção do texto. É no discurso que podemos perceber as forças de estabilização e de desestabilização, e elas nada mais são que acordos e desacordos construídos na argumentação do texto. Logo, o gênero redação do ENEM demonstra a sua pertença na comunidade retórica pela articulação do discurso presente na argumentação do texto, quando há os acordos e desacordos, compreensões partilhadas e novidade, identificação e divisão.

6.1.2 A redação do ENEM e o entorno social

Quanto aos componentes externos do gênero redação do ENEM, analisamos critérios como: ação para uma locução e ação para o ato de fala, além de outras ações que são mencionadas ao longo da pesquisa. Conforme já dissemos, a redação do ENEM tem caráter de exame nacional e, sob essa condição, o contexto de produção pode ser ainda mais determinante. Supõe-se que o candidato passe por um período de preparação, principalmente, aqueles que são estudantes de terceiro ano do ensino médio.

Essa preparação é dada pela escola nas aulas denominadas de Redação ou se dá pelo menos pela leitura de materiais (impressos ou *on-line*) para aqueles que não estão inseridos no âmbito escolar. Essas informações permitem ao estudante conhecer os aspectos que norteiam a construção do texto dissertativo-argumentativo. Na realidade, essa produção direcionada ao exame nem sempre é bem sucedida. O INEP informa – a cada edição do ENEM – o número de candidatos que zeram ou atingem níveis muito abaixo do esperado.

Esses candidatos apresentam, em sua maioria, a dificuldade de compreensão da proposta de redação, o desconhecimento de elementos essenciais, como delimitar o tema proposto e a tese a ser defendida. Isso inviabiliza a construção de uma argumentação consistente, sem mencionar outros critérios estabelecidos pelas competências avaliadas no ENEM. Antes da produção do gênero redação do ENEM, o candidato obriga-se a ter contato com outros gêneros que são produzidos por ele; isso pode corresponder ao “conjunto de

gêneros” de que fala Bazerman (2011a, p. 33): “um conjunto de gêneros é a coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir”.

O candidato é exposto a gêneros no ato da inscrição, tais como: ficha de inscrição e questionário socioeconômico. Para isso, observamos que o candidato precisa consultar um site de inscrição em que constam esses títulos: dicas, informações pessoais, senha, recursos e opções, situação escolar, dados socioeconômicos, confirmação da inscrição e acompanhamento da inscrição. Cada item compõe-se de informações e dados a serem preenchidos – todos constituem gêneros, tais como: a ficha de inscrição, que consta de informações pessoais e de dados escolares, e o questionário socioeconômico.

Após o preenchimento dessas informações e efetivação da inscrição, o candidato terá acesso a outro gênero – o manual de instrução – com as orientações necessárias para a execução das provas nas quatro áreas de conhecimento – Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e a prova de redação.

Além dessas orientações, o manual informa sobre o percurso avaliativo do ENEM com dados estatísticos, a pontuação do perfil, as considerações sobre o Sisu³⁵ e o Prouni³⁶ e as dicas sobre como se preparar para o exame. A partir desses gêneros, o candidato terá acesso às avaliações, que consistem na prova escrita das quatro áreas de conhecimento e na prova de redação.

A redação é produzida, juntamente, com a avaliação escrita de 90 questões em um período de tempo³⁷ de 5 horas e 30 minutos. O candidato tem como base para a produção dois textos sobre o tema proposto e conhecimentos, anteriormente, adquiridos para desenvolver a temática. As condições em si desfavorecem a produção de um texto consistente, uma vez que o candidato está sob pressão, por ser um processo avaliativo.

No contexto de circulação, a redação do ENEM, após ser redigida pelo candidato, passa para as etapas de correção pela equipe avaliadora do exame. Sua circulação é interna para preservar a identidade do candidato, mas segue um processo em que o texto é avaliado por mais de um corretor/avaliador. Essas etapas de correção regem-se pela discrepância de notas atribuídas pelos corretores, podendo a redação ser avaliada pela terceira e/ou quarta banca para chegar à nota definitiva. Após a correção, algumas dessas redações, geralmente as

³⁵ Sistema de Seleção Unificada. <sisu.mec.gov.br>

³⁶ Programa Universidade para Todos. <institucional.educacao.ba.gov.br/>

³⁷ Essa informação é com base na edição do ENEM 2014.

que obtiveram pontuação máxima, são divulgadas pela mídia eletrônica através de sites com o objetivo de demonstrá-las como o padrão de texto exigido pelo exame.

No contexto de recepção, a redação do ENEM, geralmente, tem como único leitor os corretores do texto – mas pode, menos frequentemente, chegar às mãos de pesquisadores. O texto, no entanto, é destinado aos corretores. Logo, o candidato, ao produzir a redação, tem como foco construir um texto que atenda às exigências contempladas através das cinco competências. Além disso, o ponto principal é produzir um texto que atenda à percepção dos corretores/avaliadores de acordo com a proposta do exame, levando em consideração a construção dos argumentos na tentativa de persuadir o leitor, que é o próprio avaliador. Nessa etapa, há uma forte pressão sob os corretores/avaliadores em analisar as cinco competências no menor tempo possível. Isso acarreta prejuízo na análise desses critérios e uma preocupação excessiva em garantir produtividade, ainda que de má qualidade. Bazerman (2011a, p. 29) afirma que:

a distinção em três níveis de análise daquilo que falamos ou escrevemos, o que pretendemos realizar com o que falamos ou escrevemos, e o que as pessoas entendem que estamos tentando fazer, mostra como nossas intenções podem ser mal compreendidas e como é difícil coordenar nossas ações entre si. A falta de coordenação é potencialmente muito grave quando nos comunicamos através da escrita, já que não podemos ver os gestos e as atitudes uns dos outros, nem tampouco observar de forma mais imediata a recepção do outro, num efeito perlocucionário que não reflete nossa intenção ilocucionária.

A citação corresponde a essa atenção de quem produz o gênero redação do ENEM para um avaliador/corretor, uma vez que pode haver mal-entendidos nas reais intenções do produtor do texto. Tomando por base os três níveis dos atos de fala – o ato locucionário, o ato ilocucionário e o efeito perlocucionário –, a recepção do texto sofre influência deles, os quais podem ser aplicáveis a textos escritos.

Outro aspecto, segundo Bazerman (2011a, p. 23), consiste nos fatos sociais que “são as coisas que as pessoas acreditam que sejam verdadeiras e, assim, afetam o modo como elas definem uma situação”. Para produzir o gênero redação do ENEM, o produtor do texto compreende que precisa inserir-se em uma dinâmica com outros gêneros. Esses gêneros, incluindo a redação, são direcionados à conquista de um resultado de aprovação no exame – o fato social para a inserção em uma universidade. O efeito social do gênero redação do ENEM, que tem em sua origem o gênero redação escolar, assume um caráter de ascensão para quem o produz de acordo com os critérios estabelecidos.

Após a aprovação, o gênero redação do ENEM também assume outra posição, quando atinge pontuação máxima: a de estabelecer-se como “modelo” para outros produtores do gênero que ainda estão no processo de inserção ou ainda vão submeter-se a ele. Esse “modelo” é divulgado e comentado por profissionais da área – professores de português – em sites que têm o propósito de orientar candidatos ou interessados em realizar o exame. O efeito social pode apresentar-se de maneira contrária, quando são divulgados textos que não correspondem aos critérios estabelecidos, principalmente, aqueles que têm o objetivo de ridicularizar a construção do gênero. Assim, consideramos que a redação do ENEM, apesar de seu caráter avaliativo, também se presta a outra função social: a de ser “modelo” ora positivo, ora negativo. Vejamos o quadro-resumo:

Concepção de gênero	“O gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica; como ação adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação se originou.” (MILLER, 2009, p. 41)
Condições de produção	O gênero é elaborado sobre forte pressão, juntamente, com uma avaliação de 90 questões num período de 5 horas e 30 minutos.
Condições de circulação	O gênero é avaliado por mais de um corretor/avaliador, podendo circular em sites como “padrão” desse gênero ou ser objeto de pesquisa.
Condições de recepção	O gênero deve atender a proposta do exame e as exigências contempladas através das competências. O efeito social é assumir o caráter de ascensão para quem produz e se estabelecer como “modelo”.

Quadro 01: Resumo dos aspectos externos do gênero redação do ENEM.

Destarte, a redação do ENEM constitui-se em um texto que apresenta características que o estabelecem como gênero. Seu contexto de produção, circulação e recepção, atrelado ao efeito social em que a redação está inserida, estabelecem os aspectos de natureza externa para a construção de um gênero. Para Bazerman (2011a), esses aspectos movem-se em direção a formas de enunciados padronizados que realizam certas ações em determinadas circunstâncias em uma compreensão padronizada de determinadas situações.

6.2 Caracterização do gênero redação do ENEM: aspectos internos

A redação do ENEM consiste em uma produção textual tipificada que obedece a um padrão, pautando na redação escolar clássica³⁸ e na redação escolar andrógena,³⁹ segundo Marcuschi (2005). Afirmamos isso, porque a redação clássica pauta-se por um tipo textual dissertativo que se divide em introdução, desenvolvimento e conclusão, com o objetivo de ser avaliado por um professor. A redação do ENEM também se constitui em um texto, em parte dissertativo, que resgata a estrutura da redação escolar clássica.

No que se refere à redação andrógena, compreendemos que, assim como há uma orientação para a produção de um gênero textual construído no ambiente escolar com as características do gênero que se pretende ensinar, a redação do ENEM também assume esse objetivo, porque há uma orientação dada pelo órgão que organiza o exame INEP/CEBRASPE⁴⁰. Essa redação constitui-se de um texto em prosa “do tipo dissertativo-argumentativo”, segundo o Guia do Participante (2013), o candidato deve defender uma tese, uma opinião acerca do tema proposto, apoiada em argumentos coerentes e coesos que componham uma unidade textual. Por fim, o candidato deve elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto que respeite os direitos humanos. A estrutura, segundo esse guia, corresponde a:

TEMA → TESE → ARGUMENTOS → PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
--

Fig. 12: Redação no ENEM 2013: Guia do Participante (2013, p. 07).

Essa estrutura assemelha-se ao plano de texto da carta em Adam (2008). Assim, consideramos que a estrutura presente no Guia do Participante constitui-se de um plano de texto do gênero redação do ENEM, conforme o plano de texto da carta que se apresenta em Adam (2008, p. 257). O autor afirma que

apesar de uma inegável diversidade do gênero, a forma epistolar apresenta algumas constantes composicionais. Podemos hesitar entre cinco ou três grandes unidades: o

³⁸ Nessa redação, o aluno é convidado a escrever sobre um determinado tema ou gênero escolar, sem que haja preocupação com o contexto extraescolar.

³⁹ Essa redação também denominada de mimética busca contextualizar as características dos gêneros textuais que se encontram disponíveis no espaço extraescolar para o texto escolar.

⁴⁰ Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos.

contato inicial com o destinatário da carta, a apresentação e o desenvolvimento do objeto de discurso, por fim, a interrupção final do contato, ou conclusão. Os dois marcos, inicial e final, podem desdobrar-se em unidades peritextuais e em zonas fronteiriças de abertura e de fechamento, e podemos ter três ou cinco partes.

Na proposta de redação 2013, há dois textos motivadores intitulados: “Qual o objetivo da ‘Lei Seca ao volante?’” e “Repulsão magnética a beber e dirigir”. Esses textos apresentam os dados estatísticos, as informações sobre o tema e a proposta alternativa. Além dos textos em prosa, há uma publicidade sobre beber e dirigir e um cartaz com dados estatísticos sobre atendimento hospitalar, aprovação do uso do bafômetro pela população, vítimas de acidentes no Grande Rio e média nacional de redução de vítimas fatais.

Essas informações contribuem para compreendermos a razão de alguns dados observados na pesquisa, tais como: a recorrência da estrutura fixa do texto, os dados estatísticos e as informações retiradas dos textos motivadores que aparecem, frequentemente, nos argumentos dessas redações. A análise é apresentada em dois momentos: a primeira sobre a sequência argumentativa e o plano de texto e a segunda sobre os tipos de acordo e as técnicas argumentativas.

6.3 Elementos da enunciação: conteúdo temático, construção composicional e estilo

A redação do ENEM já se estabeleceu como um gênero textual. Por essa razão, fomentamos a discussão dos aspectos internos da caracterização desse gênero em três elementos que compõem os enunciados, segundo Bakhtin (1997), denominados de conteúdo temático, estilo e construção composicional. Pretendemos com essas categorias demonstrar que esses elementos bakhtinianos estão presentes na redação do ENEM e contribuem para sua estruturação.

Apesar de o tema da redação do ENEM ser geral, cada interlocutor compreende e constrói o texto com enunciados concretos numa situação sócio-histórica. Para Bakhtin (1997), o tema apresenta um índice de valor social de natureza interindividual, com um caráter ideológico e histórico-fenomenológico, sociológico e dialógico. Logo, a noção de tema é mais complexa que a noção geral que se tem sobre o sentido dessa palavra. Para a construção do gênero redação do ENEM, que é um texto em prosa, compreendemos que cada enunciado tem um sentido único, individual e não reiterável. Essa condição é imprescindível

para a compreensão de que o tema é “uma propriedade que pertence a cada enunciado como um todo”. (SOUZA, 2012, p. 109).

O primeiro elemento é o conteúdo temático. Quando se afirma que o tema é um índice de valor social, compreende-se que ele pertence a uma situação histórica concreta. Logo, a redação do ENEM expõe uma temática social de natureza interindividual em uma situação de uso “real”, inserida em um contexto histórico. Conforme a concepção de Bakhtin, a construção do enunciado concreto tem um caráter ideológico e histórico-fenomenológico, portanto, na redação do ENEM, esse enunciado expressa-se através de elementos não verbais da situação histórica. É claro nessa concepção que não se determina o conteúdo temático pelas formas que se apresentam na composição, tais como: palavras, formas morfológicas, sintáticas e, no caso de expressão oral, sons e entonações.

O segundo elemento é a construção composicional que “cumprir a função de integrar, de sustentar e de ordenar as propriedades do gênero”. (RIBEIRO, 2010, p. 60). Tomando por base essa citação, constatamos que a redação do ENEM apresenta uma estrutura composicional da redação escolar dissertativa com aspectos argumentativos e uma peculiaridade que consiste na proposta de intervenção. Essa organização textual, a nosso ver, está associada ao protótipo da sequência argumentativa de Adam (1999; 2008) que apresenta redações com as macroproposições bem definidas. Um gênero deve apresentar uma estrutura composicional que garanta uma unidade orgânica – isso dá vitalidade ao gênero no projeto enunciativo.

O terceiro elemento é o estilo, que se define pela interação dialógica entre duas ou mais pessoas. Todo gênero necessita de um estilo, seja ele o estilo familiar, o estilo íntimo e o estilo objetivo-neutro. A redação do ENEM também apresenta um estilo que observamos através dos recursos, tais como: lexicais, fraseológicos e gramaticais. Identificamos que o gênero constitui-se do uso da norma padrão, mas, na análise, há evidências da norma culta, o que não descaracteriza o texto. O ENEM define essa norma como “norma escrita formal da língua portuguesa”. O estilo é, pois, o uso da norma escrita formal da língua em uma organização textual dissertativo-argumentativa. Não há orientação nos manuais do ENEM acerca da pessoa do discurso, mas identificamos redações escritas na primeira pessoa do plural que demonstravam mais indícios de autoria. A maioria das redações é escrita na terceira pessoa do singular, provavelmente por orientação das escolas. Vejamos o quadro-resumo:

Conteúdo temático	Apresenta uma temática social de natureza social interindividual em uma situação de uso “real” inserida num contexto histórico.
Construção composicional	Assemelha-se a redação escolar dissertativa com a argumentação e a proposta de intervenção que é peculiar ao gênero.
Estilo	Constitui-se do uso da norma escrita formal com evidências na análise da norma culta.

Quadro 02: Categorias de análise textual do gênero.

Outros parâmetros de análise auxiliam-nos na caracterização da redação do ENEM como gênero. Partindo de Bakhtin (1997), identificamos que a redação do ENEM apresenta papéis definidos de seus interlocutores, uma vez que, na construção do texto, já há um direcionamento para quem deve ser escrita essa redação. De um lado, temos o produtor do texto (candidato) e, de outro, os interlocutores (corretores). A partir disso, o produtor do texto define seu discurso direcionado para esses interlocutores. Nesse entorno situacional, é introduzida a finalidade de enunciação, que, na redação do ENEM, apresenta-se como o propósito específico de cada texto, que, por exigência da proposta do exame, deve expressar um posicionamento crítico do candidato sobre o tema preestabelecido, tendo como objetivo posicionar-se, criticamente, sobre um assunto determinado pelo exame. Outro termo utilizado por Bakhtin refere-se à esfera de circulação⁴¹. No caso da redação do ENEM, essa esfera corresponde ao contexto de redação escolar com caráter avaliativo de um exame. Dessa maneira, esse gênero redação do ENEM está no âmbito de uma redação-exame.

6.4 Estrutura composicional: o plano de texto e a sequência argumentativa

A estrutura composicional do gênero redação do ENEM apresenta as macroproposições que compõem o protótipo da sequência argumentativa ora com o esquema justificativo (P. arg. 1 + P. arg. 2 + P. arg. 3) com estratégia argumentativa construída a partir de conhecimento trazidos pelo produtor do texto. Ora com o esquema dialógico ou contra-

⁴¹ Apesar de Bakhtin se referir à esfera de circulação, tomamos por base Bazerman (2011) que tratará com mais minúcia essa questão.

argumentativo (P. arg. 0 e P. arg. 4) que se constrói a partir de uma argumentação negociada com um contra-argumentador de um auditório real ou potencial.

Percebemos, no decorrer da análise, que o plano de texto constitui-se de uma estrutura fixa seguida de uma proposta de intervenção, que é peculiar a este gênero escolar. O esquema justificativo apresenta-se em maior número de redações que o esquema dialógico ou contra-argumentativo. Este último trata-se de um esquema mais complexo que exige um posicionamento argumentativo mais elaborado.

A redação 01 (**T01**) segue a estrutura do esquema justificativo, apresentando plano de texto fixo próximo do artigo de opinião, mas com algumas características da redação escolar do tipo dissertativo (introdução, desenvolvimento e conclusão) e uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Consideramos esse texto como um padrão das redações analisadas, uma vez que ela apresenta tese + argumentos + intervenção, conforme o plano de texto do Guia do Participante com argumentação bem articulada em defesa da tese. A seguir, vejamos a redação:

(01) Boas medidas, bons resultados

Tão antigo quanto o mundo, o álcool acompanha o homem desde suas origens. A partir das primeiras fermentações da cevada, passando pelas grandes vindimas da Antiguidade, até figuram em praticamente todas as bebidas recreativas do homem comum, o álcool tem o poder de eliminar a timidez, extravasar sentimentos, é claro, entreter seus apreciadores. **[P.arg.0]** [É este mesmo álcool, no entanto, que detém outro poder subestimado ou ignorado – o poder de causar tragédias e perdas irreparáveis, dor, desespero, remorso. O poder de matar.]

[P. arg.1][Em face do potencial de fatalidade das bebidas alcoólicas e de posse das estatísticas que indicavam a influência da embriaguez na maioria dos acidentes de trânsito foi que se criou a Lei Seca (Lei 11.705/2008).] **[P. arg.2]**[À primeira vista, tal lei granjeou a antipatia de muitos motoristas (que não sabiam o porquê de serem punidos por apenas alguns goles de chope a mais e o bafômetro tornou-se o vilão de altas noites.) **[P.arg.3]**[Pouco se falou das consequências que a medida traria a longo prazo; mas o fato é que a Lei Seca provou ter um espectro tão amplo quanto benéfico.] **[P. arg.4]**[Como exemplo, as taxas de acidentes fatais no trânsito em decorrência de embriaguez reduziram e houve diminuição visível do número de vítimas fatais, marcadores que continuam a melhorar.] **[PdV/Nova tese – C]**[Assim, a Lei Seca, o mal necessário, tornou-se medida mais promissora na redução da mortalidade no tráfego porque seu maior trunfo foi saber atingir a raiz do problema: o consumo exagerado do álcool.]

[Intervenção] Contudo, não é uma única lei que irá reduzir esse cenário de forma definitiva. Outros projetos devem ser associados à Lei Seca para que, à imagem de um coquetel de medicamentos que visa a combater um inimigo comum, tenham a maior eficácia possível. As campanhas de conscientização veiculadas na mídia televisiva são essenciais, pois contam com alcance expressivo junto ao público, assim como as blitzes educativas, realizadas periodicamente em ruas de tráfego intenso, auxiliam o processo de (re)educação no trânsito.] Desse modo, com a união das iniciativas corretas para obter o efeito desejado, muito em breve passará da utopia à realidade o anelo de um trânsito brasileiro são, sóbrio e – acima de tudo – seguro. **(T01)**

A tese inicial [P. arg. 0] resume-se em: O álcool também é capaz de causar tragédias e morte. Os dados, que se opõem à tese inicial, demonstram [P. arg. 1] que a Lei Seca foi criada em função de tantas tragédias; [P. arg. 2] há rejeição à Lei Seca; [P. arg. 3] haverá benefícios a longo prazo; [P. arg. 4] há redução das taxas de mortalidade. Por isso, o ponto de vista (doravante PdV/Nova tese – C) resume-se a isto: não consumir álcool ao dirigir atinge a raiz do problema *a menos que* não haja iniciativas preventivas acerca do consumo de álcool.

Após essa refutação, segue com a proposta de intervenção, que, como já mencionamos, faz parte desse gênero. A responsabilidade enunciativa apresenta-se através do PdV que, nesse texto, não é marcado ou anônimo. Verificamos que o problema é exposto no início, há o direcionamento de argumentos para a defesa da nova tese, posicionando-se sempre em terceira pessoa. Essa característica está presente na maioria das redações como se o texto “falasse” por si mesmo. Vejamos o esquema da redação analisada:

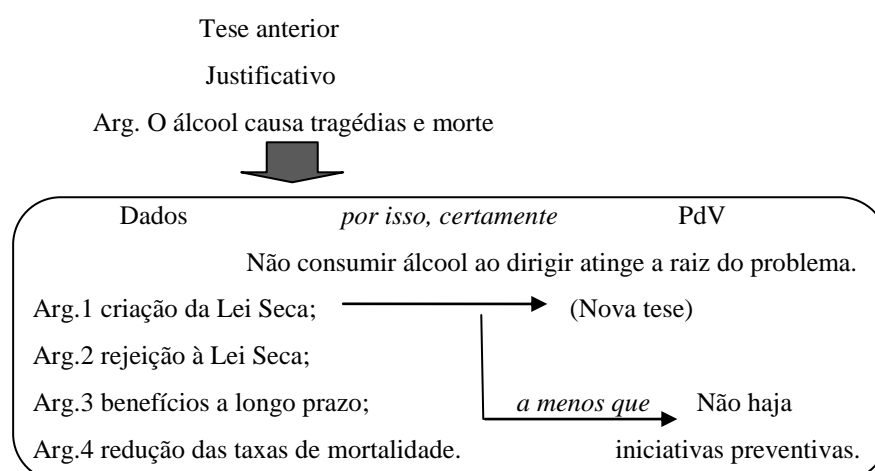


Fig. 13: Esquema 01: resumo da sequencialidade argumentativa

A redação 02 (**T02**) apresenta o esquema dialógico ou contra-argumentativo com plano de texto fixo idêntico ao texto anterior. A análise desse texto apresenta a tese inicial (P. arg.0), que se resume a isto: somente medidas legislativas como a Lei Seca não são suficientes para evitar acidentes fatais no trânsito. Os argumentos que se opõem a essa tese são: (P. arg.1) reforça a importância da Lei Seca; (P. arg.2) há índices positivos da eficácia da lei; (P. arg.3) há incentivo do governo e conscientização pelas redes midiáticas.

Por isso, o PdV exprime que a lei pode ajudar na transformação social como coadjuvante. A menos que com argumentos que exprimem a refutação/contra-argumentação demonstra que: (P. arg.1) a lei e os programas públicos de conscientização não são suficientes; (P. arg.2) a melhoria de mobilidade concentra-se nos grandes centros urbanos; (P. arg.3) o país não oferece infraestrutura adequada, barata e sustentável de mobilidade urbana. A Nova tese (conclusão C) exprime que há outros fatores que necessitam de mudanças significativas apesar da eficácia da lei.

Esse texto expõe os argumentos e contra-argumentos mais elaborados sobre a temática. Dessa forma, o esquema dialógico exige mais persuasão, principalmente, com perspectiva do interlocutor do texto, ou seja, os corretores e a banca examinadora, caso seja necessário passar por mais de dois corretores. Consideramos este texto como um dos exemplos relevantes para esta pesquisa, no que se refere à compreensão do esquema argumentativo utilizado neste texto. Ele extrapola o esquema anterior por ser mais contundente acerca da exposição dos argumentos em defesa de uma nova tese. Além da explicitude da tese, esta redação diferencia-se por expressar-se na terceira pessoa, como no primeiro texto analisado. Segue o texto na íntegra:

(02)

É certo que a junção entre álcool e trânsito geralmente finaliza em situações indesejadas, tanto para o indivíduo causador quanto para a sociedade. Nesse sentido, a Lei Seca no Brasil surgiu como perspectiva de transformação social, no intuito de proporcionar maior segurança à população. **[P.arg.0]**[Entretanto, deve-se salientar que somente medidas legislativas não implicam em eficácia total.]

[P.arg.1][É importante considerar, a princípio, que a implantação da Lei Seca acarretou positivamente na modalidade urbana brasileira, visto que a sociedade majoritária abraçou com rapidez tal atitude d governo.] **[P.arg.2]**[Desse modo, índices comprovam a eficácia desse programa como a diminuição significativa do número de mortes relacionadas a bebidas alcoólicas, por exemplo.] **[P.arg.3]**[Ademais, o incentivo do governo na

conscientização da sociedade, através de redes midiáticas, também é outro fator que, como coadjuvante, ajuda na transformação social do Brasil Contemporâneo.]

[P.arg.1][Vale ressaltar, por outro lado, que a Lei Seca, juntamente com programas públicos de conscientização, não refletem o suficiente na sociedade, já que inúmeras cidades brasileiras ainda não aderiram a essa nova perspectiva.] [P.arg.2][Assim, a melhoria da modalidade restringe-se, em geral, aos grandes polos urbanos, propiciando desigualdades nas estruturas sociopolíticas brasileiras.]

[PdV][É imprescindível observar, ainda, que os programas de conscientização incentivam o uso de transportes públicos ou táxis para evitar acidentes, bem como multas e prisões relativas à Lei Seca.] [P.arg.3][No entanto, deve-se analisar que o Brasil não dispõe de infraestrutura adequada, barata e sustentável de mobilidade urbana que proporcione segurança ao indivíduo que adere tal transporte. Ao acréscimo que, o uso de táxi é dificultado à parcela da sociedade pobre, visto que é um serviço privado e caro.]

[Nova tese – C][Torna-se evidente, portanto, que embora haja certa eficácia relacionada à Lei Seca, outros fatores ainda necessitam de mudanças significativas.] [intervenção][Assim, faz-se preciso que o governo invista na mobilidade urbana, no propósito de incentivar os cidadãos aderirem o uso do transporte público. Outrossim, é indispensável maior fiscalização sobre os estados e municípios que ainda não efetivaram a Lei Seca em seus territórios, para assim, igualizar as melhorias sociais dessa nova tendência. Só assim, pode-se pensar em um país igualitário, justo e seguro para toda a população.] (T02)

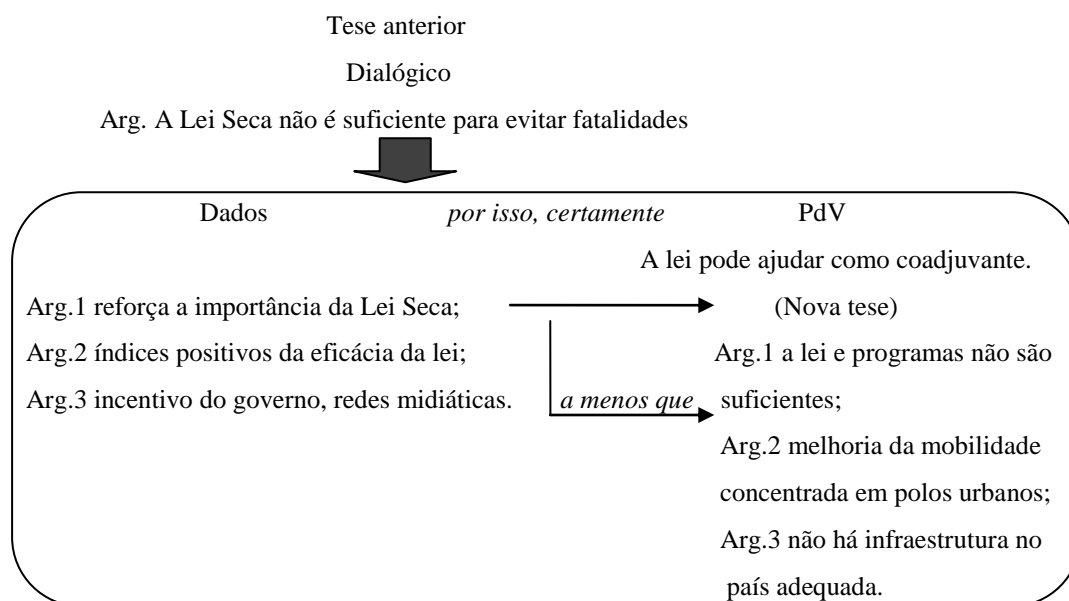


Fig. 14: Esquema 02: resumo da sequencialidade argumentativa

A redação 03 (**T03**) apresenta o esquema dialógico ou contra-argumentativo com plano de texto, conforme todas as redações analisadas. Na tese inicial, constatamos que (P.arg.0) “O Brasil é considerado um país com alto índice de mortes e acidentes no trânsito”, por isso a implantação da Lei Seca. Argumentos contrários exprime que (P.arg.1) houve impacto ao vigorar a Lei Seca; (P.arg.2) inúmeras propagandas foram divulgadas, mas ainda há um número de mortes preocupantes; (P.arg.3) mesmo com campanhas até criativas, os motoristas continuam relutantes; (P.arg.4) há outras formas de convencer, além das tentativas do governo. Por isso, na tese defendida, constatamos que é necessário que a sociedade se una para o bem comum e se conscientize.

A refutação de *a menos que* se encontra implícita, exprimindo a noção de que se não houver mudança o Brasil continuará a ser um país com alto índice de mortes e acidentes de trânsito expresso na tese inicial (P.arg.0). A tese final (Conclusão C) constata que “se queremos modificar uma situação, devemos fazer com que a mudança parta de nós mesmos; somos antes de tudo, exemplos. Somos os únicos capazes de construir o futuro que desejamos”.

Nessa análise, verificamos a presença de expressões, tais como verbos e pronomes que exprimem o posicionamento do produtor do texto que se coloca na primeira pessoa do plural e demonstra que ele está inserido na situação sociodiscursiva. Essa inserção também demonstra a imagem do auditório (*pathos*) que se mostra solidário, benevolente ao coenunciador, ou seja, os argumentos se tornam mais persuasivos à medida que o auditório sente a credibilidade do discurso e o posicionamento nas ações que minimizem a problema em questão. Assim, remetemos aos gêneros de Aristóteles com valores de justiça e nobreza de caráter que se referem, de acordo com a ordem dos valores, ao judiciário e o epidíctico.

As marcas identificadas no discurso desse texto exprimem o PdV marcado. Em todo o *corpus* da pesquisa, constatamos que somente essa redação apresentou marcas da inserção do ponto de vista do produtor do texto. Esse dado não desmerece as demais redações, porque percebemos que o uso da terceira pessoa distancia o produtor do texto, mas não deixa de apresentar marcas que se configuram em autoria. As demais são classificadas como PdV anônimo, uma vez que não houve o posicionamento explícito do produtor da redação. Vejamos o texto na íntegra:

(03)

[P.arg.0] O Brasil é um dos países com o maior número de mortes por acidentes de trânsito no mundo, ficando logo atrás de nações com maior área territorial,

que esses dois argumentos respaldam o ponto de vista do produtor do texto, porque exprimem a defesa da tese inicial.

A refutação expressa pelo *a menos que* demonstra que (P.arg.1) o Estado somente pune sem ensinar os condutores os erros cometidos; (P.arg.2) “cabe ao governo e à sociedade não coibir, mas sim esclarecer”. A Nova tese exprime que “as medidas mais enérgicas já foram tomadas e efeitos positivos foram observados, urge que o Estado tome medidas, visando esclarecer a sociedade civil acerca da problemática relativa à direção alcoolizada”.

Constatamos que, na construção dessa redação, a nova tese apresenta-se antes do *a menos que*. Essa movimentação das macroproposições que compõe o texto não implica em alteração significativa do texto. Adam (2008) afirma que o esquema justificativo e o dialógico podem apresentar movimentação das macroproposições sem implicar em perda da estrutura composicional argumentativa. Assim, essa variação é um dado relevante para a análise de nosso *corpus*. A seguir, o texto na íntegra:

(04)

O carro é, sem dúvida, uma das maiores invenções da modernidade e um dos meios de transporte mais usados no mundo contemporâneo, devido à sua agilidade e praticidade. No entanto, [P.arg.0] nota-se que, ao mesmo tempo em que aproxima as pessoas, este meio de transporte também pode machucá-las ou mesmo levá-las a óbito, se usado de maneiras impróprias como, por exemplo, dirigir alcoolizado.] Este problema é tão grave no Brasil, que estima-se (sic) que metade das mortes em acidentes de trânsito nas ruas do país decorrente de infrações cometidas por motoristas alcoolizados.

Desta maneira, [P.arg.1][levando em conta a gravidade do problema representado pelos motoristas alcoolizados ao bem-estar de pedestres e motoristas, o Governo Federal instituiu a “Lei Seca” em âmbito nacional, de maneira a estabelecer penas enérgicas para os motoristas que transgredirem-na, como, por exemplo, a prisão inafiançável dos mesmos.] [PdV1][Como consequências da “Lei Seca”, nota-se que o número de mortos e feridos no trânsito caiu expressivamente, mostrando que leis mais rígidas usualmente causam efeitos positivos no combate de problemas urbanos, como, por exemplo, a perigosa combinação entre álcool e volante.]

Em verdade, [PdV2][os efeitos positivos da “Lei Seca”, como a queda da mortalidade no trânsito brasileiro, mostram que em certos momentos é necessário que o Estado assuma um viés mais punitivo, de forma a coibir certos compartimentos – como a direção alcoolizada – impróprios.] Parodiando o premiê britânico David Cameron, há situações que exigem que o Estado use de um “amor punitivo” para conscientizar os filhos da pátria.

Assim, [Nova tese][visto que medidas mais enérgicas já foram tomadas e efeitos positivos foram observados, urge que o Estado tome medidas visando esclarecer a sociedade civil acerca da problemática relativa à direção alcoolizada.] Desta maneira, faz-se necessário que o governo invista em ações que conscientizem a população dos problemas abordados pela “Lei Seca”. Tais ações poderiam consistir em campanhas publicitárias em meios de comunicação de massa (TV e rádio) ou mesmo em debates sociais e palestras nas escolas, afinal, mais do que punir, o mais importante é aprender e ensinar sobre os erros cometidos. Cabe ao governo e à sociedade não coibir, mas sim esclarecer. (T13)

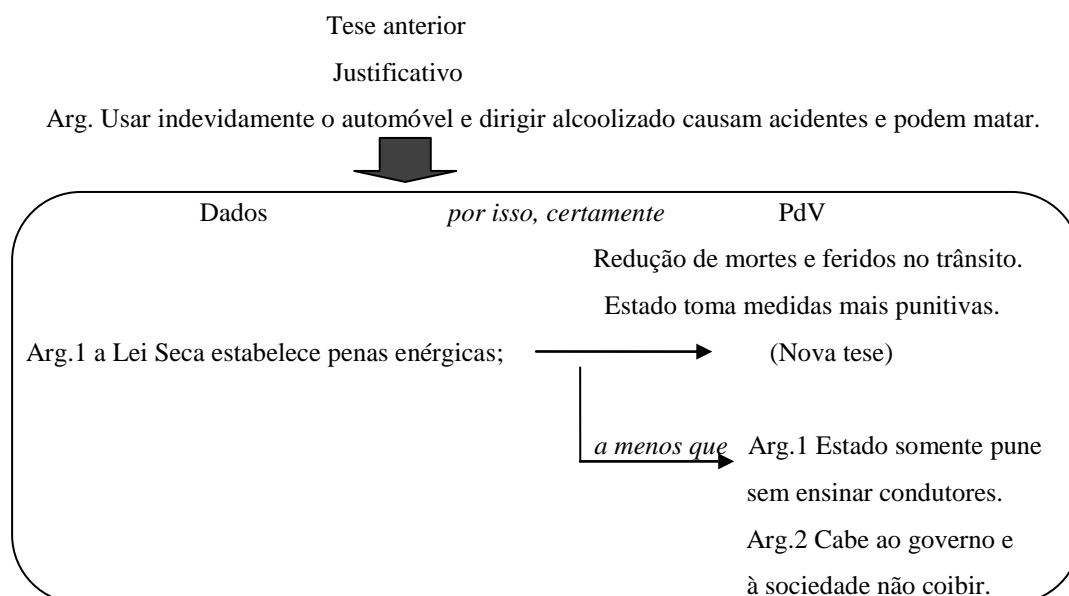


Fig. 16: Esquema 04: resumo da sequencialidade argumentativa

A redação 05 (**T26**) apresenta esquema dialógico ou contra-argumentativo dentro de um plano de texto fixo. A tese inicial (P. arg.0) exprime-se em forma de pergunta: “Em que aspectos a Lei Seca tem mostrado-se eficiente e quais fatores podem contribuir para a sua melhor atuação”. Esse texto apresenta dados (P. arg.1) “Entra em voga as origens do que o sociólogo Durkheim nomearia ‘Anomia’. Tudo começa com a dissipação do uso de bebidas alcoólicas, além da venda a menores de idade”.

Há argumentos contrários à tese inicial, tais como: (P.arg.1) perdura um comportamento de impunidade, como ausência de fiscalização e imposição de medidas eficazes que garantem a segurança no trânsito; (P. arg.2) destaque para os efeitos dos fatores que prejudicam o funcionamento harmônico da sociedade; (P. arg.3) os motoristas alcoolizados implicam em aumento do número de acidentes, de vítimas fatais, lotação em hospitais, aumento de indivíduos nas penitenciárias.

Por isso, o PdV exprime que, considerados esses fatores, deveria entrar em cena a Lei Seca. *A menos que* presente (P. arg1) após a implantação da Lei Seca, o Brasil continua o mesmo aparentemente; (P. arg.2) a citação de Lima Barreto “O Brasil não tem povo, tem público”(sociedade omissa); (P. arg.3) a sociedade civil organizada deve exigir do poder público a tomada de medidas concretas e eficientes, como a prevenção de acidentes e fiscalização; (P.arg. 4) haja incentivo à construção de ciclovias, melhorias no transporte público, diminuição de veículos individuais, redução da poluição atmosférica e de acidentes.

A Nova tese apresenta-se implícita na intervenção e expressa que, com a efetiva implantação de medidas da Lei Seca, os efeitos serão benéficos para a população, se esta assim o exigir do poder público. Vejamos o texto na íntegra:

(05) “Vidas Secas” ao volante

Incentivo às bebidas alcoólicas, rodovias congestionadas e um esmagador número de acidentes. Mesmo com o surgimento de medidas organizadoras na atmosfera regra que devora a realidade dos hospitais brasileiros dia após dia continua sendo consequência direta dos acidentes de trânsito. Portanto, **[P.arg.0]**⁴² [em que aspectos a Lei Seca tem se mostrado eficiente e quais fatores podem contribuir para a sua melhor atuação?]

Em primeiro lugar, **[dado]** [entra em voga as origens do que o sociólogo Durkheim nomearia “Anomia”. Tudo começa com a dissipação do uso de bebidas alcoólicas, além da venda a menores de idade.] Ainda, **[P.arg.1]** [perdura no território comportamentos que se encaixam num quadro de impunidade. Como a ausência de fiscalização das estradas e imposição de medidas eficazes que garantam a segurança no trânsito.]

Em segundo lugar, **[P.arg.2]** [devem ser destacados os efeitos dos fatores que prejudicam o funcionamento harmônico da sociedade.] **[P.arg.3]** [A proliferação dos motoristas alcoolizados implica no seguinte “efeito dominó”: aumento do número de acidentes, do número de vítimas fatais, lotação de hospitais, além do número de indivíduos nas penitenciárias.] Considerados esses fatores, entra em cena a Lei Seca.

[P.arg.1]⁴³ [Mesmo após a implantação da Lei Seca, o Brasil continua o mesmo (aparentemente).] **[P.arg.2]** [Consoante à afirmação de Lima Barreto, “O Brasil não tem povo, tem público”, até quando o povo brasileiro permitirá que a realidade no trânsito continue precária e ficará aplaudindo enquanto o “circo” pega fogo?] **[P.arg.3]** [A sociedade civil organizada tem o dever de exigir do poder público a tomada de medidas concretas e eficientes, como a prevenção de acidentes por meio do uso de bafômetros e da fiscalização, visando o cumprimento da lei em sua plenitude.] **[P.arg.4]** [Além disso, deve haver o incentivo à construção de ciclovias, a exemplo da Holanda, e melhorias no sistema de transporte público, acarretando numa diminuição de veículos individuais com diminuição dos congestionamentos, redução da poluição atmosférica, assim como de acidentes.] **(T26)**

⁴² Macroposição.

⁴³ Macroposição da refutação.

Tese anterior
 Dialógico
 Arg. Em que aspectos a Lei Seca tem se mostrado eficiente?

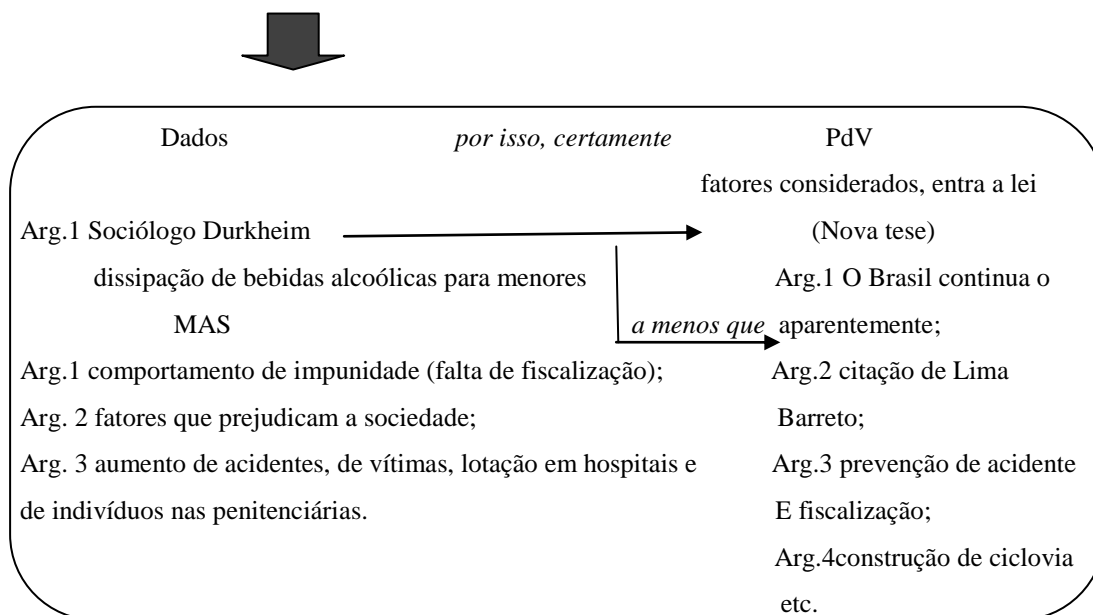


Fig. 17: Esquema 05: resumo da sequencialidade argumentativa

A redação 06 (T48) apresenta esquema dialógico ou contra-argumentativo com o plano de texto fixo. A tese inicial (P. arg.0) exprime que “[...] apesar das visíveis reduções em acidentes, a efetivação da lei está apenas começando e não deve ser realizada isoladamente.” Em seguida, há uma oposição com argumentos que apresentam (P.arg.1) “A Lei Seca [...] prevê que motoristas alcoolizados tenham suas habilitações confiscadas e passíveis de prisão”; (P.arg.2) houve uma redução de 8% no número de mortes que demonstra a eficiência da lei; (P.arg.3) a diminuição ainda não é motivo para comemoração uma vez que a segurança precisa manter-se rigorosa; (P.arg.4) a acomodação por parte do governo em relação a implantar outras medidas; (P.arg.5) os dados apontam que a principal causa de acidentes é a má formação de motoristas e precária infraestrutura.

Por isso, o PdV exprime que “[...] a interação entre a nova lei e investimentos estruturais é necessária para a manutenção da primeira e para a consolidação das melhorias”. *A menos que* (P.arg.1) seja necessário a melhoria de estradas e avenidas, fiscalização e melhoria na formação dos motoristas; (P.arg.2) haja políticas socioeducativas para a conscientização de jovens e adultos. A Nova tese se apresenta como medida paliativa, a Lei Seca prospera e deve ser mantida com rigor e disciplina. O diferencial desse texto analisado

encontra-se na refutação que se apresenta inserida na proposta de intervenção, assim há uma fusão entre a refutação e a intervenção nessa análise. A seguir, o texto na íntegra:

(06)

Ocupando a decadente posição de 5ª pior mobilidade urbana do mundo, o tráfego brasileiro clama por soluções emergenciais. Em 2008, com a promulgação da Lei Seca, via-se nela uma válvula de escape às inúmeras tragédias e mortes ocorrentes no país. Baseando-se em experiências anteriores de países desenvolvidos, como a Inglaterra, o governo apostou na nova lei as fichas de esperança para a melhoria no trânsito. Porém, **[Parg.0]** [apesar das visíveis reduções em acidentes, a efetivação da lei está apenas começando e não deve ser realizada isoladamente.]

[P.arg.1] [A Lei Seca, recente no Código Brasileiro de Trânsito (CBT), prevê que motoristas alcoolizados tenham suas habilitações confiscadas e sejam passíveis de prisão.] **[P.arg.2]** [Desde sua implantação, reduziu em até 8% o número de mortes, dependendo do local pesquisado, comprovando sua crescente eficiência.] **[P.arg.3]** [Porém, deve ser compreendido, por parte dos governos municipais e estaduais, que essa diminuição ainda não é motivo para comemoração e que a segurança precisa manter-se rigorosa.]

[P.arg.4] [Outro ponto alarmante provindo da implantação da lei seria uma possível acomodação por parte do governo em relação à (sic) outras medidas de melhoria.] **[P.arg.5]** [Dados apontam que a principal causa de acidentes no trânsito é a má formação dos motoristas e a precariedade da infraestrutura, sendo o álcool apenas mais um agravante.] Portanto, **[PdV]** [a interação entre a nova lei e investimentos estruturais é necessária para a manutenção da primeira e para a consolidação das melhorias.]

[Nova tese] [Como medida paliativa, a Lei Seca prospera e deve ser mantida com rigor e disciplina, o que são proporcionados com a credibilidade governamental e a formação de profissionais de trânsito qualificados.] **[P.arg.1]** [No âmbito estrutural, com consequências duradouras, é necessário o investimento na melhoria de entradas e avenidas, bem como a fiscalização e melhoria na formação dos motoristas.] **[P.arg.2]** [Concomitante a esses dois processos, ou políticas socio-educativas (sic) são essenciais para a conscientização de jovens e adultos.] A Lei Seca permite que vejamos uma saída no fim do túnel, mas, sozinha, só nos leva à metade do caminho. (T48)

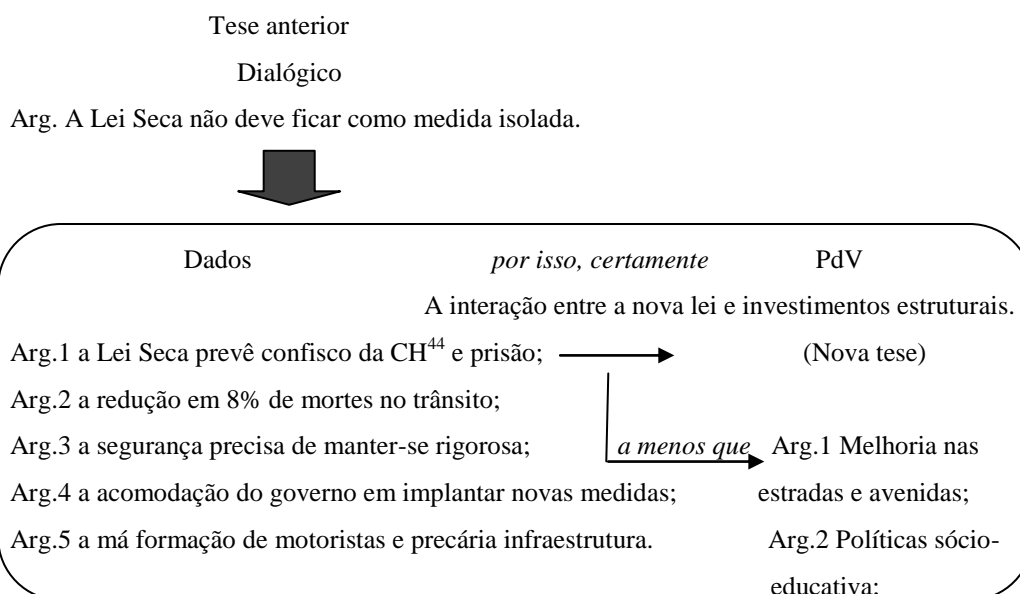


Fig. 18: Esquema 06: resumo da sequencialidade argumentativa

⁴⁴ Abreviatura de carteira de habilitação (CH).

Vejamos o quadro a seguir:

Sequencialidade	Textos	
Esquema justificativo	T01 e T13	
Esquema dialógico/contra-argumentativo	T02, T03, T26, T48	
Plano de texto	fixo	
Responsabilidade enunciativa	PdV Anônimo (as demais)	PdV marcado (T03)

Quadro 03: Resumo das análises textuais e discursivas.

Essa é uma amostra das redações de nosso *corpus*, que exprimem as características da estrutura composicional da redação do ENEM. Os textos seguem uma estrutura fixa do tipo dissertativo-argumento com variações na sequência argumentativa, mas sem comprometer o gênero em análise. Da estrutura composicional analisada, demonstramos a seguir como se dá a argumentação retórica em uma situação sociodiscursiva de um exame. As categorias de nossa análise são os tipos de acordo e as técnicas argumentativas inseridas na estrutura composicional do texto.

6.5 Concepção retórica: os tipos de acordos e as técnicas de argumentação

Com base no sistema retórico que compõe as redações do ENEM, é possível afirmar que as redações analisadas aproximam-se do gênero retórico deliberativo (ou político), uma vez que esse gênero apresenta como objetivo aconselhar ou desaconselhar diante de uma assembleia votante. Apesar da fragilidade dessa classificação de gêneros, segundo Aristóteles, outras aproximações ficariam por conta do auditório, que esperaria argumentos e proposta de intervenção que convença os dois primeiros corretores ou a banca examinadora, caso seja necessário.

No desenvolvimento do texto, os argumentos são usados para embasar a discussão; já a proposta de intervenção é o momento de aconselhar ou desaconselhar a

atitudes plausíveis que apresentem mais de um agente na ação. Compreendemos que a classificação de Aristóteles pode apresentar alguns traços de semelhança em gêneros atuais, e são esses traços que nos levam a concluir essa aproximação. Os traços, na perspectiva do gênero deliberativo, apresentam-se na atitude em resolver problemas relacionados ao povo e à administração das cidades.

Os temas da redação, por sua vez, são de ordem social, científica, cultural e política. Logo, demonstram um traço de semelhança quanto à classificação do gênero deliberativo no que se refere a atitudes que possibilitem a resolução da problemática abordada no tema, relacionada ao bem-estar da população. Conforme essa perspectiva do gênero deliberativo, o candidato com a redação 1.000 direciona-se, mesmo que de forma artificial, a um coenunciador (corretor) mais amplo, bem como no artigo de opinião.

Acerca dos tipos de acordo e das técnicas argumentativas, razão de nossa análise sobre a caracterização do gênero redação do ENEM, compreendemos que, conforme o tipo de acordo, há uma tendência para a escolha do argumento. Identificamos nas redações analisadas a categoria do tipo de acordo relativo ao real, que comporta fatos, verdades e presunções e o tipo de acordo relativo ao preferível com valores, hierarquias e lugares.

A segunda categoria são as técnicas de argumentação, que se agrupam em argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real. Não identificamos em nenhuma redação o grupo das dissociações de noções. A seguir, há alguns excertos das técnicas argumentativas mais recorrentes nas redações, demonstrando a produção de um texto de caráter argumentativo em uma situação sociodiscursiva de convencimento do interlocutor.

6.5.1 Tipos de acordo relativo ao real: auditório universal

A análise apresenta redações na íntegra e excertos relativos ao tipo de acordo real. Demonstramos, no decorrer da análise, um número considerável de redações que apresentam o tipo de acordo relativo ao real – fato. A redação 07 (**T03**) é um exemplo de argumentos baseados na estrutura do real que se classifica como ligações de sucessão de vínculo causal, enquadrado como um acontecimento que tende a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

Os trechos em destaque demonstram exemplos do argumento de vínculo causal. Vejamos que o primeiro exemplo trata o tipo de acordo relativo ao real fato na situação de dirigir alcoolizado como fator responsável pelos acidentes e óbitos, demonstrando, assim, o efeito da ação. Observamos também que, na parte da introdução dessas redações, havia um argumento geralmente de vínculo causal.

No segundo trecho, identificamos que a Lei Seca foi aprovada pela população através da aprovação do bafômetro e, como efeito, houve a redução de vítimas fatais. No terceiro trecho, o fato dá-se através da veiculação de propagandas sobre precaução no trânsito, mas o efeito, neste caso, ainda não se concretiza em estatísticas de diminuição de acidentes fatais.

No quarto trecho, o fato apresenta-se por campanhas e informações à disposição da população, mas, por haver relutância dos motoristas em dirigir alcoolizado, o efeito é pôr em risco a própria vida e a de outras pessoas. O argumento do vínculo causal ora se apresenta com um efeito positivo, ora com um efeito negativo. A seguir, o texto na íntegra com destaque nos trechos analisados.

(07)

O Brasil é um dos países com o maior número de mortes por acidentes de trânsito no mundo, ficando logo atrás de nações com maior área territorial, como a Rússia e os Estados Unidos. **1**[O álcool, em nosso país, é responsável por 30% dos acidentes e 50% dos óbitos, decorrentes de motoristas alcoolizados.] Considerando tais dados, já era esperado que surgissem, além de campanhas, métodos úteis de combate às mortes no volante. A implementação da Lei Seca, então, parecia uma solução eficiente para estes problemas.

2[E foi: ao vigorar no Brasil, a Lei Seca causou grande impacto. De acordo com pesquisas, a aprovação popular quanto ao uso do bafômetro foi de 97%, e a média nacional de vítimas fatais foi reduzida em 6,2%.] **3**[Inúmeras propagandas que incentivam a precaução no trânsito e abominam a mistura de bebida e direção passaram a ser veiculadas nos meios de comunicação; ainda assim, as mortes no trânsito constituem um número preocupante.] **4**[Mesmo com a grande quantidade de informações, estatísticas, campanhas – muitas delas são extremamente criativas – e dicas à disposição da população, alguns motoristas continuam relutantes quando se trata de preservar a própria vida, misturando álcool e volante e pondo em risco todos à sua volta.] O que fazer, então, quando os esforços do Governo, apesar de eficientes, parecem insuficientes?

Primeiramente, é necessário que a sociedade unifique-se em prol do bem comum: um exemplo é a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, de Porto Alegre, que junto de seus milhares de voluntários, espalhados pelo Brasil e até pelo mundo, luta, com o programa “Vida Urgente”, em busca de um trânsito mais seguro e humano. Além disso, é de óbvia e fundamental importância que cada indivíduo tome consciência de que suas ações refletem-se no ambiente ao seu redor. Se queremos modificar uma situação, devemos fazer com que a mudança parta de nós mesmos; somos, antes de tudo, exemplos. Somos os únicos capazes de construir o futuro que desejamos. (T03)

Na redação 08 (T04), identificamos no primeiro parágrafo o tipo de acordo relativo ao real – fato com argumento de vínculo causal que, dado um acontecimento, tende a descobrir a existência de uma causa que pode determiná-lo. Nesse trecho, o efeito de acidentes causados pelo álcool deve-se à facilidade na aquisição de um veículo automotivo e a pouca fiscalização rodoviária.

No segundo parágrafo, há um trecho extenso que apresenta argumento de vínculo causal em que dado um acontecimento tende a evidenciar o efeito que dele deve resultar. O álcool, nesse trecho, é o fator preponderante para o efeito, que é o aumento de mortes no trânsito com dados estatísticos. No decorrer da análise dessa redação, percebemos que outras técnicas argumentativas vão apresentando-se. A seguir, os excertos analisados:

(08)

A implantação do sistema rodoviário no Brasil facilitou o fluxo de mercadorias, pessoas e serviços. Porém, contrastando com esse cenário próspero de desenvolvimento socioeconômico trouxe grande sequelas para a sociedade. **1**[A facilidade encontrada na compra dos veículos (a partir da redução IPI) quando aliada à pouca fiscalização rodoviária, intensificou os "excessos" sejam eles de velocidade ou do consumo de álcool.] No entanto, um projeto de lei eficaz chamado "Lei Seca" vem modificando esse cenário visto antes como devastador.

2[O uso indiscriminado do álcool no trânsito é um fato pertinente, que contribui diretamente para o aumento de mortes nas ruas e rodovias.] **3**[Estima-se que a utilização irregular de bebidas alcoólicas é responsável por 30% de acidentes no trânsito.] **4**[No entanto, visando o controle e fiscalização desse cenário de devastação, o projeto "Lei Seca" contribui significativamente para a redução de mortes e de excessos de velocidade.]

(T04)

No excerto 09 (T06), identificamos que a abrangência da Lei Seca ainda não é suficiente, sendo necessária a participação do governo e da nação. O argumento de vínculo causal desse excerto demonstra uma argumentação com caráter não necessariamente de combater uma tese, mas de apresentar justificativas para a não eficácia da lei.

(09)

Um dos problemas da sociedade brasileira – acidentes causados por motoristas alcoolizados – tem sido atenuado pela Lei Seca, reduzindo seus casos, mas não de forma definitiva. Os efeitos positivos desta lei são vistos em diversos aspectos, como no incentivo geral à segurança no trânsito, por não dirigir após a ingestão de bebidas alcoólicas. [Sua abrangência, porém, não é suficiente para que acidentes do gênero deixem de matar milhares de brasileiros todos os anos, o que exige (*causa/consequência*) uma participação conjunta do governo e da nação em prol de um trânsito seguro, e em prol da vida.] (T06)

Nos excertos 10 (T29) e 11 (T29), identificamos o tipo de acordo relativo ao real fato e real presunção, que se refere à qualidade ou ao ato, manifestando a pessoa que o praticou através da credulidade e interesse. No excerto 10, prevalece o fato com o argumento de autoridade ou *argumentum ad verecundiam*, que tem como objetivo “levar a plateia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem o enuncia, no seu conhecimento especializado, na sua credibilidade ou na sua integridade pessoal”. (FIORIN, 2015, p. 176). Essa técnica apresenta-se através de uma citação indireta de Platão como uma forma de provar a tese defendida.

(10)

[Para Platão, o Estado existe como instrumento que age em prol da proteção e de desenvolvimento da sociedade, portanto a criação da Lei Seca pode ser vista como um exemplo prático desse modelo de Estado que zela pelo bem-estar da sua população. Sem grande parte do povo sofre com as consequências da combinação álcool e direção, é dever do Estado intervir em prol da segurança da população.] (T29)

No excerto 11 (T29), temos o tipo de acordo relativo ao real – presunção, que se apresenta a partir de qualidades de um ato, credulidade, interesse. O diferencial desse excerto dá-se pela classificação do tipo de acordo presunção. Apesar de ser um argumento pragmático, o tipo de acordo orienta a situação sociodiscursiva para outra possibilidade de convencimento, ou seja, o argumento, aparentemente, demonstra uma crítica, mas respalda a justificativa e favorece a Lei Seca, apesar de as medidas serem severas.

(11)

[Há quem critique o processo de criminalização que surgiu a partir da Lei Seca, argumentando que as punições adotadas seriam muito “severas”. Contudo, medidas mais brandas dificilmente teriam o efeito desejado, que é justamente preservar vidas. É em nome dessa preservação que o Estado forte deve agir.] (T29)

No excerto 12 (T32), identificamos o tipo de acordo relativo ao real – fato – com argumento modelo que se refere a casos particulares, podendo ser representado por um personagem ou um grupo humano com quem pode se criar uma identificação a ser imitada. Dessa forma, o excerto, a seguir, demonstra que, através de uma mudança de atitude dos adultos, as crianças tendem a imitá-los. O argumento modelo é usado neste excerto para demonstrar que pode haver uma influência no comportamento das gerações em desenvolver o

hábito de não dirigir alcoolizado através da imitação de um comportamento adequado, ou seja, um modelo.

(12)

[A psicologia explica que crianças tendem a tomar mais velhos como modelos de copiar seus modos de agir e falar. Muitos adultos reclamam perto das crianças e convence-as com argumentos que parecem sólidos e simples para mentes em formação. Elas escutam, repetem nas escolas e convencem seus colegas. Essa geração cresce propensa a fazer o mesmo e acabará por servir de modelo para novos jovens.] É um ciclo que também acontecerá com a recém-implantada Lei Seca. (T32)

No excerto 13 (T11), identificamos o tipo de acordo real – verdade, que se refere aos sistemas complexos relativos a ligações entre fatos com o argumento de vínculo causal. Constatamos que o tipo de acordo é respaldado através da expressão “é comprovado”, imprimindo um caráter científico à informação. Além disso, o argumento do vínculo causal deve-se à demonstração da causa através da ingestão de álcool associada à direção e do efeito provocado pela alteração dos reflexos, apesar de ser um dado ignorado por muitos motoristas, que pode ocasionar acidentes fatais. Pensamos que está é a técnica mais recorrente nas redações.

(13)

[Ao serem questionados, muitos motoristas afirmaram serem capazes de dirigir com precisão mesmo após ingerir álcool, o que em geral não corresponde à realidade. Sobretudo em grandes quantidades, é comprovado que a bebida alcoólica aumenta as chances de ocorrência de acidentes, fato que não deve ser ignorado.] Esse aumento no perigo evidencia a necessidade da Lei, mas não necessariamente no modelo em que foi criada. (T11)

No excerto 14 (T24) e 15 (T33), identificamos o tipo de acordo relativo ao real – verdade com o argumento de definição que “consiste em declarar a essência de alguma coisa [...] orientada para convencer o interlocutor de que um dado significado é aquele que deve ser levado em conta.” (FIORIN, 2015, p. 118). O excerto demonstra uma definição de álcool como droga lícita e as consequências de seu uso.

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 239), as definições descritivas “indicam qual o sentido conferido a uma palavra em certo meio, num certo momento.”

Consideramos que esse excerto demonstre a definição descritiva da palavra “álcool” associada à situação sociodiscursiva. No excerto 14 (T24), identificamos uma definição mais precisa e fundamentada do composto químico do etanol com informações mais enfáticas sobre as consequências do álcool no corpo humano.

(14)

[O álcool é considerado como uma droga depressora do sistema nervoso central, tendo como alguns resultados de seu consumo a perda de reflexos, de atenção e de concentração, além de causar sonolência.] Sendo assim, o indivíduo que ingere álcool está sujeito a perder habilidades imprescindíveis para que possa dirigir sem oferecer riscos.

(T24)

(15)

O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática comum ao homem desde que a fermentação de frutas e cereais foi descoberta, há milhares de anos, como meio de obtenção do etanol, ainda durante a época das Civilizações Antigas. *[Este composto químico, de fórmula molecular C₂H₆O, tem seus efeitos no corpo humano – dificuldade de concentração e aumento no tempo de resposta do cérebro a estímulos externos entre outros – conhecidos, portanto, de forma abrangente pela humanidade.]* (T33)

Vejamos o quadro a seguir:

Tipo de acordo real fato	Vínculo causal (T03/T04/T06) Argumento de autoridade (T29) Argumento modelo (T32)
Tipo de acordo real presunção	Argumento pragmático (T29)
Tipo de acordo real verdade	Vínculo causal (T41) Argumento de definição (T24/T33)

Quadro 04: Tipo de acordo relativo ao real e das técnicas argumentativas.

A escolha do tipo de acordo não só orienta o auditório – universal e particular –, mas também a construção do argumento. Observamos certa preferência por alguns argumentos, principalmente, para os de ligação de sucessão, sobretudo o argumento de vínculo causal. A presença desse argumento foi muito recorrente na introdução do texto bem

como no desenvolvimento. Há uma tendência a provar a tese através dos argumentos de vínculo causal que exprimem razões e consequências.

6.5.2 Tipos de acordo relativo ao preferível: auditório particular

No excerto 16 (T11), apresentam-se, com o tipo de acordo relativo ao preferível – valores, que correspondem às crenças e afirmações verossímeis com argumento de vínculo causal. Identificamos como evidente a crença de que a bebida faz parte da cultura do povo brasileiro, por isso deve haver tolerância a pequenas quantidades. O argumento de vínculo causal apresenta como causa a cultura de se beber socialmente, logo o efeito seria uma taxa de tolerância mínima que se enquadrasse nessa situação de consumo social.

(16)

[Ainda que necessária a regulamentação dos casos de alcoolismo no trânsito, deve-se considerar o quão comum é o consumo social de bebidas. Levando em conta que é difícil para a maioria das pessoas deixar de tomar ao menos uma pequena quantidade de álcool durante uma reunião social, é aconselhado que seja discutida a existência de uma taxa de tolerância sobre os níveis de álcool no sangue.] (T11)

No excerto 17 (T37), identificamos o tipo de acordo relativo ao preferível – valores – com o argumento vínculo causal. No primeiro argumento, há uma construção da crença de que a bebida alcoólica já era utilizada pelos gregos em suas festividades. A bebida é a causa e, a dificuldade de abster-se dela, é o efeito. No segundo argumento, a associação bebida e direção (causa) podem provocar graves acidentes de trânsito (efeito).

(17)

[A ingestão de bebidas alcoólicas está presente na cultura dos povos desde os tempos da mitologia, quando acreditava-se (sic) que deuses festivos as utilizavam em abundância. Isso prova que é muito difícil fazer com que as pessoas se abstenham de beber, já que é um costume de bases históricas.] Com o passar do tempo, o advento da tecnologia e a Revolução Industrial trouxeram ao mundo o automóvel, e a partir do momento que foram combinados, o álcool e o veículo passaram a causar muitas mortes. [É cientificamente provado que o consumo desse tipo de bebida reduz a capacidade do motorista de ter reflexos rápidos; sendo esse o motivo de grande parte dos acidentes de trânsito.] (T37)

Nos excertos 18 (T17) e 19 (T31), verificamos que o tipo de acordo relativo ao preferível – valores – com o argumento da comparação que se refere a “uma maneira de definir é aproximar ou diferenciar um objeto de outros”. (FIORIN, 2015, p. 122). No excerto 18 (T17), apresenta-se através de uma comparação entre a arte literária barroca e a ingestão de álcool e direção. Essa comparação dá-se com a antítese claro x escuro, que ora remete a um comportamento adequado de não dirigir alcoolizado (claro), ora a um comportamento inadequado de dirigir alcoolizado (escuro). A comparação é utilizada, aqui, para chegar a uma relação de causalidade, no final das contas. No excerto 19 (T31), há um argumento de comparação que destaca o país como o mais violento, quando se trata de acidentes fatais no trânsito, o que demonstra a ideia de um superlativo. Vejamos os excertos a seguir:

(18)

[Se comparada a uma arte literária, nossa sociedade se compararia à arte Barroca, a qual apresenta uma face clara e outra escura.] Em se tratando da questão do álcool e direção, por muito tempo deixamos prevalecer a face escura. Agora, apoiados pela Lei Seca, caminhamos rumo à claridade. (T17)

(19)

[O Brasil é um dos países mais violentos do mundo quando se fala em mortes no trânsito.] Isso acontece devido à irresponsabilidade dos motoristas que insistem em beber e dirigir. Além disso, a venda descontrolada do álcool agrava o problema uma vez que limites para o consumo poderiam minimizá-lo, ajudando no controle dos infratores e amenizando posteriores consequências. (T31)

No excerto 20 (T21), identificamos o tipo de acordo relativo ao preferível – valores – com o argumento sobre pessoa. Inicialmente, verificamos a crença de que quantidades pequenas de bebida alcoólica não causam alterações significativas na pessoa que consome e vai dirigir. O argumento sobre pessoa é reforçado no momento em que o ato de não beber e dirigir deve ser respeitado por todos sem restrições. Esse argumento exprime um juízo de valor e se desenvolve a partir do valor das consequências.

(20)

Outro aspecto de suma relevância para essa mudança foi a definição de limites extremamente baixos para o nível de álcool no sangue, próximos de zero. *[Isso fez com que acabasse a crença de que um copo não causaria qualquer diferença nos reflexos e nas reações do indivíduo e que, portanto, não haveria problema em consumir doses*

pequenas. A capacidade de julgamento de cada pessoa, outrora usada como teste, passou a não mais sê-lo e, logo, todos têm que respeitar os mesmos índices independentemente do que consideram certo para si.] (T21)

No excerto 21 (T41), verificamos que o tipo de acordo relativo ao preferível – valores – refere-se à crença de que as festas brasileiras caracterizam-se como comemorações com muita bebida alcoólica. O argumento da ilustração utilizado no excerto exprime uma dessas comemorações e as consequências graves das pessoas que dirigem sob o efeito de álcool. Esse argumento “figurativiza-a para dar-lhe concretude, para torná-la sensível, para aboná-la”. (FIORIN, 2015, p. 188). Vejamos o excerto a seguir:

(21)

[O Brasil é um país caracterizado por suas festas, e estas são regadas, muitas vezes, por bebida alcoólica, o que gera más consequências. O carnaval, por exemplo, é uma comemoração em que a maioria das pessoas entrega-se ao álcool e desrespeita as leis de trânsito, dirigindo sob o efeito desse.] É comum, então, que o número de acidentes durante esse período seja maior. Por isso, o surgimento da Lei Seca foi fundamental para que os foliões pudessem aproveitar esses dias com mais consciência.

(T41)

No excerto 22 (T13), identificamos o tipo de acordo relativo ao preferível hierarquia com argumento de comparação. O carro é enfatizado como uma das invenções mais modernas da humanidade para reforçar os argumentos seguintes de que o transporte pode ferir as pessoas se for usado de forma inadequada. Isso consiste na superioridade da vida em relação a dirigir alcoolizado.

(22)

[O carro é, sem dúvida, uma das maiores invenções da modernidade e um dos meios de transporte mais usados no mundo contemporâneo, devido à sua agilidade e praticidade.] No entanto, nota-se que, ao mesmo tempo em que aproxima as pessoas, este meio de transporte também pode machucá-las ou mesmo levá-las a óbito, se usado de maneiras impróprias como, por exemplo, dirigir alcoolizado. Este problema é tão grave no Brasil, que estima-se que a metade das mortes em acidentes de trânsito nas ruas do país decorrente de inflações cometidas por motoristas alcoolizados. (T13)

Vejamos o quadro a seguir:

Tipo de acordo preferível valores	Vínculo causal (T11/T37) Argumento de comparação (T17/T31) Argumento sobre pessoa (T21) Argumento de ilustração (T41)
Tipo de acordo preferível hierarquia	Argumento de comparação (T13)

Quadro 05: Tipo de acordo relativo ao preferível e das técnicas de argumentativas.

Veamos que houve uma diversidade de situações com o tipo de acordo relativo ao preferível com argumentos em menor número de redações, mas que nos permite entender que o gênero influencia na escolha dos argumentos. Há uma tendência a demonstrar exemplos, comparações, vínculo causal e argumento sobre pessoa para justificar a tese inicial. Conforme o tipo de acordo analisado no item anterior, os argumentos podem repetir-se, mas a orientação do tipo de acordo modifica a construção do argumento na situação sociodiscursiva nessas redações. Assim, a presença desses argumentos na construção do texto é um indicativo de uma orientação, possivelmente dada pela escola, que nos permite caracterizar como argumentos mais recorrentes nas redações do ENEM.

6.6 Caracterização interna: análise dos aspectos internos e suas implicações

A escolha do aporte teórico para a análise do gênero redação do ENEM em seus aspectos internos permite-nos compreender a estrutura composicional de um texto dissertativo de natureza argumentativa, pertencente à prosa escolar, isto é, a um dos tipos de gênero redação escolar. O protótipo da sequência argumentativa, que perpassa outros gêneros argumentativos, apresenta-se nos textos de nosso *corpus* com todas as macroproposições demonstradas em Adam (1999; 2008) com alguns movimentos que não implicam em alterações que descaracterizem a sequência.

A construção desse gênero tem o plano de texto fixo com esquema linear no nível dialógico ou contra-argumentativo, que se compõe de tese anterior (P. arg. 0). A tese anterior (inicial) está neste excerto (redação 23 (T18)): “Por mais que essa medida represente um avanço legislativo, ainda apresenta diversos entraves sejam eles culturais ou sociais”. Na introdução do texto, porém, observamos que, ao delimitar o tema, havia a tendência a uma

técnica argumentativa: o argumento de autoridade do tipo de acordo relativo ao real – fato. O excerto, a seguir, demonstra isso: “Segundo Lavoisier, renomado filósofo francês do século XVIII, ‘na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma’”. Assim, demonstramos que os argumentos já podem aparecer desde a tese inicial.

Esse aspecto de delimitar o tema constitui-se, nas produções textuais da redação do ENEM em ambiente escolar, como um obstáculo para quem produz, porque é a partir dessa escolha que há uma linha de raciocínio para o desenvolvimento do texto. Quando não há delimitação do tema, os argumentos ficam comprometidos. Nas redações analisadas, a introdução é bem marcada pela delimitação do tema, geralmente, com o argumento de autoridade, situado num contexto histórico, cultural e/ou social. Partindo de Bakhtin (1997), essa delimitação apresenta o caráter ideológico e dialógico com a construção de enunciados em que os elementos não verbais conferem ao texto um sentido único e não reiterável.

Assim, na análise das redações, compreendemos que o aporte teórico consiste em unir os elementos do texto, a construção do discurso e o sentido único do enunciado com características bem definidas do gênero. Vejamos a seguir a redação na íntegra para demonstrar que as categorias de análise escolhidas implicam em um reconhecimento de características desse gênero no que se refere ao aspecto interno.

(23) Em homeostase

[Introdução] Segundo Lavoisier, renomado filósofo francês do século XVIII, “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. A legislação brasileira não foge dessa regra. Há quase seis anos entrou em vigor a lei que proíbe que o indivíduo dirija com qualquer teor alcoólico no sangue. A mesma modificou o cenário jurídico no momento em que altera a análise dos casos de acidentes de trânsito. **[P. arg.0]**[Por mais que essa medida represente um avanço legislativo, ainda apresenta diversos entraves sejam eles culturais ou sociais.]

[P. arg. 1][A existência de uma pressão social atrelada ao culto do indivíduo malandro geram (sic) um desafio para a eficácia da lei.] **[P. arg. 2]**[A sociedade brasileira perpetua um esteriótipo (sic) de diversão, em que para se divertir é necessário beber.] **[P. arg. 3]**[Esse padrão imposto é, principalmente, comprado pelos jovens, na medida em que os mesmos buscam se socializar. Ademais já está impregnado na população brasileira o biótipo do indivíduo malandro, que sempre busca burlar as regras para se beneficiar.] **[P. arg.4]**[Um exemplo disso é a existência de programas para aparelhos eletrônicos a fim de alertar os usuários sobre os locais onde ocorrem a fiscalização. Origina-se, assim, um fator cultural a ser vencido.]

[P. arg. 5][Outro fator primordial para a ineficácia da legislação é o próprio sistema que a compõe.] [P. arg. 6][Nota-se que não há postos de monitoramento suficientes para cobrir todo o perímetro urbano, sendo que os mesmos encontram-se, geralmente, nos mesmos locais.] [P. arg. 7][Soma-se, ainda, a existência de policiais corrompidos que gera uma falha no cumprimento da lei. Esses contribuem para burlá-la à medida em que aceitam suborno a fim de não penalizar o infrator.] [PdV][Adicionando as duas medidas, percebe-se uma dificuldade do próprio sistema em assegurar a imposição plena da lei.]

[P. arg. 1][Pode-se notar, portanto, que é necessário ainda, ultrapassar diversos entraves para que a lei seja cumprida de forma plena.] [Intervenção][Para que isto ocorra, o governo deve criar um órgão fiscalizador que proíba e acabe com os aplicativos utilizados para localizar os postos de monitoramento. Além disso, necessita-se um maior controle por parte da polícia sobre os indivíduos que atuam no programa, punindo-os quando burlarem o sistema, aceitando suborno ou benefícios, por exemplo.] [Nova tese – C][E como tudo na vida o ideal é encontrar-se em homeostase, termo biológico usado para definir equilíbrio, neste caso é necessário encontrar o meio-termo do bom senso da população e eficácia ao sistema.] (T18)

A citação na introdução é construída com explicações situadas no tema que se pretende desenvolver na redação. O argumento de autoridade é usado para convencer o interlocutor, respaldando a própria delimitação do tema e demonstrando que há certo conhecimento de causa do assunto tratado por quem produz o gênero. Outro excerto identificado na introdução que corresponde a uma das técnicas de argumentação mais recorrentes nas redações é o argumento de vínculo causal do tipo de acordo real – fato – com destaque em cor amarela no texto analisado. Esses argumentos, que antecedem o desenvolvimento do texto, marcam a introdução em direção ao assunto da redação.

O desenvolvimento do texto apresenta-se em sete argumentos, exprimindo uma oposição à tese anterior que consiste em a medida da Lei Seca representar um avanço legislativo, mas haver entraves culturais ou sociais. Os três primeiros argumentos estão atrelados entre si e podem ser classificados como argumento de comparação do tipo de acordo relativo ao preferível – valores. A seguir, podemos verificar em destaque:

(23a)

[P. arg. 1][A existência de uma pressão social atrelada ao culto do indivíduo malandro geram (sic) um desafio para a eficácia da lei.] [P. arg. 2][A sociedade brasileira perpetua um esteriótipo (sic) de diversão, em que para se divertir é necessário beber.] [P. arg. 3][Esse padrão imposto é, principalmente, comprado pelos jovens, na medida em que os mesmos buscam se socializar. Ademais já está impregnado na população brasileira o biótipo do indivíduo malandro, que sempre busca burlar as regras para se beneficiar.]

O quarto argumento do tipo de acordo relativo ao real – fato – corresponde à técnica do argumento do exemplo. Os argumentos cinco, seis e sete correspondem ao tipo de acordo do real – fato – com argumento de vínculo causal. Observamos que, por apresentar um plano de texto fixo, a estrutura é, em geral, linear; com argumentos que sustentam a tese e se inserem exatamente nos dados/fatos e no apoio (princípios-base). A análise está de acordo com os excertos a seguir:

(23b)

[P. arg.4][Um exemplo disso é a existência de programas para aparelhos eletrônicos a fim de alertar os usuários sobre os locais onde ocorrem a fiscalização. Origina-se, assim, um fator cultural a ser vencido.]

[P. arg. 5][Outro fator primordial para a ineficácia da legislação é o próprio sistema que a compõe.] [P. arg. 6][Nota-se que não há postos de monitoramento suficientes para cobrir todo o perímetro urbano, sendo que os mesmos encontram-se, geralmente, nos mesmos locais.] [P.arg. 7][Soma-se, ainda, a existência de policiais corrompidos que gera uma falha no cumprimento da lei. Esses contribuem para burlá-la à medida em que aceitam suborno a fim de não penalizar o infrator.]

Um dos PdVs indica que há dificuldade do próprio sistema em assegurar a lei. Em seguida, é introduzido um novo argumento que consiste em respaldar a refutação com o elemento subentendido “a menos que”. Uma peculiaridade da redação do ENEM encontra-se na proposta de intervenção. Na análise dessa redação, a proposta de intervenção antecede a Nova tese/conclusão C que é um contra-argumento à medida da Lei Seca com relação ao cumprimento pela população e pela ineficácia do sistema. A seguir, demonstramos, em forma de esquema, a estrutura da redação do ENEM:

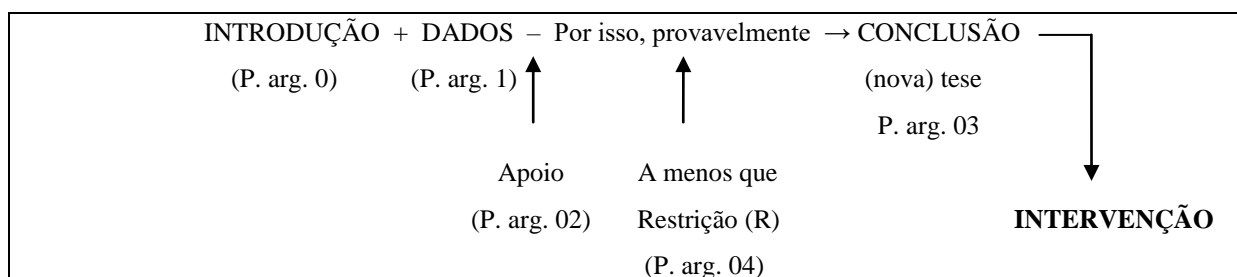


Fig. 19: Esquema baseado em Adam (2008) da redação do ENEM

Assim, o aporte teórico potencializa a análise e permite verificar como é a estrutura composicional e se corresponde à sequência argumentativa de Adam (1999; 2008), como se estruturam os argumentos e os tipos de acordo que se estabelece com o auditório

universal ou particular, além de observarmos argumentos mais recorrentes. Analisamos também as categorias de Bakhtin, inicialmente, o conteúdo temático. Em seguida, o estilo que se caracteriza como um gênero escrito na norma padrão e a construção composicional, de certa maneira, rígida e fixa que se apresenta em todas as redações analisadas.

6.7 Argumentação ou manipulação

Ao analisar as redações do ENEM, questionamo-nos se a construção dos argumentos nesse gênero não estaria direcionada à manipulação, uma vez que o produtor do texto poderia desviar-se do propósito de convencer com argumentos e, assim, utilizar-se-ia de outras técnicas, de manipulação, para atingir o objetivo de convencer, mas sob outro prisma. Na manipulação, supomos que alguns recursos, tais como a manipulação cognitiva que se divide em duas técnicas: o enquadramento manipulatório e o amálgama cognitivo, podem se apresentar nessas redações.

De acordo com a definição dessas técnicas, essa suposição se torna mais evidente como podemos ver através do enquadramento manipulatório que se refere “em utilizar elementos conhecidos e aceitos pelo interlocutor e em reordená-los de tal forma que não seja possível opor-se à sua aceitação”. (BRETON, 1999, p. 81). Conforme a definição, o enquadramento manipulatório utiliza-se de palavras enganosas, traços mentais, naturalização do real e imagem deformada.

Como a redação deve exprimir veracidade, acreditamos que os traços mentais e a naturalização do real são mais recorrentes nessas produções. A técnica de manipulação com traços mentais tende a ocultar o efeito prejudicial de certas ações para que o verdadeiro efeito de sentido possa ser percebido. Já a naturalização do real é isenta de responsabilidade e corresponde ao fato naturalizando-o, por vezes de forma perversa e indiferente.

A proposta de intervenção, por exemplo, pode apresentar a técnica de manipulação de naturalização do real, principalmente, aquelas redações que ferem os direitos humanos. Ainda que esse exemplo de redação não se enquadre em nosso *corpus*, é uma das situações de manipulação que merecem ser citadas. Cremos que, para construir-se a intervenção, o texto tenha grande probabilidade de investir na manipulação, a fim de culminar de persuadir o leitor de que sua proposta de intervenção é procedente. Exemplos disso são as

redações que investem em expressões metafóricas e em outros recursos estilísticos para embelezar a proposta de intervenção.

Outro recurso, que enfatizamos sobre as técnicas de manipulação, é o amálgama cognitivo que se constitui em sugerir um vínculo de causalidade não fundamentado, mas que, através de amálgama, une duas opiniões construindo um texto manipulado como se fosse argumentado. Alguns recursos denominados de alavancas são citados, porém, só vão nos interessar duas famílias de alavancas: de autoridade e de conformidade.

A técnica de manipulação denominada de alavanca de autoridade aproxima-se da ideia expressa pelas técnicas argumentativas, principalmente, a do argumento de autoridade que pertence aos argumentos baseados na estrutura do real. Esclarecemos que, por empregar a voz da experiência, do conhecimento, da autoridade e se apoiar no testemunho, em opiniões de pessoas ou de instituições, torna-as semelhantes, mas com desvios concernentes à técnica de manipulação. A alavanca de conformidade, que recorre à solidariedade e se destina às massas, também pode ser uma das técnicas de manipulação que se apresentam nas redações.

Como o *corpus* é formado por redações nota 1.000, não identificamos em nossa pesquisa nenhuma dessas técnicas de manipulação, mas, conforme já dissemos, elas podem se apresentar nas redações do ENEM sem, necessariamente, obterem a nota máxima. Isso não quer dizer que somente redações mal-construídas apresentariam a manipulação, ao contrário, ela exige competência de quem a produz. De acordo com as redações apresentadas através da mídia, que obtiveram nota zero pela proposta de intervenção, podemos afirmar que algumas dessas propostas de intervenção situadas no contexto que fere os direitos humanos são exemplos de técnicas de manipulação, porque apelam para a emoção para impor seu ponto de vista. Assim como no desenvolvimento do texto, esses pretensos argumentos se caracterizam mais por manipulação.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho, cujo foco é a caracterização do gênero redação do ENEM, surgiu em função de uma inquietação inicial sobre o entendimento de um gênero tão propalado em nosso país e da dificuldade por parte de alunos, professores e corretores/avaliadores do exame em compreender essa construção textual. Observamos a dinâmica e o surgimento de novos gêneros na atualidade em função da necessidade dos interlocutores em se comunicar. Para isso, fizemos em nossas primeiras leituras uma análise do estado da arte, buscando pesquisas sobre a construção de gêneros em seu aspecto estrutural e/ou retórico nos trabalhos de Souza (2003), Silveira (2007), Azevedo (2009), Fonseca (2011) e Catelão (2013). Essas pesquisas suscitaram ideias acerca da compreensão de análise da argumentação em gênero e nos permitiram selecionar os aportes teóricos da pesquisa, principalmente, na análise interna com o protótipo da sequência argumentativa de Adam (1999; 2008) e da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) com os tipos de acordo e as técnicas de argumentação.

Em análises iniciais, observamos que o gênero redação do ENEM assemelhava-se, em parte, ao gênero redação escolar clássica, a tradicional redação que exigia a estrutura do tipo dissertativo. Competia-nos, então, descrever a estrutura composicional desse gênero, conforme os pressupostos teóricos da sequência textual argumentativa, dominante nele. Assim, desde a primeira edição do ENEM, a redação, que tem, supostamente, o caráter de examinar a escrita de um estudante de ensino médio, que oportuniza o ingresso em um curso acadêmico quando se alcança uma pontuação mediana ou máxima, conforme as redações de nosso *corpus*. Investigamos como se constitui esse gênero, analisando seus aspectos externos e internos: ou seja, o contexto de produção, circulação e recepção em que as redações foram produzidas e a estrutura tanto composicional como retórica do texto.

Nosso estudo baseou-se em um *corpus* de 100 redações nota 1.000 de todas as unidades federativas de nosso país. Para isso, o questionamento que formulamos consiste em compreender a seguinte questão central: como se caracteriza a redação do ENEM para ser denominada de gênero sob o ponto de vista da ação social em torno do texto, da estrutura composicional textual e da argumentação retórica?

Para responder a essa indagação, formulamos o objetivo geral da pesquisa de caracterizar a redação do ENEM como gênero sob o ponto de vista da sociorretórica em Miller (2009 [1984]) e Bazerman (2011), da estrutura composicional textual/discursiva em Adam (1999; 2008) e das técnicas argumentativas de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

A partir desse objetivo geral, desdobramos o estudo em três objetivos específicos:

- 1) analisar as características da redação do ENEM concernentes à ação social que envolve o texto, através da concepção de gênero de Bazerman (2011) e Miller (2009 [1984]);
- 2) identificar elementos da estrutura composicional textual/discursiva do protótipo da sequência argumentativa de Adam (1999; 2008) e da estrutura retórico-argumentativa da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005);
- 3) descrever as categorias conteúdo temático, construção composicional e estilo de Bakhtin (1997) na redação do ENEM.

Esses objetivos auxiliaram-nos a perceber a caracterização do gênero, razão pela qual nos determinamos a enveredar por aportes teóricos distintos, mas com aspectos que os aproximaram de forma a compor uma visão do gênero delineada sob dois prismas – o externo e o interno. Assim, direcionamos o foco às questões que tentamos responder em nossa pesquisa.

A redação do ENEM situa-se em uma situação social de produção de um texto argumentativo com um posicionamento sobre um tema social, político, científico e cultural. A ação é significativa e interpretável por meio de regras, as quais se acomodam a uma estrutura dissertativo-argumentativa. As ações que definem essa prática discursiva apontam para uma locução dirigida para corretores, sob o condicionamento social de produção da redação ENEM em contexto de exame nacional que dá acesso ao ensino superior em instituições públicas de ensino. A redação é gestada, portanto, num contexto social de muita pressão e de muitas cobranças, além de ser regida com todas as normas impostas pelo ENEM, prescrita no Guia do Participante. Outras restrições são impostas aos grupos de corretores, que funcionam, nesta prática social, como os interlocutores a que as redações destinam-se. As normas de correção das redações do ENEM estão discriminadas no Manual do Corretor e são explicadas em fóruns e encontros anuais dos supervisores e de corretores.

Esses cenários de produção e de recepção da redação do ENEM foram explicados, neste trabalho, pela proposta de hierarquia de sentido de Miller (2009), pela qual observamos

os microníveis do gênero que passam pela experiência, ou seja, pelos aspectos que justificam a necessidade social de existência desse gênero. A necessidade de existência da redação do ENEM surge a partir da proposta de um exame. Isso se constitui através do uso da língua com uma forma de experiência de comunicação entre o locutor e o interlocutor que se apresenta sob a forma de quem produz e de quem estabelece o contato pela correção do texto. É através dos argumentos que percebemos esse aspecto, uma vez que o ato de fala imprime uma responsabilidade enunciativa e o produtor do texto do ENEM pode não assumi-la, mas se apropriar de argumentos que respaldem esse ato de fala. Os macroníveis estão inseridos no contexto cultural em que o gênero surge e na natureza humana.

Para Miller (2009), o gênero é um construto social recorrente e a noção de reprodução advém da ação dos atores sociais que criam a recorrência em suas ações ao reproduzir aspectos estruturais das instituições. Na redação do ENEM, esses aspectos apresentam-se pela estrutura composicional e pela articulação de ideias por meio da argumentação. A reprodução é baseada em exemplos como as redações nota 1.000 que se constituem em padrões para a reprodução de novos textos inseridos na futura memória, na interpretação e no uso desse gênero.

Assim, compreendemos que o gênero redação do ENEM constitui-se em um texto tipificado que adquire significado na situação sociodiscursiva em que se insere. A comunidade retórica, a nosso ver, é representada por todas as pessoas envolvidas nesse circuito de produção e de recepção/circulação do gênero. Essa comunidade retórica mostra-se de maneira abstrata, num “espaço” de estabilização e desestabilização do discurso, usando a terminologia bakhtiniana. É o momento da disputa que permite revestir o gênero de características discursivas próprias de sua reprodução por seus atores sociais.

A reprodução do gênero inicia-se através do processo de conhecimento dos aspectos exigidos para a construção do texto com exemplos amplamente divulgados pela mídia de redações diríamos assim, bem sucedidas, e de redações que se enquadraram nos critérios de nota zero. Alguns dos fatores observados pela prática de sala de aula consistem em verificar a não compreensão de elementos essenciais para a reprodução do gênero, tais como: entender a proposta de redação do ENEM, delimitar o tema proposto e a tese a ser defendida. Esses fatores inviabilizam a consistência dos argumentos e a estrutura dissertativa que pertencem ao gênero entre outros critérios avaliados na redação.

O entorno social do gênero constrói-se através de outros gêneros que dão acesso à redação do ENEM. O candidato passa por gêneros que vão da ficha de inscrição ao questionário socioeconômico. Essa etapa inicial concretiza-se no momento de produção do gênero com fatores que incluem o exame nas áreas de conhecimento e a produção da redação em um determinado período de tempo e sob pressão pela situação contextual de um processo avaliativo.

As etapas seguintes consistem em uma circulação e recepção do gênero por corretores/avaliadores que avaliam o texto. Inicialmente, essa avaliação passa por dois corretores, que, de acordo com os critérios estabelecidos para a correção, precisam apresentar coerência na nota. Quando isso não ocorre, o gênero circula novamente e passa a um terceiro avaliador que verifica a discrepância das notas atribuídas anteriormente, concordando com uma das correções ou atribuindo nova nota. Caso seja necessário, a redação poderá sofrer novo processo de correção através de uma banca de três corretores e obter a nota final que encerra o processo de avaliação da redação.

Ao tratar do aspecto fato social em Bazerman (2011), há uma inserção do produtor do texto na dinâmica com outros gêneros. Compreendemos que essa inserção permite definir a situação sociodiscursiva de um momento em que se produz um texto para obter um resultado positivo ou negativo que determina o acesso ou não em uma instituição de ensino superior. O efeito social constitui-se de, no mínimo, o produtor conhecer a estrutura de um texto dissertativo-argumentativo cuja origem remete ao gênero redação escolar. Os aspectos citados na caracterização externa estabelecem a construção do gênero e mobilizam formas de enunciados padronizados realizando certas razões em determinadas circunstâncias.

Nossa hipótese confirma-se pela comprovação da prova de redação como uma prática discursiva regular, que acontece ao final de todo ano, e que tem atores sociais bem definidos. Em termos composicionais e configuracionais, o gênero redação do ENEM exige um texto organizado sob a forma de sequência argumentativa dominante, que requer, portanto, a mobilização de argumentos e de técnicas argumentativas para o fazer persuasivo.

A análise das características internas é construída em dois momentos: na perspectiva composicional, analisamos o plano de texto e o protótipo da sequência argumentativa (ADAM, 1999; 2008); na perspectiva retórica, o tipo de acordo e as técnicas argumentativas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Estabelecemos também para nossa análise três categorias – conteúdo temático, construção composicional e estilo – que

auxiliam na compreensão da perspectiva composicional (BAKHTIN, 1997). Esses três aportes teóricos corroboram a nossa hipótese de que a redação do ENEM apresenta as macroproposições da sequência argumentativa, a qual prevê a inserção de técnicas de argumentação que demonstram a recorrência de argumentos quase-lógicos e baseados na estrutura do real do ponto de vista a ser defendido.

Como gênero, a redação do ENEM apresenta uma temática preestabelecida pelo exame, que deve ser desenvolvida em linguagem escrita com estilo formal; é composicionalmente orientado para a organização de uma sequência argumentativa e, configuracionalmente, voltado para a seleção e hierarquização de argumentos que comprovem um ponto de vista central, ou tese. Além disso, a superestrutura desse gênero exige uma unidade que contenha uma proposta de intervenção como solução plausível para os problemas discutidos ao longo do desenvolvimento argumentativo. As categorias bakhtinianas tema, composição e estilo podem ser, portanto, identificadas com facilidade, o que o confirma como um gênero do discurso.

Tomando por base as categorias de Bakhtin (1997) na análise da estrutura composicional, o conteúdo temático consiste em um índice de valor social, numa dada situação histórica concreta. A construção do gênero redação do ENEM envolve uma situação temática de natureza social, apresentando-se em temáticas relacionadas à política, à cultura, à ciência e à sociedade; e uma situação de uso real, ou seja, é dirigida a um interlocutor; inserida em um contexto histórico-fenomenológico que se expressa através de elementos não verbais da situação histórica.

Propusemos, nesta tese, que a categoria construção composicional pode ser evidenciado pelo protótipo da sequência argumentativa que garante unidade e vitalidade ao gênero. E, por último, a categoria bakhtiniana denominada de estilo pode ser atestada pela seleção lexical, fraseológica e gramatical requerida pelo estilo da norma escrita formal da língua, uma exigência que é aferida em um dos parâmetros da matriz de correção definida pelo ENEM.

Na estrutura composicional do protótipo da sequência argumentativa, identificamos os dois esquemas: justificativo e dialógico, mas constatamos haver maior recorrência do primeiro. Observamos que o gênero apresenta o plano de texto fixo, isto é, em todas as produções analisadas identificamos as macroproposições e a delimitação das partes do tipo dissertativo com introdução, desenvolvimento e conclusão. A respeito do PdV, apenas

uma redação apresentou o ponto de vista marcado com expressões em primeira pessoa, as demais redações apresentam o PdV anônimo marcado em terceira pessoa. Identificamos também movimento entre macroproposições, uma antecipação do ponto de vista quando nas outras redações sempre aparece após a expressão “a menos que”.

Essa movimentação não acarreta nenhum comprometimento à estrutura composicional, sob o ponto de vista da análise de Adam (1999; 2008). A movimentação entre as macroproposições é pertinente, desde que não descaracterize o texto. Observamos em uma das redações a nova tese implícita na proposta de intervenção; nas demais redações, localizamos a nova tese e a proposta de intervenção bem delineadas.

Outro resultado relevante a que chegamos diz respeito à relação estreita que os candidatos parecem estabelecer entre a nova tese – conclusão – e a proposta de intervenção, imposta à estrutura do gênero redação do ENEM. Em muitas ocorrências, os candidatos explicitavam a tese, ou Nova tese, na proposta de intervenção. Consideramos que há uma estrutura fixa – a sequência argumentativa e o plano de texto – com desvios que não comprometem o gênero.

Acerca da estrutura retórica, consideramos que a redação do ENEM aproxima-se do gênero retórico deliberativo, uma vez que esse gênero tem como objetivo aconselhar ou desaconselhar. O gênero redação do ENEM assume essa característica se direcionarmos ao auditório, porque há a intenção de sugerir possíveis soluções e aconselhamentos para um problema que envolve a sociedade. Mesmo com a fragilidade da classificação de Aristóteles, os argumentos fomentam o desenvolvimento da tese a ser defendida ou refutada, e a proposta de intervenção estabelece o momento de aconselhar ou desaconselhar algo sobre o tema ali desenvolvido.

A análise retórica demonstra que há uma propensão para o tipo de acordo relativo ao real e argumentos baseados na estrutura do real de vínculo causal, uma vez que esse tipo de argumento presta-se muito bem à ideia de respaldar a tese defendida com provas, demonstrando razões e consequências. Identificamos também a recorrência de outros argumentos sobre esse tipo de acordo, tais como: o argumento da ilustração, o argumento de contradição e o argumento modelo.

No tipo de acordo relativo à verdade, os argumentos mais recorrentes são do tipo de vínculo causal e o argumento de definição. A análise demonstra que as escolhas do

argumento estão ligadas aos tipos de acordo e que o argumento de vínculo causal é identificado em muitas redações.

Na análise do tipo de acordo relativo ao preferível, identificamos mais uma vez a propensão pelo argumento de vínculo causal, mas também o argumento de comparação, o argumento sobre pessoa e o argumento da ilustração. Não nos limitamos a apenas elencar tipos de acordo e as técnicas de argumentação, mas caracterizamos esse gênero com os três aportes que sustentam nossa tese: a estrutura composicional (BAKHTIN, 1997; ADAM, 1999; 2008) e a retórica (PERELMAN; OLBRECHYS-TYTECA, 2005) com a inserção das técnicas nas macroproposições. Dessa forma, identificamos razões, de fato, para afirmar que a redação do ENEM é um gênero e apresenta características das teorias adotadas para a análise desse aspecto interno.

No decorrer da pesquisa, questionamo-nos se essas redações não apresentariam as técnicas de manipulação de Breton (1999; 2003). Identificamos duas técnicas: o enquadramento manipulatório e o amálgama cognitivo. Consideramos que essas técnicas podem oferecer desvios significativos, principalmente, em redações que ferem aos direitos humanos. No grupo em que se encontra o amálgama cognitivo, há duas alavancas: a de autoridade e a de conformidade. A alavanca de autoridade aproxima-se da técnica do argumento de autoridade, mas seu propósito em nada se assemelha ao argumento da técnica de argumentação.

Dessa forma, a pesquisa cumpriu seu propósito de caracterizar o gênero redação do ENEM e, a partir, dessa caracterização auxiliar o trabalho do professor no conhecimento dos aspectos que configuram esse gênero. Concluímos que o gênero redação do ENEM apresenta aspectos, aqui demonstrados, que o professor pode desenvolver em sala de aula através de atividades que explorem as questões de natureza estrutural bem como discursiva e, assim, orientar os alunos em suas produções textuais.

8 REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. Le prototype de la séquence narrative. In: _____. **Le textes: types et prototypes**. Paris: Nathan, 1992. p. 45-74.

_____. **Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes**. Paris: Edições Nathan, 1999.

_____. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 115-132.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: EDIPRO, 2011.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelen. **A argumentação no exame Nacional do Ensino Médio: percursos discursivos seguidos por jovens em processo de formação**. 2009. 2 v. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, 2009.

BATISTA, Luiz Eduardo Mendes. **Os gêneros escritos do argumentar no espaço didático**. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística da UFU, Uberlândia, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 279-326.

BAWARSHI, Anis S.; JO REIFF, Mary. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Gênero, agência e escrita**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Entrevista. In: Bazerman, Charles et al. **Gêneros textuais**. Trad. Benedito Gomes Bezerra, Fabiele Stockmans de Nardi, Darío Gómez Sánchez, Maria Auxiliadora Bezerra,

Joice Armani Galli. Recife: [s.n], 2011c. E-book. (Série Acadêmica; v.1: Bate-papo acadêmico).

BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2007. p. 208-236.

BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra**. Edições Loyola: São Paulo, 1999.

_____. **A argumentação na comunicação**. 2. ed. Edusc: Bauru, SP, 2003.

BRONCKART, Jean-Paul. Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas. **Revista de Estudos da Linguagem**, Faculdade de Letras de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 49-69, jan/jun. 2003.

CANVAT, Karl. Types de textes et genres textuels: problématique et enjeux. **Enjeux revue de didactique du français**, Facultés Universitaires de Namur, Paris, n. 37/38, mar./jun. 1996.

CATELÃO, Evandro de Melo. **Revelando motivos**: a argumentação de suicidas sob as perspectivas textual/ discursiva e retórica. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pós-graduação em Letras da UFPR, Curitiba, Paraná, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 201-219.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena. **Tipos textuales**. Argentina: Oficina de Publicações Ciclo Básico Común, 1994.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto. 2005. p. 29-56.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto. 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Ísis Borges B. da. A Retórica na Grécia: o gênero judiciário. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. Humanitas FFLCH/USP: São Paulo. 2001. p. 99-117.

FONSECA, Carlos Magno Viana. **Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da UFC, Fortaleza, CE, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989, p. 39.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do ENEM 2005: análise do perfil socioeconômico e do desempenho dos participantes/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O instituto, 2006.

KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez. 2003. p. 53-73.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: **Bakhtin**: conceitos-chaves. Beth Brait (Org.). São Paulo: Contexto, 2010. p. 151-166.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, Antônio Luiz. Gêneros textuais: definições e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MARCUSCHI, Beth. Redação escolar: características de um objeto de ensino. **Revista da Faced**, Bahia, n 9, p. 139-155, 2005.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUINALIA, Cristina Leão *et al.* Política pública de educação uma análise do ENEM: exame nacional do ensino médio no Distrito Federal. In: **Universitas/JUS**, v. 24, n. 1, p. 61-78, jan/jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/jus/article/viewFile/2259/1891>>.

Acesso em: 10 mai 2015.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RELATÓRIO PEDAGÓGICO DO ENEM 2008, p. 45. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2008.pdf>. Acesso em: 10 mai 2015.

REDAÇÃO NO ENEM 2013: GUIA DO PARTICIPANTE. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_enem_2013.pdf>. Acesso em: 02 dez 2015.

RIBEIRO, Pollyanne Bicalho. Funcionamento do gênero do discurso. **Bakhtiniana**. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 54-67, 1º sem. 2010.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2007. p. 152-183.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução Roxane Rojo, Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

SILVEIRA, Marcelo. **O discurso de Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais**: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso. 2007. 227 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, 2007.

SOUZA, Geraldo Tadeu. **Introdução à teoria do enunciado concreto**: do Círculo Bakhtin/ Volochinov/ Medvedev. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.

SOUZA, Gilton Sampaio. **O Nordeste na mídia**: um (des) encontro de sentidos. 2003. 407 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras da UNESP, Araraquara, SP, 2003.

SOUSA, Maria Margarete Fernandes de. **A organização textual-discursiva dos anúncios de turismo no Ceará**. 2005. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras da UFP, Recife, 2005.

SOUZA, Gilton Sampaio; DUARTE, Roselany de Holanda. Os alicerces filosóficos do formalismo e a nova retórica: circunstâncias e construções de verdades. In: **Revista Desenredo**, Teresina/ Piauí, ano I, n. 1, p. 92-104, jul/ago. 2009.

VAN DIJK, Teun A. **La ciencia del texto: um enfoque interdisciplinario**. 3. ed. Barcelona: Paidós, 1992.[1978].

WERLICH, Egon. **A text grammar of english**. Heidelberg: Quelle und Meyer. 1983 [1976].

ANEXOS

PROPOSTA DE REDAÇÃO

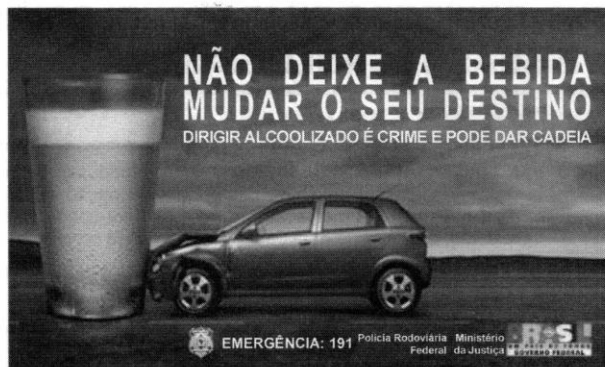
A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

T01 Boas medidas, bons resultados

Tão antigo quanto o mundo, o álcool acompanha o homem desde suas origens. A partir das primeiras fermentações da cevada, passando pelas grandes vindimas da Antiguidade, até figuram em praticamente todas as bebidas recreativas do homem comum, o álcool tem o poder de eliminar a timidez, extravasar sentimentos, é claro, entreter seus apreciadores. É este mesmo álcool, no entanto, que detém outro poder subestimado ou ignorado – o poder de causar tragédias e perdas irreparáveis, dor, desespero, remorso. O poder de matar.

Em face do potencial de fatalidade das bebidas alcoólicas e de posse das estatísticas que indicavam a influência da embriaguez na maioria dos acidentes de trânsito foi que se criou a Lei Seca (Lei 11.705/2008). À primeira vista, tal lei granjeou a antipatia de muitos motoristas (que não sabiam o porquê de serem punidos por apenas alguns goles de chope a mais e o bafômetro tornou-se o vilão de altas noites. Pouco se falou das conseqüências que a medida traria a longo prazo; mas o fato é que a Lei Seca provou ter um espectro tão amplo quanto benéfico. Como exemplo, as taxas de acidentes fatais no trânsito em decorrência de embriaguez reduziram e houve diminuição visível do número de vítimas fatais, marcadores que continuam a melhorar. Assim, a Lei Seca, o mal necessário, tornou-se medida mais promissora na redução da mortalidade no tráfego porque seu maior trunfo foi saber atingir a raiz do problema: o consumo exagerado do álcool.

Contudo, não é uma única lei que irá reduzir esse cenário de forma definitiva. Outros projetos devem ser associados à Lei Seca para que, à imagem de um coquetel de medicamentos que visa a combater um inimigo comum, tenham a maior eficácia possível. As campanhas de conscientização veiculadas na mídia televisiva são essenciais, pois contam com alcance expressivo junto ao público, assim como as blitzes educativas, realizadas periodicamente em ruas de tráfego intenso, auxiliam o processo de (re)educação no trânsito. Desse modo, com a união das iniciativas corretas para obter o efeito desejado, muito em breve passará da utopia à realidade o anelo de um trânsito brasileiro são, sóbrio e – acima de tudo – seguro.

T02

É certo que a junção entre álcool e trânsito geralmente finaliza em situações indesejadas, tanto para o indivíduo causador quanto para a sociedade. Nesse sentido, a Lei Seca no Brasil surgiu como perspectiva de transformação social, no intuito de proporcionar maior segurança à população. Entretanto, deve-se salientar que somente medidas legislativas não implicam em eficácia total.

É importante considerar, a princípio, que a implantação da Lei Seca acarretou positivamente na modalidade urbana brasileira, visto que a sociedade majoritária abraçou com rapidez tal atitude do governo. Desse modo, índices comprovam a eficácia desse programa como a diminuição significativa do número de mortes relacionadas a bebidas alcoólicas, por exemplo. Ademais, o incentivo do governo na conscientização da sociedade, através de redes midiáticas, também é outro fator que, como coadjuvante, ajuda na transformação social do Brasil Contemporâneo.

Vale ressaltar, por outro lado, que a Lei Seca, juntamente com programas públicos de conscientização, não refletem o suficiente na sociedade, já que inúmeras cidades brasileiras ainda não aderiram a essa nova perspectiva. Assim, a melhoria da modalidade restringe-se, em geral, aos grandes polos urbanos, propiciando desigualdades nas estruturas sociopolíticas brasileiras.

É imprescindível observar, ainda, que os programas de conscientização incentivam o uso de transportes públicos ou táxis para evitar acidentes, bem como multas e prisões relativas à Lei Seca. No entanto, deve-se analisar que o Brasil não dispõe de infraestrutura adequada, barata e sustentável de mobilidade urbana que proporcione segurança ao indivíduo que adere tal transporte. Ao acréscimo que, o uso de táxi é dificultado à parcela da sociedade pobre, visto que é um serviço privado e caro.

Torna-se evidente, portanto, que embora haja certa eficácia relacionada à Lei Seca, outros fatores ainda necessitam de mudanças significativas. Assim, faz-se preciso que o governo invista na mobilidade urbana, no propósito de incentivar os cidadãos aderirem o uso do transporte público. Outrossim, é indispensável maior fiscalização sobre os estados e municípios que ainda não efetivaram a Lei Seca em seus territórios, para assim, igualizar as melhorias sociais dessa nova tendência. Só assim, pode-se pensar em um país igualitário, justo e seguro para toda a população.

T03

O Brasil é um dos países com o maior número de mortes por acidentes de trânsito no mundo, ficando logo atrás de nações com maior área territorial, como a Rússia e os Estados Unidos. O álcool, em nosso país, é responsável por 30% dos acidentes e 50% dos óbitos, decorrentes de motoristas alcoolizados. Considerando tais dados, já era esperado que surgissem, além de campanhas, métodos úteis de combate às mortes no volante. A implementação da Lei Seca, então, parecia uma solução eficiente para estes problemas.

E foi: ao vigorar no Brasil, a Lei Seca causou grande impacto. De acordo com pesquisas, a aprovação popular quanto ao uso do bafômetro foi de 97%, e a média nacional de vítimas fatais foi reduzida em 6,2%. Inúmeras propagandas que incentivam a precaução no trânsito e abominam a mistura de bebida e direção passaram a ser veiculadas nos meios de comunicação; ainda assim, as mortes no trânsito constituem um número preocupante. Mesmo com a grande quantidade de informações, estatísticas, campanhas – muitas delas são extremamente criativas – e dicas à disposição da população, alguns motoristas continuam relutantes quando se trata de preservar a própria vida, misturando álcool e volante e pondo em risco todos à sua volta. O que fazer, então, quando os esforços do Governo, apesar de eficientes, parecem insuficientes?

Primeiramente, é necessário que a sociedade unifique-se em prol do bem comum: um exemplo é a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, de Porto Alegre, que junto de seus milhares de voluntários, espalhados pelo Brasil e até pelo mundo, luta, com o programa “Vida Urgente”, em busca de um trânsito mais seguro e humano. Além disso, é de óbvia e fundamental importância que cada indivíduo tome consciência de que suas ações refletem-se no ambiente ao seu redor. Se queremos modificar uma situação, devemos fazer com que a mudança parta de nós mesmos; somos, antes de tudo, exemplos. Somos os únicos capazes de construir o futuro que desejamos.

T04

A implantação do sistema rodoviário no Brasil facilitou o fluxo de mercadorias, pessoas e serviços. Porém, contrastando com esse cenário próspero de desenvolvimento socioeconômico trouxe grande sequelas para a sociedade. A facilidade encontrada na compra dos veículos (a partir da redução IPI) quando aliada à pouca fiscalização rodoviária, intensificou os “excessos” sejam eles de velocidade ou do consumo de álcool. No entanto, um projeto de lei eficaz chamado “Lei Seca” vem modificando esse cenário visto antes como devastador.

O uso indiscriminado do álcool no trânsito é um fato pertinente, que contribui diretamente para o aumento de mortes nas ruas e rodovias. Estima-se que a utilização irregular de bebidas alcoólicas é responsável por 30% de acidentes no trânsito. No entanto, visando o controle e fiscalização desse cenário de devastação, o projeto “Lei Seca” contribui significativamente para a redução de mortes e de excessos de velocidade.

Além disso, a eficaz e rígida implantação do projeto, quando aliada à maior fiscalização da polícia rodoviária federal, a partir da utilização de mecanismos (sic) próprios de identificação da concentração de álcool no organismo (conhecido como o bafômetro) fez com que o projeto prosperasse e produzisse efeitos benéficos para a população brasileira. Sabe-se, por exemplo, que no estado do Rio de Janeiro houve a redução de 27% de vítimas em acidentes no trânsito. Isso exemplifica a eficácia da Lei Seca para a população.

Levando-se em consideração os aspectos analisados, percebe-se a necessidade de participação contínua dos estados e municípios, por meio dos órgãos estaduais e federais visando o controle e regulamentação da Lei Seca, assim como a necessidade de conscientização, por meio de campanhas publicitárias, que alertam a população sobre os efeitos negativos do uso do álcool no trânsito, visando também a prosperidade da Lei Seca e melhora da população brasileira em geral.

T05 Lei Seca: seus efeitos no trânsito

No Brasil, associar bebida e direção tornou-se uma prática comum e, na maioria dos casos, fatal. Dados alarmantes da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) comprovam que o uso de álcool por motoristas é responsável por cerca de 30% dos acidentes, que resultam muitas vezes em morte tanto da vítima quanto do culpado. Num país que até então não tinha leis rigorosas sobre o consumo de bebida alcoólica por motoristas, a chamada “Lei Seca” surge não apenas para alertar, mas para criminalizar essa prática.

Desde a aprovação da lei, o governo tem tomado medidas como uma massiva campanha contra o uso de álcool ao volante nas grandes mídias além de uma maior fiscalização por parte da polícia – por meio das “blitzs da Lei Seca” – e da diminuição dos limites de tolerância do bafômetro à quantidade de álcool no sangue.

Os efeitos dessas ações são, em sua maioria, positivos e já se fazem sentir, pois já se pode perceber uma redução na média de acidentes e cerca de 6,2% de redução das vítimas fatais (de acordo com o Data SUS) relacionados ao uso de bebida alcoólica no trânsito.

A criminalização dessa prática também foi de extrema (omissão de palavra) para a diminuição dos caos e para a punição de motoristas que insistem em burlar a lei, colocando a própria vida e a do outro em risco. No entanto, a Lei Seca ainda enfrenta dificuldades, pois se depara com motoristas que se recusam a fazer o teste do bafômetro e com casos em que os infratores simplesmente ignoram as penas que lhe foram impostas, ficando impunes.

Portanto, para assegurar que os efeitos positivos da Lei Seca sejam duradouros, é necessário que o governo invista na fiscalização das penas, para garantir seu cumprimento e também em programas de educação no trânsito e de conscientização dos males álcool, seja no trânsito ou não. Só assim formaremos motoristas realmente conscientes e aptos para zelar não apenas por sua vida, mas também pela vida de seus iguais.

T06 Lei em prol da vida

Um dos problemas da sociedade brasileira – acidentes causados por motoristas alcoolizados – tem sido atenuado pela Lei Seca, reduzindo seus casos, mas não de forma definitiva. Os efeitos positivos desta lei são vistos em diversos aspectos, como no incentivo geral à segurança no trânsito, por não dirigir após a ingestão de bebidas alcoólicas. Sua abrangência, porém, não é suficiente para que acidentes do gênero deixem de matar milhares de brasileiros todos os anos, o que exige uma participação conjunta do governo e da nação em prol de um trânsito seguro, e em prol da vida.

A Lei Seca tem sido eficiente em todo o país, não somente multando infratores, mas mobilizando e sensibilizando a população e os meios de comunicação na luta contra a união bebida-volante. Existem propagandas que mostram os riscos dessa ação, e a Lei funciona como incentivo para que o povo se atente. Tal atenção, quando generalizada, produz melhores condições para os motoristas nas cidades, até em horários em que muitos acidentes hoje ocorrem, tarde da noite. Além disso, a medida do governo promove uma reabilitação daqueles já multados por ela, pois a reincidência do crime piora a situação frente ao judiciário. Assim, boa parte da população é alcançada, e a sociedade, beneficiada.

Apesar de ser efetiva, a Lei Seca traz consigo uma série de complicações. Primeiramente, há a dificuldade em forma de locomoção quando o indivíduo está alcoolizado, já que em muitos locais, o sistema de transporte coletivo não consegue suprir a demanda geral, além dos altos preços da corrida do táxi, inviabilizando o retorno de muitas pessoas. Em segundo lugar, é possível que ocorra o déficit econômico das empresas de bebida, com a redução do consumo. Isso afetaria a sociedade como um todo, pois tais empresas financiam diversas atividades e empreendimentos, a exemplo de estádios e campeonatos de futebol, e até indústrias.

Para que os efeitos da Lei Seca possam ser os melhores possíveis, é preciso que as instituições administrativas, então, busquem a melhora dos transportes coletivos, com ônibus e metrô de qualidade, além de incentivos fiscais que reduzem os preços nos táxis durante a madrugada. É necessário, também, reduzir a dependência relacionada às empresas de bebida, através da diminuição do número de propagandas em horários de elevada audiência com o maior peso fiscal. Já o povo precisa se conscientizar dos riscos de dirigir alcoolizado, incentivando uns aos outros a não fazê-lo. Tal atitude, porém, não se justifica pela Lei Seca e sua punição, mas pelo objetivo dela: zelar pela vida.

T11 Alternativa para a Rejeição Popular

Apesar de ter resultado em melhorias para índices de morte no trânsito, a Lei Seca sofre críticas por ser considerada muito severa. Seus principais questionadores são os condutores de veículos afeitos à bebida.

Ao serem questionados, muitos motoristas afirmaram serem capazes de dirigir com precisão mesmo após ingerir álcool, o que em geral não corresponde à realidade. Sobretudo em grandes quantidades, é comprovado que a bebida alcoólica aumenta as chances de ocorrência de acidentes, fato que não deve ser ignorado. Esse aumento no perigo evidencia a necessidade da Lei, mas não necessariamente no modelo em que foi criada.

Ainda que necessária a regulamentação dos casos de alcoolismo no trânsito, deve-se considerar o quão comum é o consumo social de bebidas. Levando em conta que é difícil para a maioria das pessoas deixar de

tomar ao menos uma pequena quantidade de álcool durante uma reunião social, é aconselhado que seja discutida a existência de uma taxa de tolerância sobre os níveis de álcool no sangue.

Uma taxa de tolerância leve ou moderada permitiria o usufruto de bebidas alcoólicas sem adicionar riscos significativos à vida durante a condução. Haver um limite além da completa abstinência teria o efeito de incentivar os motoristas a policiarem a si mesmos a respeito da bebida e reduziria os efeitos negativos da implantação da Lei Seca.

T13

O carro é, sem dúvida, uma das maiores invenções da modernidade e um dos meios de transporte mais usados no mundo contemporâneo, devido à sua agilidade e praticidade. No entanto, nota-se que, ao mesmo tempo em que aproxima as pessoas, este meio de transporte também pode machucá-las ou mesmo levá-las a óbito, se usado de maneiras impróprias como, por exemplo, dirigir alcoolizado. Este problema é tão grave no Brasil, que estima-se (sic) que metade das mortes em acidentes de trânsito nas ruas do país decorrente de infrações cometidas por motoristas alcoolizados.

Desta maneira, levando em conta a gravidade do problema representado pelos motoristas alcoolizados ao bem-estar de pedestres e motoristas, o Governo Federal instituiu a “Lei Seca” em âmbito nacional, de maneira a estabelecer penas enérgicas para os motoristas que transgredirem-na, como, por exemplo, a prisão inafiançável dos mesmos. Como consequências da “Lei Seca”, nota-se que o número de mortos e feridos no trânsito caiu expressivamente, mostrando que leis mais rígidas usualmente causam efeitos positivos no combate de problemas urbanos, como, por exemplo, a perigosa combinação entre álcool e volante.

Em verdade, os efeitos positivos da “Lei Seca”, como a queda da mortalidade no trânsito brasileiro, mostram que em certos momentos é necessário que o Estado assuma um viés mais punitivo, de forma a coibir certos compartimentos – como a direção alcoolizada – impróprios. Parodiando o premiê britânico David Cameron, há situações que exigem que o Estado use de um “amor punitivo” para conscientizar os filhos da pátria.

Assim, visto que medidas mais enérgicas já foram tomadas e efeitos positivos foram observados, urge que o Estado tome medidas visando esclarecer a sociedade civil acerca da problemática relativa à direção alcoolizada. Desta maneira, faz-se necessário que o governo invista em ações que conscientizem a população dos problemas abordados pela “Lei Seca”. Tais ações poderiam consistir em campanhas publicitárias em meios de comunicação de massa (TV e rádio) ou mesmo em debates sociais e palestras nas escolas, afinal, mais do que punir, o mais importante é aprender e ensinar sobre os erros cometidos. Cabe ao governo e à sociedade não coibir, mas sim esclarecer.

T17 Uma sociedade barroca

Se comparada a uma arte literária, nossa sociedade se compararia à arte Barroca, a qual apresenta uma face clara e outra escura. Em se tratando da questão do álcool e direção, por muito tempo deixamos prevalecer a face escura. Agora, apoiados pela Lei Seca, caminhamos rumo à claridade.

O povo brasileiro sempre foi caracterizado por sua festividade e confraternizações. É comum encontrar bares lotados todos os dias com copos cheios sobre as mesas ao lado das chaves dos carros. Eis o antagonismo: como o consumo de álcool por motoristas é a principal causa de acidentes e mortes no trânsito no Brasil, o que deveria causar a diversão e descontração, causa a preocupação, a tragédia.

Uma vez que antes havia a falta de fiscalização, havia concomitantemente uma certa concepção de impunidade. Embora soubessem que a bebida causa a perda de reflexos e a imprudência dos motoristas, esses ignoravam os riscos por si autojulgarem em condição de conduzir, deixando transparecer o que podemos considerar como egoísmo. É nosso lado escuro.

O lado oposto, por sua vez, ganha forças com a implantação da Lei Seca e sua recepção positiva. Houve uma maior conscientização por parte da população à medida que o governo e a mídia investiram em campanhas voltadas para tal, e a fiscalização em saídas de bares e em rodovias tornaram-se frequentes. A comprovação da eficiência de tais medidas se dá pela diminuição significativa dos casos de mortes e acidentes causados por motoristas embriagados no país.

Ainda não atingimos, contudo, um status de uniformidade. Por detectarem uma taxa baixíssima de álcool, os bafômetros são constantes alvos de críticas e nas cidades interioranas ainda falta fiscalização. Mas com as adequações necessárias como uma pequena flexibilidade nas taxas dos bafômetros, mais taxis nas saídas

dos bares e a permanência de campanhas e fiscalizações, nossa sociedade continuará cada dia próxima de eliminar um de seus traços mais escuros.

T18

Segundo Lavoisier, renomado filósofo francês do século XVIII, “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. A legislação brasileira não foge dessa regra. Há quase seis anos entrou em vigor a lei que proíbe que o indivíduo dirija com qualquer teor alcoólico no sangue. A mesma modificou o cenário jurídico no momento em que altera a análise dos casos de acidentes de trânsito. Por mais que essa medida represente um avanço legislativo, ainda apresenta diversos entraves sejam eles culturais ou sociais.

A existência de uma pressão social atrelada ao culto do indivíduo malandro geram (sic) um desafio para a eficácia da lei. A sociedade brasileira perpetua um esteriótipo (sic) de diversão, em que para se divertir é necessário beber. Esse padrão imposto é, principalmente, comprado pelos jovens, na medida em que os mesmos buscam se socializar. Ademais já está impregnado na população brasileira o biótipo do indivíduo malandro, que sempre busca burlar as regras para se beneficiar. Um exemplo disso é a existência de programas para aparelhos eletrônicos a fim de alertar os usuários sobre os locais onde ocorrem a fiscalização. Origina-se, assim, um fator cultural a ser vencido.

Outro fator primordial para a ineficácia da legislação é o próprio sistema que a compõe. Nota-se que não há postos de monitoramento suficientes para cobrir todo o perímetro urbano, sendo que os mesmos encontram-se, geralmente, nos mesmos locais. Soma-se, ainda, a existência de policiais corrompidos que gera uma falha no cumprimento da lei. Esses contribuem para burlá-la à medida em que aceitam suborno a fim de não penalizar o infrator. Adicionando as duas medidas, percebe-se uma dificuldade do próprio sistema em assegurar a imposição plena da lei.

Pode-se notar, portanto, que é necessário ainda, ultrapassar diversos entraves para que a lei seja cumprida de forma plena. Para que isto ocorra, o governo deve criar um órgão fiscalizador que proíba e acabe com os aplicativos utilizados para localizar os postos de monitoramento. Além disso, necessita-se um maior controle por parte da polícia sobre os indivíduos que atuam no programa, punindo-os quando burlarem o sistema, aceitando suborno ou benefícios, por exemplo. E como tudo na vida o ideal é encontrar-se em homeostase, termo biológico usado para definir equilíbrio, neste caso é necessário encontrar o meio-termo do bom senso da população e eficácia ao sistema.

T21 Sucesso absoluto

Historicamente causadores de inúmeras vítimas, os acidentes de trânsito vêm ocorrendo com frequência cada vez menor no Brasil. Essa redução se deve, principalmente, à implantação da Lei Seca ao longo de todo o território nacional, diminuindo a quantidade de motoristas que dirigem após terem ingerido bebida alcoólica. A maior fiscalização, aliada à imposição de rígidos limites e à conscientização da população, permitiu que tal alteração fosse possível.

As estatísticas explicitam a queda brusca na ocorrência de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito depois da entrada da Lei Seca em vigor. A proibição absoluta do consumo de álcool antes de dirigir e a existência de diversos pontos de fiscalização espalhados pelo país tornaram menores a tentativa de burlar o sistema. Dessa forma, em vez de fugirem dos bafômetros e dos policiais, os motoristas deixam de beber e, com isso, mantêm-se aptos a dirigir sem que transgridam a lei.

Outro aspecto de suma relevância para essa mudança foi a definição de limites extremamente baixos para o nível de álcool no sangue, próximos de zero. Isso fez com que acabasse a crença de que um copo não causaria qualquer diferença nos reflexos e nas reações do indivíduo e que, portanto, não haveria problema em consumir doses pequenas. A capacidade de julgamento de cada pessoa, outrora usada como teste, passou a não mais sê-lo e, logo, todos têm que respeitar os mesmos índices independentemente do que consideram certo para si.

Entretanto, nenhuma melhoria seria possível sem a realização de um amplo programa de conscientização. A veiculação de diversas propagandas do governo que alertavam sobre os perigos da direção sob qualquer estado de embriaguez foi importantíssima na percepção individual das mudanças necessárias. Isso fez com que cada pessoa passasse a saber os riscos que infligia a si e a todos à sua volta quando bebia e dirigia, amenizando a obrigatoriedade de haver um controle severo das forças policiais.

É inegável a eficiência da Lei Seca em todas as suas propostas, formando uma geração mais consciente e protegendo os cidadãos brasileiros. Para torná-la ainda mais eficaz, uma ação válida seria o incremento da frota de transportes coletivos em todo o país, especialmente à noite, para que cada um consuma o que deseja e volte para casa em segurança. Além disso, durante um breve período, a fiscalização poderia ser fortalecida, buscando convencer motoristas que ainda tentam burlar o Estado. O panorama atual já é extremamente animador e as projeções, ainda melhores, porém apenas com a ação conjunta de povo e governo será alcançada a população.

T24 A busca pela utilização consciente do álcool

A noção de que o uso de bebidas alcoólicas associado à condução de automóveis tem resultado perigoso e, por diversas vezes, fatal, está presente entre os brasileiros, de maneira geral. Entretanto, tal consciência não estava sendo suficiente para que a ocorrência dessa combinação fosse evitada, fazendo com que houvesse a necessidade da criação de uma rígida intervenção legal, conhecida como Lei Seca. Tal lei prevê a proibição de qualquer dosagem de álcool no organismo do indivíduo que estiver conduzindo automóvel.

O álcool é considerado como uma droga depressora do sistema nervoso central, tendo como alguns resultados de seu consumo a perda de reflexos, de atenção e de concentração, além de causar sonolência. Sendo assim, o indivíduo que ingere álcool está sujeito a perder habilidades imprescindíveis para que possa dirigir sem oferecer riscos.

A utilização de bebidas alcoólicas é uma das grandes responsáveis por acidentes de trânsito no Brasil e com a implantação da Lei Seca, os índices de ocorrências de acidentes diminuíram, proporcionando a queda do número de atendimentos hospitalares de vítimas de acidentes de trânsito. Além disso, possibilitou melhoria na conscientização, mesmo sendo forçada, dos usuários de álcool.

Para que os resultados da implantação da Lei Seca sejam potencializados e efetivados, deve haver investimento em políticas preventivas de conscientização sobre bebidas alcoólicas a fim de abranger a maior parte das faixas etárias, mas principalmente os jovens, futuros condutores de automóveis.

A abordagem sobre o tema deve ser realizada nas escolas, buscando retratar os efeitos na saúde e na vida social causados pela ingestão de bebidas alcoólicas, pela realização de palestras e debates entre alunos e professores; para a prevenção em níveis propagandísticos, deve haver a revisão do conteúdo de programas para que exista a evidência dos reais resultados que o mal uso do álcool causa à sociedade.

O comum intuito deve ser o de dar continuidade ao processo iniciado pela implantação da Lei Seca: fazer uso adequado de bebidas alcoólicas.

T26 “Vidas Secas” ao volante

Incentivo às bebidas alcoólicas, rodovias congestionadas e um esmagador número de acidentes. Mesmo com o surgimento de medidas organizadoras na atmosfera regra que devora a realidade dos hospitais brasileiros dia após dia continua sendo consequência direta dos acidentes de trânsito. Portanto, em que aspectos a Lei Seca tem se mostrado eficiente e quais fatores podem contribuir para a sua melhor atuação?

Em primeiro lugar, entra em voga as origens do que o sociólogo Durkheim nomearia “Anomia”. Tudo começa com a dissipação do uso de bebidas alcoólicas, além da venda a menores de idade. Ainda, perdura no território comportamentos que se encaixam num quadro de impunidade. Como a ausência de fiscalização das estradas e imposição de medidas eficazes que garantam a segurança no trânsito.

Em segundo lugar, devem ser destacados os efeitos dos fatores que prejudicam o funcionamento harmônico da sociedade. A proliferação dos motoristas alcoolizados implica no seguinte “efeito dominó”: aumento do número de acidentes, do número de vítimas fatais, lotação de hospitais, além do número de indivíduos nas penitenciárias. Considerados esses fatores, entra em cena a Lei Seca.

Mesmo após a implantação da Lei Seca, o Brasil continua o mesmo (aparentemente). Consoante à afirmação de Lima Barreto, “O Brasil não tem povo, tem público”, até quando o povo brasileiro permitirá que a realidade no trânsito continue precária e ficará aplaudindo enquanto o “circo” pega fogo? A sociedade civil organizada tem o dever de exigir do poder público a tomada de medidas concretas e eficientes, como a prevenção de acidentes por meio do uso de bafômetros e da fiscalização, visando o cumprimento da lei em sua plenitude. Além disso, deve haver o incentivo à construção de ciclovias, a exemplo da Holanda, e melhorias no sistema de transporte público, acarretando numa diminuição de veículos individuais com diminuição dos congestionamentos, redução da poluição atmosférica, assim como de acidentes.

T29 A importância da ação estatal em prol da preservação da vida

O alto índice de acidentes de trânsito causados pelo consumo de álcool no Brasil levou o governo federal a investir em formas capazes de amenizar essa problemática. Assim, surgiu a Lei Seca há alguns anos como principal medida para frear o crescimento da taxa de mortalidade no trânsito. Hoje é possível perceber que a lei vem cumprindo com seu papel paliativo.

Para Platão, o Estado existe como instrumento que age em prol da proteção e de desenvolvimento da sociedade, portanto a criação da Lei Seca pode ser vista como um exemplo prático desse modelo de Estado que zela pelo bem-estar da sua população. Sem grande parte do povo sofre com as consequências da combinação álcool e direção, é dever do Estado intervir em prol da segurança da população.

Há quem critique o processo de criminalização que surgiu a partir da Lei Seca, argumentando que as punições adotadas seriam muito “severas”. Contudo, medidas mais brandas dificilmente teriam o efeito desejado, que é justamente preservar vidas. É em nome dessa preservação que o Estado forte deve agir.

Vale ressaltar que a Lei Seca só será completamente efetiva no momento em que a sociedade cumpri-la. Platão também afirma que a sociedade harmônica e desenvolvida é fruto do trabalho em conjunto do Estado e do povo, uma vez que esses devem coexistir em sintonia. Disso depreende-se que cabe ao Estado proporcionar condições para o cumprimento da lei, assim como a sociedade deve cumpri-la de modo consciente contribuindo para o desenvolvimento do coletivo.

A redução do número de acidentes e de mortes no trânsito evidencia que a Lei Seca deve permanecer em vigor. Entretanto, é importante⁴ que o Estado assegure todas as condições para isso. Assim, deve-se investir em mobilidade urbana e segurança pública, para que o cidadão possa desfrutar do lazer, ingerir álcool e posteriormente se locomover com segurança para o seu lar. Tais medidas contribuam para mais adesão popular à lei, favorecendo um processo gradual de conscientização adquirido pela violência prática da Lei Seca, além de reduzir ainda mais o número de acidentes e mortes no trânsito.

T31 Medidas drásticas, medidas necessárias: o trânsito brasileiro

A combinação de álcool e direção é um problema social grave no país. Não é de hoje que o tão famoso “jeitinho brasileiro” traz problemas. Numa sociedade baseada em infringir leis, medidas drásticas se tornam necessárias, como é o caso da Lei Sec. Nesse contexto, tal lei se torna extremamente útil no controle dos motoristas infratores e também na busca por um país com menores perdas humanas no trânsito.

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo quando se fala em mortes no trânsito. Isso acontece devido à irresponsabilidade dos motoristas que insistem em beber e dirigir. Além disso, a venda descontrolada do álcool agrava o problema uma vez que limites para o consumo poderiam minimizá-lo, ajudando no controle dos infratores e amenizando posteriores consequências.

Os efeitos dessa imprudência afetam a sociedade de modo geral. Soma-se, a famílias destruídas e luto, quantia exorbitantes de dinheiro despendidas pelo governo com acidentes de trânsito, a exemplo do seguro obrigatório DPVAT e a possíveis aposentadorias àqueles que possam ter sido invalidados. Problemas esses minimizados com a implantação da Lei Seca.

Dessa forma, a perspectiva a longo prazo tende a mudar, levando-se em consideração que já houve uma pequena mudança tanto na mentalidade da população quanto nos índices de acidentes. Porém, isso ainda não é satisfatório, e mostra que ainda estamos muito longe de alcançar a sociedade perfeita descrita por Thomas Morus em “A Utopia”, especialmente nesse quesito.

Em suma, o álcool e a direção ainda são desafios à sociedade mesmo com medidas de controle mais drásticas. Visando amenizar tais desafios, é possível promover a criação de projetos educacionais tanto nas auto-escolas quanto nas escolas, como já acontece com o Proerd no âmbito das drogas. Além disso, a parceria governamental e midiática é imprescindível, considerando que a população é quase que absolutamente atingida pela propaganda e também por ela influenciada. Com essas e mais medidas incentivadoras da prudência ao volante, mortes e gastos no trânsito não serão mais um problema na realidade brasileira.

T32

A implantação da Lei Seca no Brasil trouxe muita polêmica, mas mostrou um avanço do governo nas questões de segurança e bem-estar dos cidadãos. Graças a essa medida, há um número menor de pessoas bebendo e dirigindo, o que faz motoristas e pedestres prudentes estarem menos propensos a acidentes causados por irresponsabilidade no trânsito, embora o índice de aprovação da população não seja tão alto, segundo pesquisas.

Alguns brasileiros usam as redes sociais para tentar burlar as medidas adotadas. Como a internet é um veículo de comunicação em tempo real, é possível ler em sites onde estão localizadas as blitz da polícia e evitá-las, o que torna as mudanças não tão efetivas para donos de celulares mais modernos.

A psicologia explica que crianças tendem a tomar mais velhos como modelos de copiar seus modos de agir e falar. Muitos adultos reclamam perto das crianças e convence-as com argumentos que parecem sólidos e simples para mentes em formação. Elas escutam, repetem nas escolas e convencem seus colegas. Essa geração cresce propensa a fazer o mesmo e acabará por servir de modelo para novos jovens. É um ciclo que também acontecerá com a recém-implantada Lei Seca.

Cabe ao governo, utilizar ainda mais a mídia para que a parcela da população que desaprova veja que os números implicam uma melhora. É necessário, também, maior número de aulas infantis sobre cidadania e os perigos do álcool e direção, para jovens crescerem podendo ser exemplos positivos (sic) para os mais novos. Assim, em algumas gerações, o nível de consciência social será alto e a irresponsabilidade no trânsito por bebidas pode deixar de vez de ser um problema.

T33

O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática comum ao homem desde que a fermentação de frutas e cereais foi descoberta, há milhares de anos, como meio de obtenção do etanol, ainda durante a época das Civilizações Antigas. Este composto químico, de fórmula molecular C_2H_6O , tem seus efeitos no corpo humano – dificuldade de concentração e aumento no tempo de resposta do cérebro a estímulos externos entre outros – conhecidos, portanto, de forma abrangente pela humanidade.

Nota-se, contudo, que, ainda hoje, o álcool etílico é consumido de forma irresponsável, ainda que exista uma maior facilidade ao acesso de informações característica do mundo globalizado atual. Considerando tal fato, que é facilmente perceptível quando se observa que cerca de um terço dos acidentes automobilísticos de ocorrência anual no país devem-se à associação entre álcool e direção, o governo brasileiro criou a Lei Seca. Em adição, ele implantou medidas para que esta fosse aplicada com eficiência, como a utilização de medidores da concentração alcoólica na corrente sanguínea do motorista, os quais são popularmente conhecidos como bafômetros.

A proatividade do Estado trouxe consequências claramente benéficas à população: o número de acidentes de trânsito relacionados à ingestão de bebidas fermentadas e destiladas diminuiu e, conseqüentemente, diminuiu também o número de mortes com a mesma causa. Há de se apontar, entretanto, que tais melhorias não são observadas de maneira homogênea em todo o país, já que, por vezes, falta comprometimento das esferas municipais e estaduais do governo, além da sociedade civil, com o propósito e as punições aos infratores da lei nem sempre são aplicadas.

Mostra-se necessário, assim, que todas as camadas em termos de função – legislativo e judiciário – trabalhem em prol da causa. Além disso, devem ser feitas campanhas de conscientização destinadas à população para alertá-la sobre os efeitos nocivos do álcool na direção. Com isso, o objetivo da Lei Seca será alcançado, resultando numa sociedade mais segura.

T37 A prevenção como solução

O consumo de bebidas alcoólicas combinada ao manuseio de automóveis, sempre foi um problema a ser superado pelo Brasil. Por isso, a Lei Seca surgiu como uma resposta governamental a essa preocupação e procura crescer um maior controle nas ruas para que infrações desse tipo não ocorram. Devido a esse motivo, a idéia de utilizar a supervisão para prevenir acidentes é extremamente positiva e contribui para efeitos benéficos na realidade atual do trânsito no Brasil.

A ingestão de bebidas alcoólicas está presente na cultura dos povos desde os tempos da mitologia, quando acreditava-se (sic) que deuses festivos as utilizavam em abundância. Isso prova que é muito difícil fazer com que as pessoas se abstenham de beber, já que é um costume de bases históricas. Com o passar do tempo, o

advento da tecnologia e a Revolução Industrial trouxeram ao mundo o automóvel, e a partir do momento que foram combinados, o álcool e o veículo passaram a causar muitas mortes. É cientificamente provado que o consumo desse tipo de bebida reduz a capacidade do motorista de ter reflexos rápidos; sendo esse o motivo de grande parte dos acidentes de trânsito.

Como forma de diminuir a ocorrência desses acidentes, a implantação da Lei Seca aumentou o número de policiais nas ruas e o controle sobre quem bebe e utiliza o carro. Para isso foi adotado o bafômetro, visando medir o teor alcoólico ingerindo e a aplicação de multas, contribuindo para a prevenção de incontáveis acidentes que poderiam ter resultado em tragédias.

A Lei Seca foi um grande passo no quesito prevenção de acidentes, porém é importante que o governo invista também nos bares educacionais, conscientizando a população, desde seus primeiros anos escolares sobre a importância de estar livre do álcool ao dirigir. Fazendo isso através de palestras, dinâmicas e debates, o Brasil terá um trânsito mais seguro no futuro.

T41

Desde quando entrou em vigor a chamada Lei Seca, o Brasil conseguiu benefícios. Até então vivia-se em crescente número de acidentes e mortes no trânsito a cada ano e, ao tomar essa medida, o Governo Federal soube desacelerar esse crescimento e trazer mais segurança à estradas. No entanto, é pertinente que outras ações também sejam feitas.

O Brasil é um país caracterizado por suas festas, e estas são regadas, muitas vezes, por bebida alcoólica, o que gera más consequências. O carnaval, por exemplo, é uma comemoração em que a maioria das pessoas entrega-se ao álcool e despreza as leis de trânsito, dirigindo sob o efeito desse. É comum, então, que o número de acidentes durante esse período seja maior. Por isso, o surgimento da Lei Seca foi fundamental para que os foliões pudessem aproveitar esses dias com mais consciência.

Aliada a esse fato está a questão dos jovens que, além de estarem sob o efeito de bebidas proibidas para a sua idade, dirigem sem habilitação. Por falta de responsabilidade de muitos pais essa irregularidade é frequente o que põe em risco a vida de milhares de pessoas. Sendo assim, a fiscalização tanto da Polícia Rodoviária Federal quanto dos demais agentes de trânsito é essencial. Porém, é preciso união entre população e Estado para solucionar definitivamente os problemas relacionados à combinação: álcool e direção.

Medidas de conscientização da população e fiscalização ferrenha do Governo são a base para resolver essa problemática. É necessário que as escolas brasileiras adotem o modelo proposto pelo pedagogo Paulo Freire de uma educação politizadora, formando indivíduos críticos e conscientes quanto à vida em sociedade, seus direitos e deveres, para que as pessoas possam seguir as leis corretamente desde cedo. Acresce a isso a proibição de propagandas de bebidas alcoólicas nas mídias, à medida que se investe em outras que procurem evitar o seu consumo. E, por fim, maiores investimentos estatais para a fiscalização da aplicação da Lei Seca.

T48

Ocupando a decadente posição de 5ª pior mobilidade urbana do mundo, o tráfego brasileiro clama por soluções emergenciais. Em 2008, com a promulgação da Lei Seca, via-se nela uma válvula de escape às inúmeras tragédias e mortes ocorrentes no país. Baseando-se em experiências anteriores de países desenvolvidos, como a Inglaterra, o governo apostou na nova lei as fichas de esperança para a melhoria no trânsito. Porém, apesar das visíveis reduções em acidentes, a efetivação da lei está apenas começando e não deve ser realizada isoladamente.

A Lei Seca, recente no Código Brasileiro de Trânsito (CBT), prevê que motoristas alcoolizados tenham suas habilitações confiscadas e sejam passíveis de prisão. Desde sua implantação, reduziu em até 8% o número de mortes, dependendo do local pesquisado, comprovando sua crescente eficiência. Porém, deve ser compreendido, por parte dos governos municipais e estaduais, que essa diminuição ainda não é motivo para comemoração e que a segurança precisa manter-se rigorosa.

Outro ponto alarmante provindo da implantação da lei seria uma possível acomodação por parte do governo em relação à (sic) outras medidas de melhoria. Dados apontam que a principal causa de acidentes no trânsito é a má formação dos motoristas e a precariedade da infraestrutura, sendo o álcool apenas mais um agravante. Portanto, a interação entre a nova lei e investimentos estruturais é necessária para a manutenção da primeira e para a consolidação das melhorias.

Como medida paliativa, a Lei Seca prospera e deve ser mantida com rigor e disciplina, o que são proporcionados com a credibilidade governamental e a formação de profissionais de trânsito qualificados. No âmbito estrutural, com consequências duradouras, é necessário o investimento na melhoria de entradas e avenidas, bem como a fiscalização e melhoria na formação dos motoristas. Concomitante a esses dois processos, ou políticas socio-educativas (sic) são essenciais para a conscientização de jovens e adultos. A Lei Seca permite que vejamos uma saída no fim do túnel, mas, sozinha, só nos leva à metade do caminho.